



Marcia Moraes Davidovich

A legitimidade do método psicanalítico

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Monah Winograd

Rio de Janeiro

Abril de 2014



Marcia Moraes Davidovich

A legitimidade do método psicanalítico

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Monah Winograd

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Perla Klautau

Pós-doutorado Departamento Psicologia - PUC-Rio

Profa. Junia de Vilhena

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Ana Maria Loffredo

Instituto de Psicologia - USP

Prof. Elie Cheniaux Junior

Instituto de Psiquiatria - UERJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Marcia Moraes Davidovich

Graduou-se em Psicologia na PUC-Rio em 2005.1. Realizou curso de extensão no 2º semestre de 2005 em Neurociência aplicada à Psiquiatria e à Psicoterapia, na Santa Casa de Misericórdia; e curso de extensão em Psicanálise e Neurociência no CCE/PUC-Rio em 2006. cursou as disciplinas do curso de Mestrado em Saúde Mental no IPUB-UFRJ durante o ano de 2006. Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio em 2009. Membro provisório do Instituto de Formação da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro desde 2007.

Ficha Catalográfica

Davidovich, Marcia Moraes

A legitimidade do método psicanalítico / Marcia Moraes Davidovich; orientadora: Monah Winograd. – 2014.

164 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2014.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise. 3. Ciência. 4. Cientificidade. 5. Método. 6. Método psicanalítico. 7. Pesquisa fraterna. I. Winograd, Monah. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Aos meus pais, Eugenio e Conceição,
por terem me desejado, por terem me
concebido, por acreditarem em mim,
por respeitarem minhas escolhas e por
investirem no meu futuro.

Agradecimentos

À minha orientadora Profa. Dra. Monah Winograd, pela dedicada e cuidadosa orientação através da exímia correção do meu texto, sempre visando um trabalho de qualidade e excelência.

À professora Dra. Flávia Sollero-de-Campos, pela inestimável ajuda ao se prontificar como uma constante interlocutora.

A CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À minha mãe, que me apoiou durante todo o percurso na elaboração deste trabalho.

Ao meu pai, que me influenciou na escolha do tema a ser pesquisado.

Ao meu irmão Mauricio e à minha avó Hilda, pelo imponderável afeto.

Ao meu marido Luis Antonio Eisenberg, pelo imensurável amor.

Aos professores Landeira-Fernandez, Carolina Lampreia, Claudia Garcia, Junia de Vilhena, Terezinha Féres Carneiro e Elizabeth Ribeiro dos Santos pelos ensinamentos e pelo incentivo.

Aos meus estimados colegas de turma de doutorado.

Aos meus pacientes, que enriquecem o meu trabalho, e despertam em mim o interesse em buscar um conhecimento profundo e abrangente sobre o ser humano.

À minha analista, que com sua dedicação a mim e amor à Psicanálise, proporcionou que formássemos uma dupla eficaz capaz de gerar frutos, não apenas no sentido de produzir essa tese de doutorado, mas principalmente no sentido de eu poder usufruir dessa conquista de forma plena e feliz.

Resumo

Davidovich, Marcia Moraes; Winograd, Monah (Orientadora). **A legitimidade do método psicanalítico**. Rio de Janeiro, 2014. 164p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na presente tese pretendemos defender que o método psicanalítico é legítimo enquanto capaz de produzir conhecimento científico. Partimos da identificação do argumento segundo o qual o diálogo com a Neurociência poderia imprimir um caráter científico às proposições psicanalíticas, confirmando (ou não) suas hipóteses. Não é difícil perceber a hierarquização dos modelos epistemológicos em operação neste argumento. Um autor representativo do argumento descrito é o neurocientista Eric Kandel. Ele acredita que, embora a Psicanálise ainda represente a visão de mente mais coerente e cientificamente satisfatória dentre as que existem, ela entrou no século XXI em declínio por não ter desenvolvido métodos objetivos para testar suas ideias — o que só pode acontecer a partir de sua aproximação teórica, mas, sobretudo metodológica, com a Biologia em geral e com a Neurociência Cognitiva em particular. A fim de nos posicionarmos contrariamente a este argumento, discutiremos, portanto, a especificidade do método psicanalítico, cunhando a seguinte expressão para designá-lo de método baseado na investigação clínico-conceitual como a empiria da psicanálise. Consideramos que as pesquisas clínica conceitual e empírica se complementam, se sobrepõem e até certo ponto, se indiferenciam, na produção do edifício teórico denominado Psicanálise.

Palavras-chave

Psicanálise; Ciência, científicidade; método; método psicanalítico; pesquisa.

Abstract

Davidovich, Marcia Moraes; Winograd, Monah (Advisor). **The legitimacy of the psychoanalytical method**. Rio de Janeiro, 2014. 164p. Doctorate thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

We intend to defend on this thesis that the psychoanalytic method is legitimate as able to produce scientific knowledge. We depart from the point of view that the dialogue with Neuroscience could give a scientific character to the psychoanalytic propositions confirming (or not) its hypothesis. It is not difficult to notice the hierarchy of the epistemological model on that argument. A representative of the above argument is the neuroscientist Eric Kandel. He believes that although psychoanalysis still represents the most coherent and satisfactory vision of the mind it has declined in the XXI century because it was unable to develop objective methods to test its ideas – something that can only happen with a theoretical and especially methodological proximity with biology in general and Cognitive Neuroscience in particular. To support our position against this argument we will discuss the specificity of the psychoanalytic method, coining the following expression method based in the clinic conceptual investigation as the empiricism of psychoanalysis. We consider that the clinic conceptual and empiric researches superpose, and to a certain point they are undifferentiated to produce the theoretical building named Psychoanalysis.

Keywords

Psychoanalysis; Science; scientificity ; method ; psychoanalytic method; research.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. PARTE I - A (A)CIENTIFICIDADE DA PSICANÁLISE	16
2.1 – O Contexto de nascimento da Psicanálise	16
2.2 - A cientificidade da Psicanálise em Freud	22
2.3 - Por uma epistemologia freudiana	34
2.4 - A Psicanálise é Ciência?	49
2.5 - Que tipo de Ciência é a psicanálise?	55
2.6 - A Psicanálise e a Ciência como rede	61
3. PARTE II – A LEGITIMIDADE DO MÉTODO PSICANALÍTICO	73
3.1 - O que é método?	73
3.2 – O método psicanalítico por Freud	85
3.3 – O Movimento da IPA frente à demanda mundial de pesquisa	101
3.4 – Destacando duas visões antagônicas sobre pesquisa em Psicanálise	111
3.5 – As (im)possibilidades de pesquisa em Psicanálise: especificidades e contradições	121
3.6 – O Método baseado na investigação clínico-conceitual como a empiria da Psicanálise	137
CONCLUSÃO	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158

INTRODUÇÃO

A presente tese foi dividida em duas partes. A primeira é dedicada à investigação da (a)cientificidade da Psicanálise e a segunda é voltada para a discussão sobre a legitimidade do método psicanalítico como capaz de produzir conhecimento científico. Para se discutir essas questões, faz-se necessária a retomada da própria história da Psicanálise. Sabemos que é filha da Neurologia e que seu inventor, Sigmund Freud, era médico neurologista. Ao escrever o *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1977), Freud pretendia, como o título original sugere, elaborar uma *Psicologia para neurologistas*, reunindo a emergente disciplina – a Psicanálise – com as ciências do cérebro de sua época.

No capítulo 1 será abordado o contexto que favoreceu a invenção da Psicanálise, que se caracteriza pela insuficiência da Neurologia do século XIX no conhecimento e tratamento do que era então chamado de doenças nervosas funcionais – doenças mentais que não apresentavam uma correspondência com uma lesão neuroanatômica.

Nesse sentido, Solms, M. & Saling, M. (1986) argumentam que o que Freud pretendia ao escrever o *Projeto* de 1895 não estaria voltado especificamente para o aspecto neurológico, mas fundamentalmente para a sua experiência na clínica da neurose, e consistia em analisar de que modo a teoria do funcionamento psíquico se estruturaria em termos quantitativos, uma espécie de economia nervosa. Pode-se considerar esta uma tentativa frustrada, uma vez que o próprio Freud se referiu ao *Projeto* como uma aberração¹, o que o fez abandoná-lo posteriormente. Em verdade, o último modelo² do *Projeto* foi renomeado de *Metapsicologia*, apresentando as formulações básicas encontradas na *Interpretação dos sonhos*. Evidência a esse respeito pode ser encontrada em *A História do Movimento Psicanalítico*, em que Freud afirma que “a interpretação dos sonhos foi concluída em todas as suas essências no início de 1896” (Freud, 1914b/1974, p.22).

¹ *The origins of Psycho-Analysis, letters to Wilhelm Fliess, Drafts, Notes:1887-1902*. New York. Basic Books.

² O último modelo do *Projeto* foi apresentado a Wilhelm Fliess em janeiro de 1896.

Freud tenta, por meio do *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1977), criar um modelo com bases neurológicas para teorizar seus achados clínicos, e ao notar a inviabilidade de tal pretensão – inclusive porque os conhecimentos neurológicos da época eram insuficiente³ – ele desiste especificamente da base neurológica dando um outro rumo ao texto do *Projeto*. Deve-se frisar, como sugere Panhuysen (1998), que no *Projeto* não havia um reducionismo do funcionamento psíquico, mas apenas uma tentativa de construir um *modelo* das bases neurológicas. Em outras palavras, não se trata do psiquismo propriamente dito.

Garcia-Roza (1991) nos lembra que o *Projeto* não é um trabalho descritivo baseado em observações e experimentos, mas um trabalho teórico de natureza fundamentalmente hipotética. Não se trata de tentar explicar o aparelho psíquico em bases anatômicas, mas, ao contrário, implica uma recusa da Anatomia e da Neurologia da época e a conseqüente elaboração de uma “metapsicologia” (Garcia-Roza, 1991). Isto, naturalmente, não era uma tarefa simples, de modo que o próprio Freud foi capaz de admitir os impasses com os quais se deparava.

A partir desse momento, Freud passa a elaborar a sua metapsicologia – modelo teórico do aparelho psíquico – apoiado em observações clínicas, e publica, alguns anos depois, *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Essa obra apenas rendeu-lhe prêmio de literatura, não sendo prontamente reconhecida pela comunidade científica, como Freud expressa no prefácio da 2ª edição de *Die Traumdeutung*, de 1909.

Não é exagero afirmar que grande parte do sétimo capítulo de *A Interpretação dos Sonhos* (e, de fato, dos estudos “metapsicológicos” posteriores de Freud) só se tornou plenamente inteligível a partir da publicação do *Projeto*. Há muitos elos evidentes entre o *Projeto* e os conceitos posteriores desenvolvidos por Freud. Não se devem, porém, desconsiderar as diferenças básicas entre eles. Há pouquíssimas passagens que antecipam os procedimentos técnicos da Psicanálise. A técnica da associação-livre, a interpretação do material inconsciente e a transferência são apenas insinuadas (Stratchey, 1977).

Por meio do trabalho clínico de Freud, no campo da psicopatologia, novos conceitos foram sendo gradativamente construídos, solidificando-se, assim, o

³ Apenas em 1891 passa-se a usar o termo neurônio, cunhado por Wilhelm Waldeyer (Referência: Curso de Tópico em Neurociência, oferecido por Landeira-Fernandez, PUC-Rio, 2007).

edifício teórico freudiano, e ampliando a trama conceitual metapsicológica. É importante salientar que o termo *metapsicologia* foi empregado por Freud pela primeira vez em uma carta a Wilhelm Fliess datada de 13 de fevereiro de 1896 (Masson, 1986) para qualificar o conjunto de sua concepção teórica e distingui-la da Psicologia clássica. Assim, *metapsicologia* define o núcleo teórico da Psicanálise, o conjunto dos conceitos e das hipóteses que sustentam a própria técnica e o método de pesquisa; portanto, se a clínica é, por um lado, o lócus de aplicação dos conceitos e das hipóteses por intermédio do tratamento das afecções psíquicas, por outro lado ela também se oferece como “laboratório” no qual novas hipóteses teóricas (e técnicas) surgem, podendo (ou não) se consolidarem em novos conceitos metapsicológicos.

Foi possível observar, a partir dos dados que apresentaremos na tese, o caráter inédito de tal teoria, o que, de certa forma, talvez tenha sido um dos motivos pelos quais esse novo campo do conhecimento sofreu drásticas rejeições por parte da Ciência oficial.

A não aceitação da Psicanálise como uma Ciência pela “comunidade científica”, que dura até os dias atuais, suscitou-nos o interesse em investigarmos diferentes concepções sobre a cientificidade da Psicanálise, o que faremos na primeira parte da tese. Apresentaremos, portanto, no capítulo 2, diferentes concepções sobre o estatuto epistemológico da Psicanálise, inclusive visões do próprio Freud a esse respeito. Serão discutidas questões sobre Ciências Naturais e Ciências Humanas, além da imposição da adoção do método das Ciências Naturais às Ciências Humanas. Abordaremos um aspecto da visão de Freud sobre a cientificidade da Psicanálise que remete à distinção entre as Ciências Naturais (*Naturwissenschaften*) e as Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*), sendo a Psicanálise, segundo a concepção freudiana, uma disciplina pertencente ao primeiro tipo. Poder-se-á observar, a partir da análise desses dois tipos de ciência que vigoram neste ambiente cultural específico, a pertinência da enfática afirmação de que a Psicanálise faz parte do primeiro tipo. Deve-se frisar que não é comum encontrar nos escritos de Freud o termo *Geisteswissenschaften*, já que para ele a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*. É válido lembrar que, como nos

mostra Assoun (1981), Freud, na verdade, ignorava a “querela dos métodos”⁴, ou seja, para ele Ciência era uma só, a *Naturwissenschaft*.

Apesar da sua crença na cientificidade da Psicanálise, Freud reconhece, no artigo de 1913 – *O interesse científico da psicanálise* –, que a sua obra inaugural, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), selou o primeiro conflito da Psicanálise com a Ciência oficial, o que passou a ser o seu destino. Ao mesmo tempo, ele defende que esta obra promoveu um alargamento do campo científico, o que nos faz pensar que ele não está de acordo com a posição da Ciência oficial, já que isto não o impediu de levar adiante o seu empreendimento, cabendo a legitimação da Psicanálise ao próprio fundador.

No capítulo 3, exploraremos diferentes posições de autores que se propuseram a construir uma epistemologia freudiana. Tais visões são dispostas por Paul-Laurent Assoun em sua obra *Introdução à epistemologia freudiana* (1981). Serão investigados os discursos dos alemães Maria Dorer e Ludwig Binswanger; dos franceses Jean Hyppolite e Paul Ricoeur, além de apreciações do próprio Assoun. Serão também apresentadas as discussões norte-americanas da década de 1950, conduzidas por Ernest Nagel, incluindo apreensões de Otto Fenichel e Rapaport, em que se estabelece uma investigação positivista da Psicanálise, alegando-se a falta de verificacionismo.

Decidimos, no capítulo 4, apresentar brevemente a crítica do epistemólogo contemporâneo Karl Popper, cuja relevância para nós reside no fato de ter sido bastante difundida, mas não por seu conteúdo. Demonstraremos, inclusive, duas avaliações dos popperianos Adolf Grünbaum e de Gregório Klimovsky, que servirão para reforçar a nossa crítica aos pressupostos popperianos. É examinada criticamente a insuficiência da epistemologia popperiana para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida. Thomas Kuhn (1962/1998), por sua vez, será abordado no capítulo 5, brevemente, apenas pelas possíveis repercussões que

⁴ A “querela dos métodos”, que teve lugar na Alemanha no final do século XIX e no início do século XX, designa um período em que o campo epistêmico se encontrava em plena revolução, em função da ascensão das Ciências do Espírito. A irrupção de um saber que se reivindica como inédito implica uma verdadeira reforma do entendimento epistemológico na comunidade científica. Ela culmina, sobretudo na produção de um novo par fundador: o das *Naturwissenschaften* e das *Geistwissenschaften*. A tese capital, segundo a qual a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*, deve confrontar-se com a conotação que esse termo toma em relação aos desafios do momento (Assoun, 1981).

seu pensamento possa ter gerado para o campo psicanalítico, já que à luz da sua teoria dos paradigmas, ele considerou a Psicanálise uma *pré-ciência*.

Contamos, no último capítulo da parte I, capítulo 6, com o auxílio de Bruno Latour para expressar o nosso intuito, que, em última análise, não reside em enquadrar a Psicanálise em alguma categoria de Ciência, ou comprovar o seu estatuto de Ciência, caso esta seja entendida de modo tradicional e restrito; entretanto, entendemos que afirmar que a Psicanálise não é Ciência tem um peso, principalmente na sociedade em que vivemos. Além da discussão epistemológica, é preciso investigar toda essa problemática que envolve Psicanálise e Ciência a partir de uma perspectiva antropológica. Ciência é uma palavra em alta nas sociedades ocidentais. Uma lavagem de tapete, um corte de cabelo, um mapa astral ganham outro estatuto quando se afirma que são “científicos” (Latour, 2000). Dessa forma, determinar o modo como a Ciência é produzida, transmitida e exportada é tarefa essencial para a compreensão da sociedade contemporânea.

Notamos que os critérios de cientificidade envolvem interesses político-econômicos e refletem um jogo de poder. É nesse sentido que decidimos articular os aspectos epistemológicos com questões sociológicas e antropológicas que influenciam, e até mesmo determinam, os percursos e percalços dos empreendimentos científicos. O nosso interesse nessa discussão é pensarmos de que forma a ausência de um estatuto de Ciência para a Psicanálise pode interferir no campo psicanalítico, uma vez que alguns autores desqualificam toda uma produção teórico-conceitual que, por mais de cem anos, vem sendo construída e integrada às demandas da sociedade ocidental no tratamento psicológico. Utilizaremos as contribuições de Bruno Latour, que, inaugurando um campo denominado Antropologia da Ciência, oferece um enfoque original e um esclarecimento sobre o trânsito conturbado das vias que ligam Ciência e Sociedade.

Na segunda parte da tese, sobre a legitimidade do método psicanalítico, iniciaremos definindo o que é método; isto pois se pretendemos defender que o método psicanalítico é legitimamente um modo de se fazer ciência, devemos aprofundar o conceito de método propriamente dito. Apesar da abrangência do termo, vamos nos restringir a algumas ideias que ajudarão a sustentar a nossa crítica à posição de Eric Kandel (1999) de que a Psicanálise não desenvolveu um

método adequado para testar suas teorias. Posição esta contra a qual pretendemos nos posicionar neste primeiro capítulo a partir do aprofundamento do que venha a ser *método* propriamente dito, restringindo-nos ao *método científico*. Identificamos que com todas as definições já consagradas do que venha a ser método científico, o método psicanalítico não se coaduna com essas definições e categorias.

No capítulo 2, retornaremos às primeiras definições propostas por Sigmund Freud sobre o que é método psicanalítico e complementaremos com importantes contribuições de psicanalistas contemporâneos, Marion Minerbo e Fábio Herrmann, que se propuseram a investigar especificamente o método psicanalítico. No capítulo 3 apresentaremos a mobilização da IPA frente à demanda mundial de pesquisa como uma tentativa de resposta à visão bastante difundida na sociedade como um todo, da ilegitimidade do método psicanalítico para a produção de conhecimento científico. No capítulo 4 destacaremos duas propostas de psicanalistas, Marshall Edelson e Jean Guillaumin, até certo ponto antagônicas, mas que concordam, cada um à sua maneira, que o método psicanalítico é um método científico. Enquanto uma das propostas se coloca de forma submissa à uma visão de Ciência mais tradicional, e portanto, restrita, a outra proposta pode ser vista como revolucionária por compreender o método psicanalítico como inaugurando um novo modelo para a Ciência. No capítulo 5, apresentamos este campo de debates de maneira mais ampla, a partir de André Green. Apresentaremos ainda a resposta, incluindo diferentes modelos de pesquisas, para atender às solicitações externas ao campo psicanalítico de comprovação das suas teorias.

No sexto e último capítulo da tese apresentaremos a nossa defesa propriamente dita, visando definir no que consiste o método psicanalítico, algo que se configurou como um modelo específico, a partir de Freud. Para ilustrar a nossa defesa e tentar expressar de forma fidedigna este modelo específico da Ciência psicanalítica, cunhamos uma expressão, qual seja, o método baseado na investigação clínico-conceitual como a empiria da Psicanálise. Note-se que a distinção que costuma ser feita entre pesquisa empírica e pesquisa clínica traz consigo a suposição absolutamente equivocada de que pesquisa clínica seria menos empírica que a outra. Mais ainda, a distinção entre pesquisa clínica e

pesquisa conceitual igualmente sugere que a pesquisa clínica não seja conceitual. Falando de forma mais específica, práticas clínicas e práticas de pesquisa suplementam-se: unem-se e separam-se, apoiam-se e contradizem-se, sendo muitas vezes necessário sacrificar a pesquisa para salvá-la mais adiante. Pretendemos sustentar a tese de haver um método (psicanalítico) no qual estão contidos simultaneamente o âmbito empírico, clínico e conceitual. Imbrincados uns aos outros, se forem separados, oferecem o risco de desvirtuar a especificidade do método psicanalítico que, apesar de apresentar estas abrangências, é um método bastante específico, idiossincrático, e como não poderíamos deixar de mencionar apesar da idade, um método inédito, se comparado às outras *démarches* de saberes e campos já consagradamente pertencentes à comunidade científica.

2

PARTE I: A (A)CIENTIFICIDADE DA PSICANÁLISE

2.1

O contexto de nascimento da Psicanálise

O contexto que favoreceu a invenção da Psicanálise se caracteriza pela insuficiência da Neurologia do século XIX no conhecimento e tratamento do que era então chamado de doenças nervosas funcionais – doenças mentais que não apresentavam uma correspondência com uma lesão neuroanatômica. Neurologistas estabeleceram uma vinculação exclusiva entre certas funções psíquicas e regiões específicas do cérebro; não se preocupavam, portanto, com o fator psíquico, pois consideravam-no irrelevante e, portanto, não científico. Nesse contexto, pode-se dizer que a guinada decisiva foi dada em meados de 1880, a partir das lições extraídas do hipnotismo – técnica utilizada inicialmente por Charcot, e em seguida por Breuer e Freud. As duas lições principais referem-se ao fato de que mudanças somáticas podem ser ocasionadas por influências psíquicas – ou seja, a sugestão do hipnotizador causa sintoma histérico conversivo – e ao fato de existirem processos psíquicos inconscientes, observados em indivíduos *durante* e *após* a hipnose. Portanto, os sintomas que eram desprezados pelos médicos passam a ter um sentido que deve ser investigado (Freud, 1924/1976).

Nesse período Breuer e Freud passam a utilizar o método catártico para tratar esses pacientes que apresentavam doença nervosa funcional. Este método consiste em induzir o paciente sob hipnose a relembrar os traumas esquecidos e reagir a eles com poderosas expressões de afeto – procedimento também designado como ab-reação. Dessa forma, o sintoma, que estava no “lugar” dessas expressões, desaparecia. Portanto, um só e mesmo procedimento servia simultaneamente para investigar o mal (identificar a causa do sintoma) e livrar-se dele. Freud e Breuer publicam *Estudos sobre Histeria*, entre 1893 e 1895, onde elaboram uma teoria sobre a formação do sintoma neurótico.

Segundo Freud (1924/1976), o método catártico foi o precursor imediato da Psicanálise, que, por sua vez, surgiu após o abandono da hipnose. Sua

sucessora, a técnica da associação-livre, é atualmente utilizada no tratamento psicanalítico. Esta técnica procede da seguinte forma: o paciente assume o compromisso de se abster de qualquer reflexão consciente, num estado de tranquila concentração, para seguir as ideias que espontaneamente lhe ocorram. Entretanto, apesar do nome sugerir, há uma expectativa de que a associação não seja tão livre, de modo que, depois de suprimidos todos os propósitos intelectuais, as ideias que emergem sejam determinadas pelo material inconsciente.

Diante de todo o panorama do trabalho clínico com suas pacientes históricas, Freud tenta elaborar um projeto a fim de tornar científicas as suas teorias sobre o funcionamento psíquico, de modo a formular uma teoria não apenas sobre a psicopatologia, mas também um modelo que abrangesse o funcionamento psíquico normal. Esse *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, resulta na elaboração da obra que inaugura a Psicanálise – *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900.

Freud inicia o projeto de 1895 com o propósito de conceber uma psicologia como Ciência Natural (*Naturwissenschaft*). Ele tinha a mais profunda convicção de que a Ciência é a produção suprema do homem, e a única capaz de conduzi-lo ao conhecimento. Assim, elaborar uma Ciência do psiquismo entendida como “Ciência Natural” poderia significar pura e simplesmente elaborar uma Ciência. Garcia-Roza (1991) alerta que o termo “Ciência Natural” poderia estar designando uma exigência de rigor teórico-conceitual mais do que uma exigência naturalista. Nas palavras de Freud (1895/1977):

“A finalidade deste projeto⁵ é estruturar uma psicologia que seja uma ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, dando assim a esses processos um caráter concreto e inequívoco” (p. 395).

De acordo com o tradutor inglês das obras completas de Freud, James Strachey (1977), a essência do *Projeto* reside na ideia de combinar, num todo único, duas teorias de origem diferente. A primeira delas deriva, em última análise, da escola fisiológica de Helmholtz, da qual o professor de Freud, o

⁵ A redação do projeto foi iniciada em 23 de setembro de 1895, quando Freud estava no trem que o levava de Berlim à Viena logo após uma visita ao seu amigo, Wilhelm Fliess, médico otorrinolaringologista, que residia em Berlim (Jones, 1953).

fisiologista Brücke, foi um membro destacado. De acordo com essa teoria, a neurofisiologia e conseqüentemente a psicologia, seriam regidas por leis puramente físico-químicas.

Panhuynsen (1998), defendendo o paralelismo psico-físico da concepção freudiana, aponta que não há uma atitude reducionista de Freud ao elaborar o *Projeto*, embora possa parecer o contrário. Em uma carta a Fliess de 1895 (Masson, 1986), Freud declara que seu modelo de aparato neuronal da mente, que construía no *Projeto*, deveria ser adaptado às leis gerais do movimento. Ou seja, *adaptação* não é o mesmo que *redução*. Quando Freud (1895/1977) afirma que seu objetivo no *Projeto* é “representar processos psíquicos” (p. 395), – no texto em alemão aparece o termo *darstellen* (representar) –, novamente um termo diferente de *reduzir* é utilizado, e essa característica aparece ao longo de todo o texto do *Projeto*. É isso o que ele quis dizer com representar (*darstellen*): simplesmente *construir um modelo*.

O modelo é tomado de empréstimo à Física, particularmente à Termodinâmica. A quantidade (Q) é a energia que circula entre os neurônios, capaz de deslocamento e descarga. A noção de *quantidade* apresenta alguma dificuldade pelo fato de Freud representá-la ora pela abreviatura Q, ora pela abreviatura Q η . Vale considerar Q η como sendo de ordem psíquica e Q indicando uma quantidade externa (Garcia-Roza, 1991).

Note-se que, quando Freud afirma que não temos meio de medir essa quantidade de excitação, ele não se refere a um problema técnico – o da medida dessa quantidade –, mas a um problema metapsicológico – o da distinção entre *quantidades* e *intensidades*. A indefinição referente à *quantidade* e *intensidade*, presente no *Projeto*, deve ser remetida ao fato de que a elaboração da concepção quantitativa calcava-se nas observações clínicas, em que representações excessivamente intensas estariam associadas ao quadro da histeria e da neurose obsessiva.

Garcia-Roza (1991) nos lembra que o *Projeto* não é um trabalho descritivo baseado em observações e experimentos, mas um trabalho teórico de natureza fundamentalmente hipotética. Não se trata de tentar explicar o aparelho psíquico em bases anatômicas, mas, ao contrário, implica uma recusa da Anatomia e da Neurologia da época e a conseqüente elaboração de uma “metapsicologia”

(Garcia-Roza, 1991). Isto, naturalmente, não era uma tarefa simples, de modo que o próprio Freud foi capaz de admitir os impasses com os quais se deparava. Em suas palavras:

“Vivo atormentado por duas idéias: descobrir que forma terá a teoria do funcionamento psíquico se nela se aplicar um método de abordagem quantitativa, uma espécie de economia da força nervosa e, em segundo lugar, extrair da psicopatologia tudo o que puder ser útil à psicologia normal” (Carta a Fliess, número 24, de 25 de maio de 1895)⁶.

As obscuridades e dificuldades começaram a se acumular, e durante os meses que se seguiram à redação do *Projeto*, Freud revisou continuamente suas teorias. Com o passar do tempo, seu interesse foi-se desviando gradualmente dos problemas neurológicos e teóricos para os problemas psicológicos e clínicos, e ele acabou por abandonar todo o esquema. E, alguns anos depois, quando no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* Freud retomou o problema teórico — embora por certo jamais abandonasse a crença de que uma base física da psicologia seria finalmente estabelecida —, o fundamento neurofisiológico foi aparentemente abandonado. Não obstante — e é por esse motivo que o *Projeto* é importante para os leitores de *A Interpretação dos Sonhos* —, grande parte do modelo geral do esquema anterior, assim como muitos de seus elementos, foram transpostos para o novo esquema. Os sistemas de neurônios foram substituídos por instâncias *psíquicas*; a “catexia” hipotética da energia psíquica tomou o lugar da “quantidade” física; o princípio da inércia tornou-se a base do princípio do prazer. A distinção entre o princípio da inércia e o princípio de constância estão relacionados à distinção entre *processos primários* e *processos secundários* (Garcia-Roza, 1991).

De acordo com Strachey (1977), foi somente em 24 de julho de 1895 que a análise de seu próprio sonho com a injeção de Irma — o sonho modelo do Capítulo II — estabelece em definitivo o início da teoria metapsicológica na mente de Freud (Carta 137, de 12 de junho de 1900) (Masson, 1986). Em setembro desse mesmo ano (1895), Freud escreve a primeira parte de seu *Projeto*, sendo que as seções 19, 20 e 21 do *Projeto* (*Processos Primários – o sono e os sonhos*; *A análise de sonhos*; e *A consciência do sonho*, respectivamente)

⁶ Confere: Strachey (1977).

constituem uma primeira abordagem de uma teoria coerente dos sonhos. O *Projeto* já inclui muitos elementos importantes que reaparecem na *Interpretação dos Sonhos*, tais como o caráter de realização de desejos presente nos sonhos, o aspecto alucinatório do sonho, o funcionamento regressivo da mente nas alucinações e nos sonhos, o fato de o estado do sonho envolver paralisia motora, a natureza do mecanismo de deslocamento nos sonhos, e a semelhança entre os mecanismos dos sonhos e dos sintomas neuróticos. Mais do que isso, contudo, o *Projeto* traz uma indicação clara do que é, provavelmente, a mais crucial das descobertas oferecidas em *A Interpretação dos Sonhos*: a distinção entre os dois diferentes modos de funcionamento psíquico, os Processos Primário e Secundário (Strachey, 1977). Isso, no entanto, está longe de esgotar a importância do *Projeto* e das cartas a Fliess escritas em relação ao *Projeto* em fins de 1895.

Não é exagero afirmar que grande parte do sétimo capítulo de *A Interpretação dos Sonhos* (e, de fato, dos estudos metapsicológicos posteriores de Freud) só se tornou plenamente inteligível a partir da publicação do *Projeto*. Entretanto, há muitos elos evidentes entre o *Projeto* e os conceitos posteriores desenvolvidos por Freud. Não se deve, porém, desconsiderar as diferenças básicas entre eles. Há pouquíssimas passagens que antecipam os procedimentos técnicos da Psicanálise. A técnica da associação-livre, a interpretação do material inconsciente e a transferência são apenas insinuadas (Strachey, 1977).

Freud abandona o projeto, considerando-o uma aberração, e publica, em 1900 a *Interpretação dos Sonhos*, obra que se apresenta como um marco, na medida em que introduz um novo campo do conhecimento – a Psicanálise. Entretanto, é importante salientar que *A Interpretação dos Sonhos* estava concluída, em todos os seus aspectos essenciais, no começo de 1896 (Strachey, 1977). Aqui notamos o risco de se minimizar a relevância do *Projeto*, que, por sua vez, quando lido a partir da perspectiva da clínica da neurose – e não como um trabalho sobre neurônios –, permite observarmos que a obra inaugural da Psicanálise de 1900 é apenas uma complementação, com algumas modificações e acréscimos das formulações do *Projeto*.

Dando continuidade às suas descobertas, Freud busca a compreensão dos processos psíquicos normais a fim de elaborar sua teoria psicológica, e defende que os sonhos são construídos da mesma forma que os sintomas neuróticos. Ele

elabora um primeiro modelo de aparelho psíquico denominado 1ª tópica, onde apresenta os sistemas *Inconsciente*, *Pré-consciente* e *Consciente*. Mais tarde ele o substitui pela 2ª tópica em *O ego e o id* (1923b), quando apresenta as instâncias denominadas *Id*, *Ego* e *Superego*.

Através do trabalho clínico de Freud no campo da psicopatologia, novos conceitos foram sendo gradativamente construídos, solidificando-se, assim, o edifício teórico freudiano, e ampliando a trama conceitual metapsicológica. É importante salientar que o termo *metapsicologia* foi empregado por Freud pela primeira vez numa carta a Wilhelm Fliess datada de 13 de fevereiro de 1896 para qualificar o conjunto de sua concepção teórica e distingui-la da Psicologia clássica. Assim, *metapsicologia* define o núcleo teórico da Psicanálise, o conjunto dos conceitos e das hipóteses que sustentam a própria técnica e o método de pesquisa. Portanto, se a clínica é, de um lado, o lócus de aplicação dos conceitos e das hipóteses através do tratamento das afecções psíquicas, de outro lado ela também se oferece como “laboratório” no qual novas hipóteses teóricas (e técnicas) surgem, podendo (ou não) se consolidarem em novos conceitos metapsicológicos (Strachey, 1977).

Foi possível observar, a partir dos dados apresentados aqui, o caráter inédito de tal teoria, o que, de certa forma, talvez tenha sido um dos motivos pelos quais esse novo campo do conhecimento sofreu drásticas rejeições por parte da Ciência oficial. Para se ter a dimensão das dificuldades iniciais na legitimação desse campo, note-se que a obra que inaugurou oficialmente a Psicanálise, *A Interpretação dos Sonhos*, sofreu um grande desprezo por parte do mundo exterior — apenas 351 exemplares foram vendidos nos seis primeiros anos após a publicação (Strachey, 1977). Freud, diante do descrédito por parte dos psiquiatras e filósofos a respeito do seu método de interpretar sonhos buscando o seu significado inconsciente, faz uma declaração no prefácio da segunda edição dessa obra, referindo-se à recepção que teve:

“Meus colegas psiquiatras parecem não se ter dado nenhum trabalho de superar o espanto inicial criado por minha nova abordagem dos sonhos. Os filósofos profissionais se habituaram a livrar-se rapidamente dos problemas da vida onírica (que tratam como mero apêndice dos estados conscientes)” (Freud, 1909, prefácio da 2ª edição de *Interpretação dos Sonhos* (1900)).

Apesar da depressão que se seguiu, por parte de Freud, ao desprezo desse livro, *A Interpretação dos Sonhos* sempre foi considerada por ele como sua obra mais importante. No prefácio da 3ª edição, ele admite, já em 1931, que “contém, mesmo de acordo com meu julgamento atual, a mais valiosa de todas as descobertas que tive a felicidade de fazer. Um discernimento claro como este só acontece uma vez na vida” (Viena, 15 de março de 1931). Entretanto, não se pode desconsiderar o árduo percurso enfrentado por Freud desde a fundação da Psicanálise, no que diz respeito à sua legitimação como campo de saber, e a persistente discriminação que o campo sofre ainda hoje. Há autores que defendem que a Psicanálise deve importar modelos epistemológicos e conceitos de outros campos para tornar-se científica, o que veremos nos debates sobre Psicanálise e Neurociência, como confirma Watt (2000), segundo o qual, para os neurocientistas em geral, a Psicanálise é algo inteiramente não-científico e irrelevante. Essas posições suscitaram-nos o interesse em aprofundar o tema sobre a cientificidade da Psicanálise. Pretendemos ressaltar que nosso intuito não reside em defender ou contrariar a cientificidade da Psicanálise, mas apenas mostrar como funcionam os critérios de demarcação do campo da Ciência. Note-se que a discussão sobre a cientificidade da Psicanálise nos levará inevitavelmente para o que nos parece ser o ponto central quando se pretende discutir a cientificidade de qualquer campo, a saber, *o que é Ciência, afinal?*

2.2

A cientificidade da Psicanálise em Freud

Inicialmente gostaríamos de abordar um aspecto da visão de Freud sobre a cientificidade da Psicanálise que remete à distinção entre as Ciências Naturais (*Naturwissenschaften*) e as Ciências do Espírito (*Geisteswissenschaften*), sendo a Psicanálise, segundo a concepção freudiana, uma disciplina pertencente ao primeiro tipo. Poder-se-á observar, a partir da análise desses dois tipos de Ciência que vigoram neste ambiente cultural específico, a pertinência da enfática afirmação de que a Psicanálise faz parte do primeiro tipo, como veremos mais adiante. Deve-se frisar que não é comum encontrar nos escritos de Freud o termo *Geisteswissenschaften*, já que para ele a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*. É

válido lembrar que, como nos mostra Assoun (1981), Freud, na verdade, ignorava a “querela dos métodos”⁷, ou seja, para ele Ciência era uma só, a *Naturwissenschaft*. Antes de tentarmos compreender por que Freud situa a Psicanálise entre as Ciências Naturais, é preciso investigar o que significava, no contexto alemão da época, essa oposição. É importante ressaltar que atualmente já não dividimos o campo do saber da mesma maneira, o que torna possível alojar a Psicanálise, de acordo com Mezan (2007), ao lado das disciplinas como a História, a Etnologia e outras do mesmo gênero, portanto no campo das Ciências Humanas. Esse ponto específico da visão de Renato Mezan de equiparar a Psicanálise às Ciências Humanas parece-nos restrita e será problematizada na presente investigação.

Foi o filósofo Wilhelm Dilthey (1883/1944) que, em sua *Introdução às Ciências do Espírito*, sistematizou essa oposição entre os dois tipos de Ciência, legitimando a Ciência do Espírito através do método hermenêutico. Esse método consistia em *interpretar* as realidades sobre as quais era aplicado, esclarecendo as suas significações. Para atingir uma compreensão suficientemente esclarecedora, em um primeiro momento comparava-se o significado de tal realidade com outras facetas de um mesmo sistema cultural. Em seguida, buscavam-se diferenças em relação a equivalentes realidades em sistemas culturais diferentes, para assim se compreender o Homem de uma forma mais abrangente e, portanto, científica. Lembremos que Freud não concebia a Psicanálise como uma disciplina que se enquadrasse em tal definição.

Em síntese, a distinção entre as duas classes de Ciência pode ser entendida da seguinte forma: haveria basicamente dois tipos de objeto para o saber, os naturais – existentes sem que o homem tenha parte em seu surgimento – e os históricos ou culturais, ou seja, tudo aquilo que resulta da vida em sociedade e caracteriza a existência humana. Disciplinas como História e Economia lidam com realidades culturais, qualitativamente diversas dos corpos físicos ou dos

⁷ A “querela dos métodos”, que teve lugar na Alemanha no final do século XIX e no início do século XX, designa um período em que o campo epistêmico se encontrava em plena revolução, em função da ascensão das Ciências do Espírito. A irrupção de um saber que se reivindica como inédito implica uma verdadeira reforma do entendimento epistemológico na comunidade científica. Ela culmina, sobretudo na produção de um novo par fundador: o das *Naturwissenschaften* e das *Geistwissenschaften*. A tese capital, segundo a qual a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*, deve confrontar-se com a conotação que esse termo toma em relação aos desafios do momento (Assoun, 1981).

organismos vivos que são o assunto da Astronomia, da Química e da Biologia. Há, portanto, entre o “humano” e o “natural” uma diferença ontológica e, para respeitá-la, é necessário o emprego de métodos diversos no estudo de cada uma dessas regiões do real (Mezan, 2007).

No caso dos seres naturais, descobre-se algo sobre um determinado indivíduo que vale para toda a classe de seres a que pertence. O relevante não é a singularidade do espécime, mas aquilo que nele há de universal com o intuito de subsumir o particular no universal, através de procedimentos em essência indutivos, e a formular leis das quais seja possível deduzir outras propriedades, verificáveis em seguida por observações, experimentos. Deve-se reconhecer que essa postura encontra-se fortemente inerente ao trabalho de Freud na construção de sua disciplina (Mezan, 2007).

Já no domínio humano, o das Ciências do Espírito, esses procedimentos citados acima não são adequados, porque cada “objeto” apresenta uma individualidade própria, irreduzível a uma classe, no sentido anteriormente definido. Como exemplo de realidades assim são as civilizações, seus rituais, crenças e valores, as obras de arte, as normas religiosas etc. Investigar esse tipo de objeto não é incluí-lo na classe a que pertence. É necessário compreendê-lo, o que significa penetrar em seu sentido, revelar sua significação (Mezan, 2007).

Compreendida, então, a oposição entre Ciência do Espírito e Ciência da Natureza, permanece a questão de por que Freud caracteriza a Psicanálise como uma Ciência Natural. Mezan (2007) nos ajuda a encontrar uma pista a esse respeito, quando aponta a seguinte afirmação de Freud (1925/1976) em *Um estudo autobiográfico*:

“Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e do instinto [pulsão] na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas *ciências mentais*⁸ até o ponto em que as segundas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico” (Freud, 1925/1976, cap. 5, p. 73).

É importante notar que a tradução não está correta, já que o termo *Geisteswissenschaften* é traduzido por *ciências mentais*, daí o nosso grifo na

⁸ Grifo nosso.

citação, para mostrar que se está obscurecendo precisamente a distinção que Freud quer destacar. Dando continuidade ao seu argumento, Freud (1925/1976) fala agora de como se dá o processo científico especificamente nas Ciências Naturais:

“Nas ciências naturais, das quais a (...) [psicanálise] é uma delas, tais conceitos gerais nítidos são supérfluos e, na realidade, impossíveis. A zoologia e a botânica não partiram de definições corretas e suficientes de um animal e de uma planta; até hoje a biologia foi incapaz de dar qualquer significado certo ao conceito da vida. A própria física, realmente, jamais teria feito qualquer progresso se tivesse tido de esperar até que os seus conceitos de matéria, força, gravitação, e assim por diante, houvessem alcançado o grau conveniente de clareza e precisão” (Freud, 1925/1976, cap. 5, p. 73).

O que Freud está afirmando, portanto, é que, nas Ciências da natureza, as representações básicas são pouco nítidas, sendo que somente a análise posterior do material coletado em muitas e rigorosas observações é que pode conferir a essas *Grundvorstellungen* (representações básicas) uma maior precisão. Diferente das Ciências do Espírito, que lidam com o domínio de fatos no quadro de uma *construção intelectual sistemática*.

Ora, sendo a Psicanálise fundada sobre a observação, só lhe resta refletir sobre seus resultados do modo como eles se apresentam, isto é, necessariamente fragmentados, resolvendo passo a passo os problemas que vão se colocando. Freud (1925/1976) afirma que a Psicanálise nada mais é do que uma *Ergebnisse herauszuarbeiten*, ou seja, literalmente “elaborar seus resultados”, deles extraindo hipóteses (*herausen*). Nesse sentido, Freud enfatiza que as ditas hipóteses estão contidas, de modo virtual, nos “resultados”, mas também sugere uma valorização da capacidade imaginativa do cientista, que o habilita a *arbeiten* – trabalhar – esses resultados para deles extrair conceitos e hipóteses. Encontraremos aqui semelhanças entre esse método freudiano e o modo como Darwin monta seu argumento em *A origem das espécies*. A comparação entre esses dois modelos será apresentada mais adiante.

Numa passagem da Conferência 35, Freud (1933/1976) compara o trabalho do analista com o do cientista e afirma que o motivo da semelhança entre ambos é que o analista é um cientista. Nesse sentido, ele afirma que o progresso no trabalho científico é o mesmo que se dá numa análise, isto é, inicialmente o analista traz as suas expectativas, mas que devem ser contidas, ou seja, o analista

deve renunciar às convicções precoces, de modo a não ser levado a negligenciar fatores inesperados. Mediante a observação, ora num ponto, ora noutra, o analista encontra alguma coisa nova; mas, no início, as peças não se completam. Este faz conjecturas, formula hipóteses, as quais retira quando não se confirmam, de modo que necessita de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, e, no final, todo o seu dispêndio de esforços é recompensado, os achados dispersos se encaixam mutuamente e o analista obtém um *insight* de toda uma parte dos eventos mentais.

Ainda a respeito da concepção de Freud da Psicanálise como uma Ciência Natural, é importante ressaltar que àquilo a que ele se referia, em sua autobiografia (1925/1976), como *Geistwissenschaften*, corresponde ao que, na Conferência 35 (1933/1976), ele chamou de *Weltanschauung* (concepção de mundo), ou seja, uma construção em que os fatos devem ser incluídos nas posições que lhes correspondem, ainda que neles haja elementos que resistam a tal operação. Mezan (2007) estabelece distinções bastante elucidativas: “o *a priori* prevalece sobre a observação, o desejo de completude sobre a intolerância ao não-saber e, para dizê-lo de uma vez, a arrogância sobre a humildade diante dos fatos, que caracteriza o espírito científico” (p. 333). E em seguida Mezan (2007) ressalta que não espanta que Freud fuja da companhia de tais filósofos do espírito.

Deve-se notar que Freud considera que a “concepção de mundo” (*Weltanschauung*) diz respeito a uma atitude anti-investigativa, característica da mente infantil – é a onipotência do pensamento –, que é responsável pelo surgimento das religiões, que visam minimizar o sentimento de desamparo mediante a suposição de que seres superiores velam por nós. Embora não seja o propósito aqui discutir a visão de Freud sobre religião, é importante notar que, para ele, tanto a religião quanto as “construções intelectuais sistemáticas” – quer se refiram a *Geisteswissenschaft* ou a *Weltanschauung* – estão do mesmo lado da fronteira, enquanto é no lado oposto que se situa a Ciência, e portanto a Psicanálise.

Podemos compreender, também, a recusa de Freud em conceber a Psicanálise como uma *Geisteswissenschaft* pelo fato de as Ciências do Espírito estarem impregnadas de juízos de valor (Mezan, 2007). Deve-se lembrar da importância que ele atribui à neutralidade, isto é, à recusa de proferir julgamentos

morais sobre os desejos e fantasias do paciente. A explicação no estilo das *Naturwissenschaften* prescinde de juízos morais: fantasias assassinas, como as que aparecem na análise do Homem dos Ratos, são estudadas com a mesma isenção que quaisquer outras, e vinculadas a causas consideradas invariavelmente apenas sob o ângulo de sua eficácia para produzir tais efeitos (Mezan, 2007).

Isto é especialmente visível quando Freud aborda temas tratados pelas *Geisteswissenschaften*, como em *Totem e Tabu* (Freud, 1913a/1974). Nada encontramos, neste livro, dos juízos depreciativos tão comuns na época sobre a inferioridade intelectual ou moral dos “primitivos”; ao contrário, o argumento parte precisamente das *semelhanças* entre a vida mental dos selvagens e a dos neuróticos e crianças *ocidentais*. Pouco se tem notado esta sua posição – francamente progressista – quanto aos preconceitos da época em que viveu, na medida em que recusa qualquer racismo e afirma a unidade do gênero humano. O mesmo se pode dizer de sua atitude diante da homossexualidade: ao considerá-la como resultado da fixação em fases pré-genitais do desenvolvimento, ele a retira do catálogo dos crimes (como era capitulada no Código Penal Alemão) para a situar no terreno das possibilidades naturais abertas à pulsão sexual. Ela se inclui entre as perversões, mas esse termo não tem a conotação de *perversidade*: trata-se do caráter infantil da vida sexual, e é por isso que Freud pode falar da criança como “perversa polimorfa”, aludindo com essa expressão à pluralidade e à plasticidade das tendências eróticas durante a infância.

É importante esclarecer também que, quando Freud considera a Psicanálise uma Ciência da natureza, o modelo da *Naturwissenschaft* é invariavelmente o da Física, que vai estar extensamente presente no discurso freudiano, ao menos no manifesto de seus escritos; é daí que deriva a ideia de forças psíquicas, assim como o constante emprego de *mecanismo* e as inúmeras metáforas mecânicas, hidráulicas e elétricas que perpassam a sua descrição dos processos psíquicos. Nisso ele não se distingue dos seus contemporâneos: era imenso o prestígio daquela disciplina, cujos progressos espetaculares pareciam confirmar a cada novo desafio a veracidade da doutrina newtoniana (Mezan, 2007).

Entretanto, Mezan (2007) alerta que foi pouco explorada a presença de Darwin quanto ao seu o estilo de fazer Ciência, nas entrelinhas do texto de Freud, que diverge em pontos importantes do modelo newtoniano, já que a evolução por

seleção natural não pode ser provada à maneira de uma hipótese da Física ou da Química. Nesse sentido, deve-se ressaltar as estratégias argumentativas de que se servem Darwin e Freud para defender sua teoria, pois enfrentam o mesmo problema: a impossibilidade de comprovar por meio de “evidência imediata e conclusiva” a veracidade das inferências que extraem de seus dados. Essa impossibilidade pode ser verificada, no caso de Darwin, dado que sua hipótese exige intervalos de tempo imensos, muito superiores à duração de uma vida humana, e também pelo caráter infinitesimal das variações adaptativas e pela escala monumental do tempo exigido para que elas se sedimentem. Já no caso da Psicanálise, a tal impossibilidade de comprovação por meio de “evidência imediata e conclusiva” refere-se ao fato de que a explicação causal faz apelo a fatores que só podem ser *supostos* e não enfaticamente *demonstrados* (quer se trate da ação atual das motivações inconscientes, quer de desenvolvimentos passados que se argumenta terem resultado no quadro atual). Portanto, o que produz a convicção de que aquilo “deve ser verdade” é a consistência interna do argumento, somada à simplicidade e plausibilidade da hipótese central (ação da seleção natural em Darwin, existência e eficácia de um inconsciente dinâmico em Freud), e ao enorme poder explicativo da teoria tomada em seu conjunto. Se assim for, Darwin está muito mais presente em Freud do que deixariam supor mesmo as treze citações explícitas na obra de Freud. É, portanto, *o modo de fazer Ciência* que os aproxima (Mezan, 2007).

Voltemos então a trechos ao longo da obra de Freud em que ele explicita a sua concepção de Ciência. A seguir, apresentaremos assim, uma célebre citação de Freud, encontrada no primeiro parágrafo de *Os instintos e suas vicissitudes*, a respeito da qual Mezan (2007), de forma precisa e assertiva, designou-a como o “manifesto epistemológico” de Freud. Essa passagem expressa com clareza, o modelo epistemológico sob o qual Freud (1915a/1974) submete a Psicanálise:

“Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado.

Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo ‘conceitos básicos’, que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo. Um conceito básico convencional dessa espécie, que no momento ainda é algo obscuro, mas que nos é indispensável na psicologia, é o de [uma pulsão]⁹. Tentemos dar-lhe um conteúdo, abordando-o de diferentes ângulos (Freud, 1915a/1974, Vol. XIV, p. 137).

Pode-se afirmar que Freud, portanto, ao elaborar suas teorias, sempre procurou testá-las na prática clínica, ou seja, não se trata de mera especulação ou divagações sobre o ser humano, mas um constante retorno às vivências clínicas, em busca de evidências que garantissem uma confirmação. Poder-se-á notar, através dos textos de Freud, o quanto o mesmo estava disposto a refutar suas próprias teorias e reformulá-las de uma outra maneira, a partir de um novo entendimento sobre determinado processo psíquico.

Em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (Freud, 1914a/1974), Freud firma a sua posição enquanto empirista, e nega a presença do fator especulativo em seu método de investigação. Deve-se notar que nesse momento houve uma reformulação da teoria da libido, em que inicialmente a pulsão do *Ego*, ou de autoconservação, fora concebida como antagônica à pulsão sexual, como sendo forças de naturezas distintas. Posteriormente, passa-se a conceber uma mesma energia – a libido – para os dois grupos de pulsão, e dessa forma a teoria anterior é descartada. Tendo em vista esta modificação da teoria, Freud (1914a/1974) faz a

⁹ No original ‘instinto’, posteriormente traduzido como *pulsão*, a partir do termo alemão *Trieb*. O conceito de pulsão foi definido como um processo dinâmico que consiste numa *pressão* ou força (carga energética), que faz tender o organismo para um *alvo* (ou *finalidade*). Tem a sua fonte numa excitação corporal; o seu *alvo* é suprimir o estado de tensão que reina na *fonte* pulsional; é no objeto que a pulsão pode atingir o seu alvo. Pulsões do *Ego* relacionam-se com necessidades ligadas às funções corporais essenciais à conservação da vida do indivíduo. A fome constitui o seu protótipo (Laplanche & Pontalis, 1967).

seguinte distinção entre uma Ciência erigida a partir da interpretação empírica (a qual considera-se adepto) e uma teoria especulativa: enquanto esta última é privilegiada por apresentar um fundamento logicamente inatacável, no caso da interpretação empírica suas ideias não são o fundamento da Ciência, no qual tudo repousa: esse fundamento é a observação. Parte-se de conceitos nebulosos, que serão apreendidos mais claramente no decorrer de seu desenvolvimento, de modo que os mesmos podem ser, inclusive, substituídos. Ele acrescenta que a mesma coisa vem acontecendo na Ciência da Física, cujas noções básicas no tocante a matéria, centros de força, atração, etc. são quase tão discutíveis quanto as noções correspondentes em Psicanálise.

Ou seja, para o metapsicólogo, as más interpretações da Psicanálise decorrem justamente de um afastamento da empiria. Ele alerta que os cientistas em geral não devem supor que aquilo que ele apresenta como conceito psicanalítico seja um sistema especulativo. Pelo contrário, é empírico, seja por ser uma expressão direta das observações, seja em função de um processo consistente em que as hipóteses são trabalhadas exaustivamente. Segundo ele, se esse trabalho exaustivo for executado de uma maneira adequada e fundamentada, isto se verá no decorrer de futuros progressos da Ciência. Ou seja, ele acreditava que o seu rigor epistemológico seria capaz de assegurar reconhecimento à sua prática científica. Deve-se reconhecer, portanto, a sua fé inabalável na Ciência, que para ele era a *Naturwissenschaft*. Ao mesmo tempo, ao legitimar a Ciência dos sonhos, afirmando sua interpretabilidade como um método adequado à execução dessa nova tarefa, ele assumia definitivamente que sua Ciência não poderia se submeter aos dogmas da Ciência vigente, ainda que ele próprio a considerasse uma *Naturwissenschaft*.

Nesse sentido, apesar da sua crença na cientificidade da Psicanálise, Freud reconhece, no artigo de 1913 – *O interesse científico da psicanálise* –, que a sua obra inaugural, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), selou o primeiro conflito da Psicanálise com a Ciência oficial, o que passou a ser o seu destino. Ao mesmo tempo, ele defende que esta obra promoveu um alargamento do campo científico, o que nos faz pensar que ele não está de acordo com a posição da Ciência oficial, já que isto não o impediu de levar adiante o seu empreendimento, cabendo a

legitimação da Psicanálise ao próprio fundador, como veremos a seguir no que se refere à teoria dos sonhos.

Freud afirma que a Psicanálise eleva a condição dos sonhos à de atos psíquicos possuidores de sentido e intenção, e com um lugar na vida mental do indivíduo, apesar de sua estranheza, incoerência e absurdo. Já a pesquisa médica explica os sonhos como sendo fenômenos puramente somáticos, sem sentido, e considera-os como a reação de um órgão mental, em estado de sono, aos estímulos físicos. Não existe um meio termo entre essas duas opiniões sobre os sonhos. O argumento usado contra a hipótese fisiológica é a sua esterilidade, e em favor da hipótese psicanalítica é o fato de ter traduzido e dado um sentido a milhares de sonhos, usando esse sentido para iluminar os pormenores mais íntimos da mente humana (Freud, 1913b/1974).

Pode-se notar, portanto, que Freud passa a dispensar o critério de cientificidade da Ciência vigente que seria considerado hierarquicamente superior, e legitima o método de interpretação dos sonhos como um método, segundo ele, científico:

“Fui levado a compreender que temos aqui, mais uma vez, um daqueles casos nada incomuns em que uma antiga crença popular, ciosamente guardada, parece estar mais próxima da verdade que o julgamento da ciência vigente em nossos dias. Devo afirmar que os sonhos realmente têm um sentido e que é possível ter um método científico para interpretá-los” (Freud, 1900/1972, pág. 107).

Aqui cabe esclarecer um ponto que se refere às noções de interpretação e de teorização, o que vai nos remeter novamente à distinção entre as Ciências do Espírito e as naturais, em termos de suas especificidades metodológicas, uma vez que a interpretação, em Psicanálise, não deve ser confundida com a hermenêutica – que significa o método interpretativo, utilizado nas Ciências do Espírito. Para se compreender essa distinção, uma comparação entre a interpretação de um sonho e a análise hermenêutica da tragédia grega, oferecida por Mezan (2007), pode elucidar essa questão, quando o autor compara o modo de interpretar presente na Psicanálise com a interpretação conduzida pelas Ciências do Espírito, no caso, a filosofia de Nietzsche. A investigação de Freud é orientada pelo princípio do determinismo, presente nas *Naturwissenschaften*. Ou seja, a *Deutung* (interpretação) visa encontrar a *Bedeutung* (significação) de um acontecimento

mental, mas essa operação não é do tipo hermenêutica. Não se trata, portanto, de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a “algo” que neles se exprime, “algo” equivalente a um princípio que deve ser captado através de suas manifestações, como em *A origem da Tragédia*, na qual o teatro grego é visto como derivado da luta e da integração entre os princípios apolíneo e dionisíaco. No caso da *Deutung*, trata-se de encontrar a causa que dá origem àquela produção específica. Interpretar um sonho é encontrar o seu sentido – o desejo inconsciente e as fantasias. Mas esse desejo é igualmente uma das *causas* daquele sonho, sendo a outra causa a “potência psíquica” que se opõe à realização dele, responsável pela censura. Ao elucidar o sentido, a interpretação revela também as causas, tanto materiais (o desejo inconsciente) quanto formais (as operações do processo primário que incidiram sobre o material original). O mesmo vale para as “tendências” cujo choque produz o ato falho, a piada, ou o sintoma neurótico: tendências, desejos e pulsões são causas eficientes, forças que determinam aquilo que aparece na consciência.

Complementando a distinção entre a interpretação em Psicanálise e na hermenêutica, deve-se notar que, diferente das Ciências do Espírito, a Psicanálise começou como um ramo da medicina, portanto objetivando não apenas o *compreender* o mundo psíquico, mas ainda, e principalmente, *intervir* nele, desfazendo constelações nocivas e favorecendo rearranjos mais saudáveis. Para fazer isso com conhecimento de causa, era preciso criar uma teoria que explicasse como funciona a mente e como esta adocece. Tal teoria deveria dar conta também do funcionamento normal da *psique*. É o que, na verdade, Freud tenta no *Projeto* de 1895, e depois, com mais sucesso, no capítulo VII de *Traumdeutung* (*Interpretação dos Sonhos*), criando um modelo metapsicológico que será incessantemente retomado e modificado ao longo de sua obra (Mezan, 2007).

Não podemos deixar de lado, em nossa investigação, a correlação encontrada por Freud entre a sua Ciência sobre os processos psíquicos inconscientes e as manifestações culturais, o que não a torna menos *Naturwissenschaft*. Se, por um lado, reconhecia em sua epistemologia a vinculação da Psicanálise à investigação biológica, por outro lado Freud encontrava nas criações culturais um eco para a confirmação de suas hipóteses. Portanto, apesar desse salto na cultura, observa-se a manutenção da postura epistemológica de

Freud diante de tal ampliação. Ou seja, Freud opera exatamente da mesma forma quando aborda questões históricas ou culturais, lembrando que uma boa parte do que escreveu trata da religião, da vida social, de obras de arte, do teatro e da literatura de ficção. Cada “objeto” destes é considerado como produto de causas discerníveis. Por exemplo, a religião é uma resposta ao desamparo infantil; as normas morais aparecem como consequência do assassinato do pai primitivo; as obras de arte são fruto da sublimação.

No que se refere à literatura, Freud (1908/1976) concebe que os “escritores criativos”, embora desvinculados de qualquer intenção científica, apresentam teorias válidas sobre a “vida humana”. Ele espanta-se com a coincidência entre os achados de sua Ciência empírica e as apreensões dos processos psíquicos veiculadas nas obras literárias, considerando-os, assim, aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta. O grande interesse despertado nos homens pela literatura decorre exatamente do fato de que os romances são capazes de expor, ainda que de forma velada, os aspectos *inconscientes* da vida psíquica. Nesse sentido, todo o prazer estético que o escritor criativo proporciona, e a verdadeira satisfação que se usufrui em uma obra literária, procedem de uma liberação de tensão no psiquismo. Talvez até grande parte desse efeito seja devido à possibilidade que o escritor oferece ao leitor de se deleitar com seus próprios devaneios, o que conduz ao limiar da investigação psicanalítica de processos inconscientes (Freud, 1908/1976).

Ao perceber que a Psicanálise não poderia se restringir ao estudo do psiquismo individual, fazia-se necessário supor uma conexão entre a história individual, material de trabalho da Psicanálise, e os fatos histórico-sociais. O texto *Totem e tabu* (1913a/1974), constitui uma primeira tentativa de obter, a partir da Psicanálise, uma teoria dos fundamentos psíquicos da realidade histórico-social. Freud, contudo, entrevia a necessidade de abordar os assuntos históricos interdisciplinarmente, integrando o método psicanalítico de investigação às técnicas das demais Ciências Humanas.

Por último, é importante salientar que, na conferência introdutória de 1917, *O estado neurótico comum*, Freud (1917/1976) volta a insistir na tese de que a Psicanálise não pretende ser apenas um procedimento terapêutico. Se ela se constitui como uma Ciência empírica da “vida humana”, a técnica que desenvolve

pode também ser utilizada para analisar a obra do espírito. Dessa feita, para Freud (1917/1976):

“O que caracteriza a Psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses, sem forçar sua natureza essencial. Aquilo a que ela visa, aquilo que realiza, não é senão descobrir o que é inconsciente na vida mental” (p. 453).

Para concluir, devemos observar que o caminho percorrido por Freud, apresentado ao longo do presente capítulo, serviu para mostrar duas características principais na forma como ele conduz suas investigações. A primeira refere-se à sua postura flexível, ao buscar constantemente novas confirmações e estar aberto a refutações de suas teorias. A segunda diz respeito ao seu rigor quanto ao estabelecimento de uma articulação confiável entre seus achados clínicos e seu construto teórico. Discutimos a distinção entre Ciências Naturais e Ciências do Espírito e os motivos pelos quais Freud insere a Psicanálise dentro do primeiro tipo. Mostraremos, porém, que essas distinções não correspondem à atual divisão entre Ciências Humanas e Naturais. Mezan (2007) sugere, por exemplo, que a Psicanálise é uma Ciência Humana, ao argumentar sobre o estranhamento que causa em se pensar atualmente em Psicanálise como não sendo uma Ciência Humana. Ao mesmo tempo, esse autor mostra a estreita fronteira com as Ciências biológicas aproximando a metodologia freudiana e darwiniana, o que será apresentado mais adiante. A fim de enriquecer nossa pesquisa sobre a cientificidade do empreendimento freudiano, apresentaremos, a seguir, autores que discutem o seu modelo de investigação, e dessa forma, não nos restringiremos ao testemunho do próprio fundador, e poderemos, assim, aumentar a tenacidade da nossa investigação.

2.3

Por uma epistemologia freudiana

Serão articuladas aqui diferentes visões de autores que se propuseram a construir uma epistemologia freudiana. Tais visões são dispostas por Paul-Laurent Assoun em sua obra *Introdução à epistemologia freudiana*. Serão explorados os

discursos dos alemães Maria Dorer e Ludwig Binswanger; dos franceses Jean Hyppolite e Paul Ricoeur, além de apreciações do próprio Assoun. Serão também apresentadas as discussões norte-americanas da década de 50, conduzidas por Ernest Nagel, incluindo apreensões de Otto Fenichel e Rapaport, em que se estabelece uma investigação positivista da Psicanálise, alegando-se a falta de verificacionismo. Como aponta Assoun (1981): “Convém notar que é de epistemologia freudiana, e não de epistemologia psicanalítica, que falamos” (p. 11).

Inicialmente gostaríamos de firmar nossa posição no sentido de uma suspeita em relação a se tentar promover um estudo epistemológico do construto teórico freudiano em função das tentativas de apreensão da Psicanálise em “esquemas epistemológicos” previamente estabelecidos e restritivos. É interessante notar que o filósofo Paul-Laurent Assoun, que nos oferece em sua *Introdução à epistemologia freudiana* (1981) um panorama de algumas tentativas nesse sentido, parece compartilhar da nossa desconfiança, afirmando que se deve problematizar, com uma suspeita de ilegitimidade, a união do termo “epistemologia” ao nome de Freud. Ou seja, o que estaria sendo proposto, em tal projeto, poderia levar a um certo freudismo teorista com todos os seus riscos e seus limites. É nesses termos que devemos formular a suspeita a tal empreendimento.

Porém, já que o percurso dessa tese nos conduziu invariavelmente para este tema – cientificidade da Psicanálise e epistemologia –, mostraremos, a seguir o que se tem discutido sobre o estatuto epistemológico da Psicanálise, que foi objeto de inúmeras reflexões ao longo do último século. É preciso reconhecer, entretanto, que apesar da suspeita em relação a tal empreendimento, Assoun (1981) demonstra que foi o próprio Freud que, de certa forma, reivindicou o estabelecimento desse tipo de investigação. Nesse sentido, Freud passa a ser a garantia essencial, já que é ele quem forja sua epistemologia pensando sua prática científica, como vimos anteriormente quando ele proclama incessantemente que a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*.

Ao tomar Freud como garantia para poder engendrar a sua *Introdução a epistemologia freudiana*, Assoun (1981) argumenta que embora a ambição da cientificidade da Psicanálise se encontre presente em seu fundador, este jamais a

teoriza por ela mesma. Na verdade, pode-se dizer que Freud “elabora um discurso epistemológico *sui generis*” (Assoun, 1981, p. 11), sendo que, “em momentos chave, sente a necessidade de formular uma espécie de plataforma epistemológica ao mesmo tempo extraordinariamente explícita e excessivamente concisa” (Assoun, 1981, p. 11). Isto pode ser observado no primeiro parágrafo de *Os instintos e suas vicissitudes* (Freud, 1915a/1974), citação apresentada no capítulo anterior, a qual Mezan (2007) designou de “manifesto epistemológico” de Freud.

Freud teoriza essa prática numa disciplina específica original, para a qual produz o neologismo “metapsicologia”, porém nota-se que ele não poderia fazer de outra forma ao criar os dispositivos originais de seu saber, senão construí-lo através dos modelos epistêmicos situados e datados que o inscrevem, em seu modo de produção, no universo epistêmico de sua época.

Assoun (1981) defende que a epistemologia freudiana não constitui uma ficção e, no intuito de tentar explicá-la, esclarece que não se trata de aproveitar as contribuições freudianas para delas inferir uma epistemologia. Ao contrário, deve-se procurar esse fundamento epistemológico na literalidade do discurso freudiano e na objetividade de seu meio, e justifica a sua pretensão argumentando que se todo saber científico possui seu regime, é preciso que haja uma reflexão sobre as condições de possibilidade de tal saber.

Após observarmos o posicionamento de Assoun (1981), que consiste em estabelecer uma epistemologia freudiana sem tentar adequar a tal ou qual modelo, parece que outros autores que se prontificaram a investigar a epistemologia freudiana apresentaram posturas diferentes, no sentido de tentar encaixar a Psicanálise em modelos epistemológicos restritos já existentes, o que poderá ser conferido através do retrospecto que esse autor nos oferece.

Deve-se notar que desde muito cedo se tentou promover uma epistemologia da Psicanálise, em que os autores pareciam preocupados em ir mais além do que o próprio Freud no caminho da sistematização do saber freudiano e em conferir-lhe precisamente suas credenciais de legitimidade epistêmica. Aquilo que Freud, de certa forma, se recusa a fazer, inúmeros daqueles que investigam o caráter epistemológico da Psicanálise, desde o início do século, comprometem-se a realizá-lo com ostentação. Como se observa no artigo de Kronfeld (*Freud, a filosofia e as filosofias*, 1911, citados por Assoun, 1981), que se propunha a

oferecer uma “exposição completa da Psicanálise, considerada como um conjunto organizado”, o que provocou uma reação irônica de Freud numa carta a Abraham: “Kronfeld demonstrou, pela filosofia e pelas matemáticas, que tudo o que nos atormenta não existe, porque não pode existir. Assim, estamos agora a par. E está terminado!¹⁰” Aqui observa-se que se trata de uma recusa, por parte de Freud, de toda a tentativa de sistematização epistemológica dedutiva (Assoun, 1981).

Uma das primeiras tentativas de se estabelecer uma epistemologia freudiana foi empreendida por Maria Dorer na Alemanha, em 1932, em sua obra *Historische Grundlagen der Psychoanalyse*. Buscando as “origens históricas” do freudismo, Dorer (1932) tentou mostrar a filiação da Psicanálise à Psicologia oriunda de Herbart¹¹, o que chamou de herbartismo de Freud, que teria chegado a ele por meio de seus mestres vienenses, principalmente Meynert.

Dorer (1932) acaba por concluir que a Psicanálise é uma forma de materialismo ingênuo, ou seja, um prolongamento de uma teoria anterior, materialista e naturalista, completamente inadequada ao estudo do objeto humano. Nesse sentido, defende que à teoria freudiana faltaria uma *axiologia*¹². Aqui parece que no espírito de tal pesquisadora teria sido descoberto o culpado: “trata-se do materialismo levando Freud a uma incurável cegueira axiológica” (Assoun, 1981, p. 21).

Podemos notar que Dorer (1932) utiliza uma estratégia de exacerbar o impacto desses modelos anteriores sobre Freud, o que justificaria a tal falta de uma axiologia mencionada acima. Mais ainda: Freud, segundo ela, “preso às suas origens materialistas, mecanicistas e deterministas, legou à sua filha, a Psicanálise, uma doença incurável: a ausência de todo sentido de valores” (Assoun, 1981, p. 21). Assim, esse resgate das origens parece ter o propósito de desacreditar o freudismo, de modo que a hereditariedade do materialismo passa do ancestral Herbart a seu último produto, Freud, por intermédio de Meynert, e, sendo assim, estaria desvendada a originalidade freudiana.

Nesse sentido, Dorer (1932) exagerou a influência dos modelos científicos herbartianos nas formulações teóricas sobre a prática de Freud, buscando na

¹⁰ Retirado de Assoun, 1981, p. 20.

¹¹ Pode-se observar na obra de Herbart ecos dos conceitos freudianos de representação (*Vorstellung*), recalque (*Verdrängung*) etc. Sobre o assunto confere: Assoun (1981).

¹² “Axiologia” refere-se ao estudo ou teoria de alguma espécie de valor, especialmente dos valores morais (Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa).

história tão somente um alibi para se desvencilhar da apreciação da novidade que Freud engendrava. “Ao mostrar as origens, o discurso descritivo se converte em diagnóstico. A Psicanálise freudiana *não é e não* poderia ser *senão* isso: uma nova aparição do herbartismo. Sua identidade só é recuperada para melhor ser renegada: a fidelidade histórica tem por efeito e finalidade abolir o inédito freudiano” (Assoun, 1981, p. 21-22).

Não se trata de negar a influência do modelo de Herbart sobre Freud, aliás, pelo contrário, há raízes significativas da teoria metapsicológica em tal modelo. Mas deve-se questionar o uso que Dorer (1932) faz de tal influência, pois no lugar de mostrar seus aspectos impulsionadores que conduziram ao inédito freudiano, ela focou naquilo que poderia ser visto como fatores aprisionadores que pudessem se contrapor à pretensão da construção de um modelo de aparelho psíquico.

Discutiremos agora as apreensões que Ludwig Binswanger (1936/1970) faz sobre o freudismo. Considerando a pretensa oposição entre Ciências Naturais e as Ciências do Espírito, este autor afirma que o modo de conhecimento derivado das Ciências Naturais, com o qual identifica o freudismo, é absolutamente inadequado ao estudo da realidade humana, propondo, em alternativa, uma abordagem *fenomenológica*.

Binswanger (1936/1970) reconhece, entretanto, que Freud não teria como fugir das determinações histórico-epistemológicas que o fizeram conceber a Psicanálise como uma Ciência Natural (*Naturwissenschaft*), e, nesse sentido, a epistemologia não se configura como um *problema*, e sim uma *determinação*. Assim, apesar de o fundador da Psicanálise ultrapassar os modelos epistemológicos de seu tempo, introduzindo um novo objeto no campo das Ciências Naturais, o seu naturalismo é, ao mesmo tempo, uma restrição, na medida em que ele, aferrado aos esquemas explicativos da Ciência Natural, teria relegado a segundo plano a dimensão propriamente existencial do homem.

Assoun (1981) comenta que a avaliação da episteme freudiana por Binswanger (1936/1970) acaba por restringir a mesma. Ao investigar, em 1936, *A concepção freudiana do homem à luz da antropologia*¹³, Binswanger (1936/1970) situa seu eixo na elaboração da ideia do *homo natura* numa teoria naturalista. Dito

¹³ Este texto foi traduzido em francês na coletânea *Discurs, parcours, et Freud* (Gallimard, 1970), p. 201s.

de outro modo, o homem seria apreendido em sua imanência pura, como natureza. E é isso que conduziria a Psicanálise, segundo Binswanger (1936/1970), ao modelo das *Naturwissenschaften*. Nesse sentido, esse autor defende que o processo dialético de redução, que Freud utiliza como instrumento metodológico para a construção teórica da sua ideia do Homem, é, até em seus últimos detalhes, o das Ciências Naturais. Entretanto, com Binswanger (1936/1970), “subitamente, sua origem (que até então constituía sua força) volta-se contra ele como uma tara da perspectiva existencial” (Assoun, 1981, p. 23). Ou seja: a única abordagem válida para se estudar o homem seria o existencialismo. Nota-se que ele defende que Freud estuda o Homem com a mesma “objetividade” quanto a usada para estudar, no laboratório de Brücke, a *medula* do *amocoetespretomyzon*: aqui por intermédio do microscópio; lá, com a ajuda de seu ouvido aguçado por seu “sentido” infalível para as “condições humanas”. Em lugar da comunicação recíproca, interpessoal, aparece a relação unilateral do médico e do paciente; e a relação mais impessoal do pesquisador com seu objeto teórico de pesquisa. Para Assoun (1981), o diagnóstico final de Binswanger (1936/1970) seria restritivo, e referir-se-ia à acepção de que a Ciência da natureza não constitui a totalidade da experiência do homem pelo homem. “Eis que se instala a mutilação na objetividade freudiana com o modelo naturalista que o sobre-determina, a ambição de “construção científica” equivalendo, finalmente, a uma “destruição de sua historicidade” (Assoun, 1981, p. 24).

Na França, certa corrente filosófica abordou a questão da identidade fenomenológica freudiana. O texto considerado mais significativo, por inaugurar toda uma linha de pesquisa, é o do filósofo hegeliano Jean Hyppolite (1955), *Psicanálise e filosofia*¹⁴. Este autor se mostra ambivalente em relação à obra freudiana. Ou seja, ao mesmo tempo em que nutre um sentimento de uma descoberta contínua, de um trabalho profundo que sempre coloca em questão seus próprios resultados para gerar novas perspectivas, também admite um sentimento de decepção. Isto ocorre pois, embora na obra de Freud se encontre o caráter da pesquisa e da descoberta, esse aspecto contrasta-se com a linguagem positivista, que é oriunda da metodologia das *Naturwissenschaften*. Parece que esta última afirmação abre uma discussão importante, pois se refere à concepção de que

¹⁴ Artigo não datado, mas provavelmente escrito em 1955 e reproduzido na coletânea *Figures de la pensée philosophique*, t. I, p. 373s (Assoun, 1981).

haveria dois Freud: de um lado o da pesquisa fecunda; do outro, o da doutrina rotulada sumariamente de positivista.

Hyppolite (1955) sugere, portanto, que para absorver a significação filosófica da obra freudiana deve-se ir além de certas formulações de Freud e identificar um sentido que ele próprio não formulou. “Em outras palavras, a pesquisa de Freud vale infinitamente mais que a linguagem pela qual ele a decifra: é preciso separá-la da linguagem para reconquistá-la em sua pureza primitiva. Esse é o trabalho filosófico sobre a Psicanálise: depuração da ganga positivista” (Assoun, 1981, p. 29), admitindo as aquisições essenciais da investigação freudiana relacionadas à interpretação dos fenômenos de consciência como fenômenos significativos, onde se observa uma revolução no método de exploração do psiquismo. Portanto, de acordo com Hyppolite (1955), não se pode salvar a valorosa aquisição de Freud senão retraduzindo-a na linguagem da Fenomenologia, a partir do suplemento da “psicanálise existencial”. Heidegger e Sartre encarregaram-se de corrigir a linguagem inadequada de Freud. “No espírito dos fenomenólogos, não há nem mesmo suspeita de traí-lo, pelo contrário, ambição de completá-lo. Só que ao preço de civilizar sua linguagem grosseiramente positivista” (Assoun, 1981, p. 29).

Assoun (1981) critica a postura dos fenomenólogos franceses e levanta o seguinte questionamento que vale reproduzi-lo de forma literal:

“Ao despojar a Psicanálise dessa linguagem na qual ela se pensa e forja seus termos, não é a própria identidade freudiana que se atinge? Por detrás dessa pretensão de salvar a Psicanálise, não é a contestação da identidade epistemológica da Psicanálise que está em jogo? Tudo se passa, a seguirmos o raciocínio de Hyppolite, como se a Psicanálise pecasse por sua parte teórica: seu valor viria daquilo que ela investiga, das unidades de sentido que elucida; mas sua fraqueza proviria do essencial: da plataforma epistêmica, dos princípios e da linguagem” (p. 30).

Nesse sentido, podemos pensar que, de acordo com Hyppolite (1955), metodologicamente a Psicanálise seria uma atividade dialética, que teria por principal atividade a exegese, ou seja, a minuciosa interpretação de uma palavra ou de um texto, ou minuciosa busca de significados nos discursos. Mas a linguagem positivista a impediria de realizar sua *vocação* de Ciência Humana. Aqui, mais uma vez, presentifica-se a suposição de que a linguagem utilizada determina a postura epistemológica adotada. E se analisarmos de forma mais

profunda podemos pensar também em termos de disputas políticas no campo das Ciências, ou seja, a “psicanálise freudiana”, contaminada pelo positivismo das Ciências Naturais *versus* a “Psicanálise fenomenológica”, purificada, renovada; enfim: superior!

Ora, parece que, nesse “episódio Hyppolite”, podemos apreender não apenas parte importante dos debates em torno da epistemologia da Psicanálise, mas também a constante disputa e os jogos de poder observados no campo das Ciências para a detenção do saber por determinado grupo e não por outro. Quem tomará posse da teoria freudiana? Os médicos, filhos das Ciências Naturais, ou os filósofos, herdeiros das Ciências do Espírito? Talvez a resposta esteja relacionada à célebre expressão: “Quem dá mais?” Isso nos faz considerar a hierarquização dos modelos em jogo. Ou seja: parece aqui que determinado pressuposto teórico e sua metodologia são considerados mais válidos do que outro pressuposto, o que acaba por bloquear o caminho da investigação, como demonstra Assoun (1981):

“O que nos parece ter bloqueado o caminho a uma investigação rigorosa da identidade freudiana foi essa representação latente de um Freud, filho ingênuo do saber, revelando mundos de sentido com a inocência epistemológica do não-filósofo. Filho que deveria ser assistido para que pudesse tomar consciência dos princípios que lhe permitiram descobrir tantas maravilhas, mas que ele mesmo não conheceria. Foi neste sentido que, muito cedo, os provedores de visões do mundo (...) acorreram para a Psicanálise, insistindo em salvá-la, apesar das recusas de Freud” (p. 32).

Ora, será que não é isso o que está em jogo quando a Neurociência se oferece como salvadora da Psicanálise por sua inocência em função de sua pobreza epistemológica? Aqui podemos pensar que o que antes se constituía como as Ciências do Espírito tentando salvar a Psicanálise, hoje corresponderia àquilo que as Ciências Naturais – neurociências – pretendem proporcionar: a sua validação. Ou seja, assim como Heidegger e Sartre, segundo Hyppolite (1955), se encarregaram de corrigir a linguagem incorreta de Freud, Eric Kandel (1999) encarregou-se de apresentar o que ele chamou de “*insights* biológicos”, que por sua vez podem validar a teoria psicanalítica. Mais ainda, Kandel propõe, de modo semelhante aos fenomenólogos, uma reformulação dos conceitos psicanalíticos, substituindo-os por aqueles da Neurociência Cognitiva cujas pesquisas a partir das quais foram erigidos seriam mais confiáveis.

A conclusão parece se impor por si só: mudam os nomes, mas o mecanismo é o mesmo. Evidentemente não se trata de rejeitar a Fenomenologia ou a Neurociência: sabemos que a filosofia fenomenológica pode enriquecer a mente do psicanalista, assim como os recentes conhecimentos neurocientíficos. A questão está noutra parte: quando se trata de um campo tentar adequar o outro à sua própria forma de pensar e agir, é aí que duvidamos de tal pretensão.

Voltemos, porém, aos debates em torno da epistemologia freudiana. Outro importante autor, também francês, que deu continuidade ao pensamento de Hyppolite, foi Paul Ricoeur, que em 1965¹⁵ apontou em Freud uma dualidade insolúvel entre uma *energética* e uma *hermenêutica*. Ricoeur (1965) considera que a Psicanálise freudiana é, de fato, uma disciplina hermenêutica, uma vez que a clínica é sempre conduzida através da interpretação. Porém, o que intriga Ricoeur (1965) é a manutenção por Freud do “ponto de vista energético”. Dessa forma, ele se pergunta como a hermenêutica freudiana passa pela energética. Ou ainda, o que é este discurso da energia que somente se efetiva numa hermenêutica. Por fim, este epistemólogo defende que o freudismo só existe pela recusa dessa passagem – do econômico para o significado.

Todavia, como, segundo Assoun (1981), a investigação de Ricoeur (1965) teve por efeito prejudicial separar a temática freudiana em duas partes, imediatamente uma das partes, denominada energética, viu-se condenada. O *Projeto de 1895*, modelo originário da construção freudiana, servira, então, para apresentar uma energética sem hermenêutica. Ou seja, Ricoeur (1965) concebe que Freud constrói, sob efeito mecânico de seu meio científico, uma espécie de objeto arcaico, marcado pelo energitismo de seu tempo. É somente quando impulsionado pela interpretação de sonhos que Freud consegue deslocar-se para o plano hermenêutico. Portanto, para esse autor “tudo se passa como se o saber freudiano se constituísse e progredisse sob o signo de uma *consciência epistemológica infeliz*, vivendo confusamente a contradição entre um modelo teórico energicista e uma exigência hermenêutica” (Assoun, 1981, p. 34). Somente nos ensaios de *Metapsicologia* (1915a/1974), já com o seu trabalho mais desenvolvido, “as duas exigências do discurso analítico atingem seu ponto de

¹⁵ Em 1961, Paul Ricoeur abordou “O problema epistemológico do freudismo” (título da p. 75) numa série de conferências na Universidade de Yale que deram lugar à obra surgida em 1965 – *De l'interprétation, essai sur Freud* (Editions du Seuil).

equilíbrio: o ponto de vista econômico-tópico sendo aí sistematizado, enquanto que, por outro lado, a articulação entre pulsão e representação permite reintegrar o inconsciente na circunscrição do sentido” (Assoun, 1981, p. 34). Sendo assim, parece que, para esse autor, “se constituiria (...) uma união precária entre força e sentido: não harmonia, mas nó desajeitadamente amarrado num labor obstinado. Não fusão amorosa, mas divórcio superado” (Assoun, 1981, p. 34).

Para Assoun (1891) o que Ricoeur (1965) elabora é, na verdade, uma “epistemologia do freudismo” e não uma “epistemologia freudiana”, freudismo entendido aqui como um desligamento do próprio Freud, ou seja, um afastamento de suas origens. Investigando a obra tão estruturada e consistente de Ricoeur, tem-se a impressão de que “a hermenêutica se debruçou sobre o berço do freudismo com a finalidade de depurá-lo de sua origem deplorável: esta, por mais pertinentemente que seja evocada, aparece, finalmente, como um meio para repeli-la” (Assoun, 1981, p. 35). A teoria do sentido só conhecerá sua legitimação pela ultrapassagem dos limites dessa origem. Isto implica no fato de que o propósito de Ricoeur (1965) é muito mais, segundo suas próprias palavras, o de estabelecer uma “epistemologia do freudismo” do que uma epistemologia freudiana. “A epistemologia freudiana, caracterizando o húmus nativo no qual germinou Freud, é, de fato, clivada: uma parte cai como despojo morto, no desembaraço dos conceitos mecanicistas do século XIX; a outra, por sua vez, dissolve-se no tabuleiro das interpretações. O freudismo se desliga decididamente de Freud. A Freud sua identidade, com sua recessividade histórica; ao freudismo seu futuro na teoria universal do Sentido” (Assoun, 1981, p. 35).

Segundo o diagnóstico de Assoun (1981), essa visão fecha o caminho a uma epistemologia freudiana tal como a concebe:

“O acesso à identidade freudiana supõe não que a confrontemos diferencialmente com outro saber, como a Fenomenologia, mas que o re-enraizemos em seu húmus próprio, sem preconceção de recessividade, descobrindo sua historicidade, não como uma reserva, tampouco como um dado bruto, mas como um esquema de constituição que lhe pertence de pleno direito. (...) O saber freudiano, mesmo que seja uma criança ingênua, não tem necessidade de novo batismo (p. 36).

É importante perceber que as tentativas de Dorer, Binswanger, Hyppolite e Ricoeur têm por característica comum a aproximação da problemática freudiana

com a atividade das Ciências Humanas. Mas podemos perceber que estes autores contrapõem ainda as Ciências Humanas às Ciências Naturais. Para eles, trata-se de dois reinos distintos: apenas às Ciências Naturais caberia a *explicação* dos fenômenos, enquanto que as Ciências Humanas, visando a *compreensão* do humano, seriam despojadas de qualquer dimensão especulativa. Ricoeur (1965), por exemplo, não analisa o estatuto do “discurso energético” de Freud, embora conclua que a Psicanálise jamais poderá ser uma Ciência como a Física ou a Biologia. Todavia, a *necessidade* energética de Freud acaba por não ser problematizada. Não há lugar para a energia na hermenêutica de Ricoeur (1965).

A seguir apresentaremos as discussões norte-americanas que se constituem nas apreensões positivistas da Psicanálise. Na obra de Otto Fenichel, *A teoria psicanalítica das neuroses* (1945/1981), encontra-se definida uma epistemologia psicanalítica em um manual, cujo impacto torna importante o exame desse modelo epistemológico.

Nota-se que Fenichel (1945/1981) não procura extrair do freudismo uma epistemologia, mas sim formalizar os elementos do saber analítico. Deve-se, portanto, questionar se seria digna de ser chamada de epistemologia freudiana. Para examinar criticamente, devemos nos encaminhar às “considerações preliminares”, onde o autor define as generalidades subjacentes do edifício freudiano. Inicialmente ele parte de uma dualidade de interpretações sobre a origem da jovem Ciência psicanalítica. Um dos aspectos dessa dualidade refere-se à ideia de que Freud teria transposto para o domínio dos fenômenos mentais os princípios da biologia materialista de sua época; a outra forma de compreensão seria que no momento em que as Ciências Naturais se encontravam em seu apogeu, a contribuição de Freud consistiu numa reviravolta contra o espírito de seu tempo, tendo sido forçado a admitir a existência daquilo que é irracional.

Sendo favorável à primeira tese, Fenichel (1945/1981) lembra que a Psicanálise representa um evidente avanço para a introdução do pensamento científico em psicologia, considerando o campo das manifestações mentais do ponto de vista das Ciências Naturais. Aqui o autor concorda com as teses que insistem na filiação de Freud a seus mestres vienenses. Acrescenta, porém, para endossar a segunda tese, que Freud conquistou, nessa investigação, uma nova região, na verdade, todo o domínio humano. A sua originalidade consistiria,

assim, no fato de que ele teria retomado para as Ciências Naturais toda uma região da natureza que elas haviam abandonado: o espírito humano. O resultado obtido por Fenichel (1945/1981) foi o de lutar contra o cerebralismo segundo o qual o espírito é o cérebro, enfatizando fortemente a existência de uma dimensão mental.

Para Assoun (1891), Fenichel (1945/1981) não alega, como faz Maria Dorer (1932), por exemplo, um limite axiológico, em que se recorre às origens de Freud como atestado de condenação. Fenichel (1945/1981) afirma ser a matéria da Psicanálise irracional, não o seu método. Portanto, aparentemente, “Fenichel não tem necessidade de nenhuma muleta para sustentar o freudismo; e começamos a esperar que haja aí um real respeito pela identidade epistêmica freudiana” (Assoun, 1981, p. 38). Entretanto, observando mais detidamente, podemos identificar que, ao neutralizar as categorias epistêmicas de Freud, esse autor abranda a diferença para, finalmente, negá-la. Isto é feito por intermédio de uma insidiosa tradução das categorias operando em Freud. Ao negar o irracional no objeto, Fenichel só pensa a continuidade da Psicanálise com as Ciências da Natureza ao preço de considerar uma espécie de *mentalismo* de conotação biológica e ecológica. Sendo assim, postula uma psique apreendida na troca de dois fatores constitutivos que ele nomeia de *necessidades e meio*. As dimensões da metapsicologia freudiana – os pontos de vista dinâmico, econômico e tópico – são estranhamente redefinidas pelo autor em função de um *desenvolvimentalismo*, isto é, são referidos a um determinante único e global batizado de “desenvolvimento mental”. Com a epistemologia freudiana engendrada por ele, a base freudiana – principalmente no que se refere ao modelo de aparelho psíquico e suas instâncias – torna-se danificada. Ou seja, “dinâmica, econômica e tópica pulsionais são mantidas com uma semelhança que vai até a miragem” (Assoun, 1981, p. 39). Mas quando nos atemos a seu conteúdo, percebemos que foram transpostas para um registro mentalista de dimensão *genética*. Dessa foram, em vez da metapsicologia pulsional, se estabelece uma psique dependente de duas dimensões denominadas de “dinâmica mental” e de “economia mental”, às quais se soma, com uma dissimetria significativa, um ponto de vista estrutural-genético. Isto pois, a base freudiana foi alterada, tendo a dimensão tópica sido substituída, inesperadamente, por um ponto de vista estrutural. Na verdade, as categorias pulsionais são traduzidas na linguagem da Psicologia anglo-saxônica. A evidência

“está em sua tonalidade psicologista, criando uma surpreendente mescla (...) que redefine o empreendimento freudiano, desviando, no entanto, muito insensivelmente, seu vocabulário” (Assoun, 1981, p. 39).

Fenichel (1945/1981) nos oferece, pois, o exemplo de uma modificação da identidade freudiana, de modo que, aqui, “a referência à literalidade constitui o meio mais seguro da inflexão, à maneira de um registro ingênuo e fotográfico que perderia a alma do sujeito. É nesse sentido que a horizontalização fenicheliana do ensinamento freudiano não se eleva a uma epistemologia freudiana” (Assoun, 1981, p. 39). Dito de outro modo, quando o autor tenta sistematizar a obra freudiana, buscando estabelecer nela uma coerência interna desgarrada de qualquer problematização epistemológica, temos no seio da Psicanálise o estabelecimento de uma “contra-epistemologia”. Pois não se trata, numa verdadeira investigação epistemológica, *apenas* de se “ver como funciona”. Ao contrário, é necessário referenciar uma determinada prática de conhecimento a uma teoria das Ciências para, a partir daí, tentar compreender seus esquemas de funcionamento. A “contra-epistemologia” de onde parte o autor é bem conhecida: pressupondo que a Psicanálise consiste numa transposição ao domínio do mental dos princípios da Biologia materialista dos tempos de Freud, Fenichel constrói sua “sistematização” da Psicanálise sobre a base do positivismo. Contudo, ao fazer equivaler a suposição freudiana de que há uma “base biológica” dos fenômenos psíquicos com os achados *positivos* da Ciência biológica, perde de vista a problematização dos limites do método científico em relação ao conhecimento.

Nos anos 50, o problema epistemológico da Psicanálise é abordado de frente. O acontecimento significativo foi o simpósio realizado na cidade de Washington em 1958 sobre o tema *Psicanálise, Método científico e Filosofia* (Assoun, 1981). Nesse simpósio a Psicanálise é questionada do ponto de vista de uma epistemologia geral pedindo-lhe explicações. Ao mesmo tempo em que se considera a exigência do próprio Freud em relação à cientificidade da Psicanálise, esta última é “surpreendida em flagrante delito de deficiência epistêmica” (Assoun, 1981, p. 40).

Nesse sentido, as discussões conduzidas por Ernst Nagel (1959), constituídas nas apreensões positivistas da Psicanálise, se configuram essencialmente na crítica às suas pretensões científicas, mostrando que seus

resultados não poderiam ser verificados. É denunciada então a miséria epistemológica da Psicanálise, que não atende às exigências de uma epistemologia geral. Nagel (1959) afirma que ela não possui meios objetivos de validação empírica, e nem constitui processos de verificação aceitáveis pelas Ciências Naturais “sérias”, o que se deveria creditar ao fato de que a Psicanálise “parou no tempo” e não é nada mais que uma forma ultrapassada de Ciência. Naquela que é considerada sua obra inaugural, a *Interpretação dos sonhos* (1900), Freud contrapunha-se à tese científico-positivista de que os sonhos não guardavam nenhum sentido, sendo passíveis de explicação apenas pelos processos fisiológicos a eles associados (Assoun, 1981).

Portanto, os argumentos centrais desenvolvidos na linha de Ernst Nagel (1959) abrangem desde a noção de que a Psicanálise não repousa sobre fatos e procedimentos, já que é construída com conotação metafísica, até a noção de que a *interpretação* freudiana remete à arbitrariedade, por não se apoiar em procedimentos permitindo objetivar tal configuração de enunciados. Deve-se notar que esse enfoque abre caminho, sobretudo, ao vasto campo de pesquisas proposto pela formalização dos enunciados, na perspectiva do Círculo de Viena ou da Filosofia analítica inglesa. Pode-se constatar que, simultaneamente, fica desconsiderada a questão da idiosincrasia epistêmica freudiana. Ou seja, a idiosincrasia freudiana é, pois, submetida ao tribunal epistemológico, e logo se acha condenada em face de uma lei definida numa racionalidade externa à esta idiosincrasia. Ela sucumbe então como um resíduo histórico ultrapassado pela evolução científica. Eis, assim, “o freudismo (...) reduzido a um conglomerado de noções ultrapassadas e de fatos inverificáveis (Assoun, 1981, p. 41).

Esta postura epistemológica fomenta nos Estados Unidos um movimento de revisão dos conceitos psicanalíticos no sentido da adequação da Psicanálise aos parâmetros epistemológicos previamente estabelecidos na forma das Ciências Naturais. A questão consiste em decidir se ela preenche as condições enunciadas como características da teoria, ou seja, se é subsumível sob as categorias definindo a formalidade da teoria, esta última entendida aqui da seguinte forma: toda *teoria* digna deste nome deve ser suscetível de validação empírica e de procedimentos determinados de verificação (Assoun, 1981).

David Rapaport (1958) é um dos artífices da adaptação da Psicanálise à epistemologia positivista, na medida em que tenta traduzir os conceitos psicanalíticos em seus “observáveis”: conduta, estrutura e organismo. Esse autor considera que a metapsicologia representa apenas a manutenção na Psicanálise de modelos pseudocientíficos ultrapassados pelo desenvolvimento das Ciências, que acabariam mascarando a “verdade experimental” nela contida. Dessa forma, a Psicanálise, atendo-se aos processos diretamente e positivamente “observáveis”, aproxima-se do behaviorismo, de forma a superar qualquer dimensão especulativa, e supõe-se que é possível realizar uma observação positiva neutra e desinteressada, apenas descrevendo as coisas tais quais se dão à observação. Pode-se dizer que, com esse movimento positivista nos Estados Unidos:

“a metapsicologia freudiana fica aliviada de sua mitologia. (...) Desta vez, a limpeza dos princípios é levada a cabo: a dinâmica do recalque é pluralizada numa soma de manifestações testáveis; a tópica se espatifa num quebra-cabeça hipotético; a energética se quantifica obstinadamente em “indicadores”. Convertido em objetividade operacional, o freudismo se purifica tanto que se evapora (Assoun, 19891, p. 42/43).

Aqui temos a chance de seguir outro caminho: referenciar a formação dos conceitos e da prática freudiana aos modelos *históricos* e *epistemológicos* de que Freud se serviu para a constituição de sua Ciência, a fim de se estabelecer não uma epistemologia, mas o que Assoun (1981) denomina de *identidade epistêmica* da Psicanálise. Partimos, pois, deste fato elementar – de que há reivindicação por Freud da Psicanálise como saber. Ora, todo saber tem suas regras de funcionamento próprias e seus referentes específicos, agindo na constituição e na produção deste saber. É necessário compreender o que são estas regras e estes referentes, e como funcionam, configurando, em sua terra natal e em sua linguagem de origem, esta *identidade epistêmica* que condiciona a posição de todo discurso relativo a Freud.

Nesse sentido, Freud faz uso dos modelos historicamente datados das Ciências de sua época para constituir a sua própria Ciência. Devemos, portanto, seguindo a sugestão de Assoun (1981), estabelecer as “influências históricas” (entendidas como os modelos históricos de que se serviu para dar expressão a sua descoberta), e a partir delas avaliar os pontos de ruptura e as transições que o pensamento freudiano representa. Dito de outro modo, a tarefa prévia de uma

epistemologia freudiana seria efetuar um trabalho preciso de localização histórica que nos leve, por meio de transições e rupturas, até a fronteira onde a conformidade das linguagens desemboca no inédito do objeto. Devemos estar cientes dos riscos que assumimos ao tentar descrever a epistemologia freudiana por aquilo que ela *não* é, ou seja, por seus antecedentes históricos em relação aos quais a Psicanálise vem a se apresentar ora como ruptura ora como continuação. Mas aí surge um novo obstáculo: esta fidelidade à idiosincrasia histórica de Freud não tem por efeito reduzir a mensagem revolucionária de que ele é portador? De fato, uma introdução à epistemologia freudiana, tal qual a concebemos, é levada a enfatizar a dimensão histórica: não está ela, pois, sujeita a oprimir o inédito freudiano sob o peso dos modelos históricos dos quais deriva? (Assoun, 1981).

Mas – nos perguntamos – os modelos históricos de que Freud se serve devem ser procurados do lado de Helmholtz, Brucke e Herbart – cientistas eminentes da sua época –, ou também eles, tributários dos modelos científicos vigentes no final do século XIX, tiveram suas práticas científicas configuradas por tais modelos? Perguntando radicalmente: quais os limites da influência histórica? Serão os cientistas do século XIX, como quer Assoun, os fornecedores dos modelos histórico-científicos em relação aos quais se definiu Freud? Talvez seja mais profícuo procurar do lado de Galileu, Newton e Descartes, ou seja, na história da Ciência moderna e em seus desdobramentos epistemológicos, os modelos históricos que condicionaram a prática de todos estes cientistas do século XIX.

2.4

A Psicanálise é Ciência?

Decidimos apresentar brevemente a crítica do epistemólogo contemporâneo Karl Popper, cuja relevância para nós reside no fato de ter sido bastante difundida, mas não por seu conteúdo. Demonstraremos, inclusive, duas avaliações dos popperianos Adolf Grünbaum e de Gregório Klimovsky, que servirão aqui para reforçar a nossa crítica aos pressupostos popperianos. É

examinada criticamente a insuficiência da epistemologia popperiana para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida.

Deve-se notar que as objeções que Popper faz à cientificidade da Psicanálise são compatíveis com os pontos de vista que desenvolve relativos à primeira fase de sua epistemologia. Estava então voltado para o estabelecimento de um critério de demarcação entre Ciência e pseudociência, servindo a Psicanálise – assim como a Astrologia – como um bom exemplo da segunda, sobretudo por não oferecer possibilidade de ser testada por algum enunciado básico que a refutasse. Além do mais, o que insinua na crítica às observações clínicas é que estas não só seriam *teorias* que interpretariam os dados, mas que na melhor das hipóteses cairiam nos velhos vícios dos processos indutivos.

Mesmo que se aceite o critério proposto, não nos satisfaz a vasta gama de produção científica que ficaria relegada à pseudociência, num limbo epistemológico pouco diferenciado: Psicanálise/ astrologia/ teoria da seleção natural de Darwin. Nota-se, portanto, que o critério de demarcação de Popper em relação ao estabelecimento de uma distinção entre Ciência e pseudociência foi excessivo. Entretanto, de certo modo a mesma insatisfação acometeu Popper, daí propor o método de Conjecturas e Refutações e a “Análise ou Lógica Situacional” (Popper, 1972), o que permitiria à Psicanálise receber outro tratamento, mas que ainda assim nos parece insuficiente.

Ou seja, apesar dessa pseudo-mudança, deve-se notar que a teoria psicanalítica, dentro de critérios de cientificidade estritamente popperianos, não se sustenta como Ciência, mas apenas enquanto um empreendimento racional. Isto significa que se constitui num conjunto de hipóteses, que, quer sejam ou não passíveis de testabilidade e refutabilidade, segundo critérios popperianos, permite a discussão crítica de suas proposições e implicações. Portanto, a Psicanálise deveria encontrar a sua *racionalidade* na proposta popperiana, como um Programa de Pesquisa Metafísica, programa este que, apesar de não ser científico, é útil à Ciência. Dito de outro modo, a Psicanálise poderia ter pretensões de racionalidade, mesmo não sendo científica. Quando Popper (1972) aproxima Freud de Darwin, alegando que a teoria freudiana, da mesma forma que a darwiniana, oferece o que ele chama de “uma lógica” das situações, ele está reconhecendo abertamente o caráter racional da teoria freudiana. Entretanto,

apesar de passar a atribuir à teoria freudiana o mesmo estatuto que a teoria da evolução, não se configura em nada além do que um programa de pesquisa metafísica útil à Ciência (Quilliot & Quilliot apud Saporiti, 1994)¹⁶.

Apesar de tentar aliviar a Psicanálise da designação de pseudociência, deve-se notar que é no primeiro capítulo de *Conjecturas e refutações* que Popper (1972) expõe suas críticas mais extensas e incisivas a ela. Faz duas críticas principais, quais sejam, a *excessiva capacidade de explicação* e a *falta de critérios de refutação*, a favor das quais apresenta uma série de argumentos, e concebe que o modelo psicanalítico de investigação não constitui um empreendimento científico capaz de validar suas hipóteses.

No que se refere ao primeiro ponto – *excessiva capacidade de explicação* – ele comenta que não conseguia imaginar qualquer tipo de comportamento humano que ambas as teorias – de Freud e de Adler – fossem incapazes de explicar. Explica que isso se dá pois as observações clínicas, como qualquer tipo de observação, são interpretações empreendidas à luz das teorias, e por esta razão podem parecer sustentar as teorias à luz das quais foram interpretadas. Em relação à segunda crítica – *falta de critérios de refutação* –, aponta para a falta de observações que sejam empreendidas como testes (“tentativas de refutação”), que, por sua vez, possam estabelecer condições para que a teoria, não um diagnóstico em particular, seja possível de ser refutado.

Este epistemólogo critica também a ideia de uma confirmação da teoria a partir de experiências anteriores, uma vez que os analistas freudianos afirmam que suas teorias são constantemente verificadas por observações clínicas. A esse respeito, relata uma conversa que teve com Adler, em que lhe informou de um caso, sendo que este não teve qualquer dificuldade em analisar nos termos da sua teoria do *sentimento de inferioridade*, embora nem mesmo tivesse visto a criança em questão. Indagou-o, então, como podia ter tanta certeza, ao que Adler respondeu que já teve mil experiências desse tipo. Popper retrucou alegando que, com esse novo caso, o número passaria a mil e um, de modo que suas observações anteriores poderiam não merecer muito mais certeza do que a última; cada observação havia sido examinada à luz da experiência anterior, somando-se ao mesmo tempo às outras como confirmação adicional (Popper, 1972).

¹⁶A *cientificidade da Psicanálise – Popper e Pierce*. Saporiti, 1994.

A fim de legitimar a sua crítica ao empreendimento psicanalítico, Popper (1972) cunhou a expressão *efeito de Édipo* para designar a influência exercida por uma teoria na expectativa ou predição sobre o acontecimento previsto ou descrito. Ele nos remete à série de acontecimentos casuais que levaram Édipo ao parricídio a partir da predição desse evento pelo oráculo. Ou seja, ainda que se afastando do filho para evitar o parricídio previsto pelo oráculo, Édipo acidentalmente reencontra o pai, e a partir de uma desavença comete o parricídio, confirmando a predição do oráculo, que supostamente não poderia ser refutada. O *efeito de Édipo* designa, portanto, a impossibilidade de haver uma previsão errônea, por parte da teoria psicanalítica, o que a torna irrefutável.

Nesse sentido, Popper (1972) alega que a Ciência frequentemente comete erros, ao passo que a pseudociência encontra acidentalmente a verdade. Essas teorias – teoria da História de Marx, a Psicanálise de Freud, a Psicologia de Adler, etc. – parecem poder explicar praticamente tudo em seus respectivos campos; pode-se ver exemplos confirmados em toda parte: o mundo se torna repleto de verificações da teoria, de modo que essas teorias não são testadas com base na experiência, mas os resultados é que são interpretados à luz da teoria. Enquanto a teoria da relatividade poderia ser derrubada ou confirmada pela testabilidade, as teorias de Freud, Marx e Adler não são passíveis de serem submetidas ao critério de falseabilidade. Por fim, o epistemólogo defende que a Psicanálise jamais poderia ser Ciência, pois só poderia ser refutada pelo próprio sujeito analisado e modificações nesse sujeito nem sempre podem ser observadas por terceiros. Portanto, se tornaria impossível atribuir à Psicanálise um caráter preditivo, transformador ou de verdade.

Adolf Grünbaum (1984), um prestigiado nome da Filosofia da Ciência Contemporânea, realizou a mais minuciosa e consistente crítica epistemológica à teoria psicanalítica de que temos conhecimento (Marinho, 2001). Por várias vezes, manifestou sua discordância com o critério de demarcação popperiano entre Ciência e pseudociência. Discorda de Popper (1972) ao defender que a Psicanálise é sim uma teoria testável e, mais ainda, que os testes – baseados na experiência clínica – a refutam. Segundo ele, a refutabilidade da Psicanálise é evidenciada por diversas citações de Freud, nas quais este propõe possibilidades de ocorrências

clínicas que invalidariam a teoria psicanalítica. Este autor dá como exemplo um texto¹⁷, para mostrar a possibilidade de refutabilidade em Psicanálise.

A teoria que está em questão refere-se à teoria psicanalítica da paranóia, cuja hipótese é que *o amor homossexual reprimido é causalmente necessário* para o sofrimento por delírios paranóides (Freud, 1915b/1974). Sendo que o caso clínico descrito é o de uma jovem que se sente perseguida por seu amante, ou seja, por uma pessoa do sexo oposto, enquanto que, segundo a teoria psicanalítica da doença, o *perseguidor* deveria ser do mesmo sexo. Entretanto, após esse impasse, o caso é esclarecido, uma vez que surge uma figura feminina, na segunda entrevista com a paciente, que se revela, segundo a interpretação freudiana, como a verdadeira *perseguidora*. Para Freud estaria salva a teoria psicanalítica da paranóia e, para Grünbaum (1984), estaria demonstrada a possibilidade de refutação da Psicanálise.

Entretanto, apesar de discordâncias aparentemente tão profundas por parte de Grünbaum (1984), deve-se frisar que seu principal interlocutor é Popper, sua noção de cientificidade baseia-se na de refutabilidade, e os padrões básicos de racionalidade e cientificidade não se distinguem. Esta influência se observa quando defende que, na medida em que a evidência para o corpo psicanalítico é atualmente derivada das produções dos pacientes em análise, esta garantia é acentuadamente fraca. Há falhas epistêmicas inerentes ao método psicanalítico, e a validação das hipóteses cardinais de Freud tem que vir, se possível, principalmente de estudos extra-clínicos, ou epidemiológicos, ou mesmo experimentais.

Ora, parece que aqui encontramos novamente a velha crítica, que parece se tornar recorrente entre os epistemólogos da Psicanálise, de que a validação da teoria psicanalítica só pode se dar no sentido de restringir o seu modelo epistemológico. Sobre esse ponto, Grünbaum (1984) questiona a validade do método da associação-livre como capaz de identificar ideias que foram afastadas da consciência através do mecanismo do recalque. Ele aponta para uma ausência denexo causal no processo de associação de ideias, o qual estaria contaminado pela sugestão do analista, que conduziria a uma certa linha de associação. Segundo ele, apesar da pobreza das credenciais clínicas, talvez possa ocorrer que

¹⁷ Confere: Freud (1915b/1974). *Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença*. (S. E., V. XIV, p. 263-272).

a brilhante imaginação teórica de Freud tenha sido real e fortuitamente bem sucedida para a psicopatologia ou a compreensão de alguma sub-classe de atos falhos. Entretanto, enquanto a Psicanálise possa assim ser vista como cientificamente viva, ela não está atualmente nada bem, pelo menos no que diz respeito a seus fundamentos clínicos. Nem há um favorável veredicto de tais achados experimentais.

Ao nosso ver, apesar de Grünbaum (1984) se opor a certos critérios popperianos de avaliação, não significa uma superação dos mesmos, mas apenas uma divergência superficial, mantendo-se preso aos pressupostos, ou, melhor dizendo, aos preconceitos popperianas, daí reduzir a Psicanálise a um campo sem veredicto.

Gregório Klimovsky (1987), epistemólogo argentino, matemático de formação, há cerca de trinta anos vem participando de um grupo de estudos com psicanalistas de vasta experiência e respeitabilidade, sobre epistemologia e psicanálise (Marinho, 2001). Em seu ensaio *Aspectos epistemológicos da interpretação psicanalítica* (1987), expõe sua proposta epistemológica para a Psicanálise, defendendo que ela é mais extensamente uma teoria modelística: proporciona um modelo de aparato psíquico do qual se desprendem certas consequências sobre a conduta manifesta dos seres humanos e, em particular, dos pacientes. Interpretar será propor uma hipótese e ver como dela sai, dedutivamente, com auxílio de leis, o que queríamos explicar. Klimovsky (1987), portanto, adota declaradamente critérios popperianos, empregando o que denomina método hipotético-dedutivo em sua versão complexa, considerando-o aplicável às Ciências Humanas, inclusive à Psicanálise.

Apesar de Grünbaum (1984), e Klimovsky (1987) reconhecerem que a Psicanálise é constituída por um conjunto de teorias e procedimentos de confirmação e refutação, além de considerarem uma contribuição muito importante às reflexões dos tempos atuais acerca das características da mente humana e do comportamento (Biebel, 1999), o que pensamos, em última análise, é que toda essa discussão apresentada por Popper e epistemólogos popperianos demonstra a insuficiência do modelo popperiano para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida, o que pode ser ilustrado a partir da seguinte afirmação de Popper (1972): “Pessoalmente, não duvido da importância de muito

do que afirmam (referindo-se a Freud e Adler) e acredito que algum dia essas afirmações terão papel importante numa ciência psicológica “testável” (p.67). Aqui nos deparamos novamente com a hierarquização de modelos, a partir da convicção de que determinado campo do saber seja capaz de ditar o modelo padrão, sem respeitar barreiras epistemológicas que não podem ser transpostas.

Marinho¹⁸ (2001) sugere a seguinte solução para lidar com os impasses que a epistemologia popperiana impõe à Psicanálise: um psicanalista de inclinação popperiana responderia às inquietações de Popper através da aplicação do método da “análise situacional”, próprio para as teorias metafísicas não testáveis pelos métodos das Ciências empíricas, de modo que a Psicanálise se enquadraria na categoria popperiana de um empreendimento racional. Ora, sabemos que um empreendimento racional é uma descrição parcial do campo, já que lida com o irracional, ou seja, com a experiência emocional. Portanto, questionamos até que ponto é necessário responder às inquietações de Popper. Ao nosso ver, o psicanalista que tem inclinação popperiana não apenas se inclinou, mas sofreu um verdadeiro tombo. Reerguer-se, portanto, implica na superação das amarras de uma hierarquização de modelos epistemológicos que é exercida de forma despótica, além de ser, como mostramos logo acima, pouco esclarecida.

2.5

Que tipo de Ciência é a psicanálise?

Thomas Kuhn (1962/1998) será abordado brevemente aqui apenas pelas possíveis repercussões que seu pensamento possa ter gerado para o campo psicanalítico, já que à luz da sua teoria dos paradigmas, ele considerou a Psicanálise uma *pré-Ciência*. Esse renomado, difundido e valorizado epistemólogo construiu a seguinte ordenação em relação à epistemologia do processo científico: inicialmente tem-se uma *pré-Ciência* – aqui, portanto, a Psicanálise se enquadraria –, marcada por uma atividade desorganizada e incoerente, um desacordo e debate constante a respeito dos fundamentos de uma prática, que se dão antes da estruturação de uma *Ciência*; em seguida surge a *Ciência normal*, a fase mais coerente da atividade científica, que ocorre quando a

¹⁸ Psicanalista. Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise e doutor em filosofia pela PUC-Rio.

comunidade científica se encontra em torno de um único *paradigma*, que terá como função orientar a Ciência por um certo período de tempo; esta *Ciência normal* atravessa uma *crise*, que consistira no surgimento de *anomalias*, que são resultados experimentais não assimilados pela teoria, de modo que se tenta arduamente solucionar problemas à luz do paradigma vigente; então se desencadeia uma *revolução*, gerando outro *paradigma*. Assim a sequência recomeça com uma mudança de paradigma.

Haking (2005) problematiza e amplia a noção de paradigma ao identificá-lo como um conjunto de valores. Estes valores, comuns a uma comunidade científica, é passado aos estudantes e futuros cientistas através dos manuais e livros, que decide quais pesquisas terão recursos, quais problemas importam e quais soluções são admissíveis, quem é promovido, quem publica artigos, e até mesmo quem sumirá do mapa. A Ciência normal, por sua vez, seria a atualização da promessa de sucesso feita por todo paradigma.

Stengers (1990), seguindo essa linha de questionar a visão restrita que escolas epistemológicas podem promover, esclarece que o paradigma define, inclusive, quais fatos possuem maior relevância ou prioridade dentre *todos* os fatos que têm possibilidade de se ligarem a uma Ciência, sendo que a própria coleção de fatos deve ser orientada, implicitamente, por um corpo de crenças. Assim, na fase da *Ciência normal*, o paradigma rege todas as práticas – tanto teóricas quanto experimentais – das atividades de pesquisa, incluindo maneiras-padrão de aplicação das leis fundamentais a uma variedade de tipos de ação. Ou seja, ele é, a um só tempo, modelo prático e teórico, que se impõe ao cientista pela força da evidência.

Retomando a classificação de Kuhn (1962/1998) da Psicanálise como uma pré-Ciência, Biebel (1999), embora não faça uma alusão explícita à Kuhn, talvez discordasse dessa classificação, e considerasse a Psicanálise inserida já na fase da *Ciência normal*. Esse psicanalista afirma que os achados clínicos psicanalíticos, por se encontrarem em um certo grau de consistência e coesão, possibilitaram um progresso da compreensão e tratamento de estruturas psicopatológicas como a histeria, as neuroses obsessivas, as fobias, os transtornos narcísicos da personalidade e as estruturas *borderline*, entre outras. É evidente que todo este progresso estruturou-se a partir de um aprimoramento de métodos de investigação

do psiquismo clínicos e extra-clínicos, de conceitos, de hipóteses, e da articulação lógica das mesmas, favorecendo regras de correspondência que pudessem gerar generalizações. Esse caminho percorrido pela Psicanálise ao longo do século XX até os dias atuais não pode ser desvinculado ou dissociado do método científico (Biebel, 1999).

Maria de Fátima Chavarelli (2003) procura contextualizar a Psicanálise no corpo das escolas epistemológicas e encontra subsídios na teoria dos paradigmas de Kuhn (1962/1998), apesar de discordar deste último na concepção da Psicanálise como uma *pré-Ciência*. A psicanalista considera a Psicanálise como *Ciência na modernidade*, e a inscreve como Ciência pós-paradigmática, ou seja, um pensamento que causa rupturas e transcendências permanentes. A autora argumenta que Freud, ainda que altamente treinado no pensamento mecanicista, já não podia dar mais consistência às suas observações clínicas, e, portanto, deveria abdicar de seu paradigma anterior. Ela salienta que o mesmo ocorre na análise pessoal, quando uma pessoa abdica das próprias teorias sobre si mesma, quando a construção de um mundo interno desmorona dando lugar para algo novo. Esse salto requer um luto e nem todos estão dispostos a enfrentá-lo, daí as resistências ao novo paradigma científico e as resistências pessoais. Esta autora acrescenta ainda que, diferentemente de outras áreas da Ciência, a Psicanálise parece se constituir num instrumento de quebra de paradigmas. Ela não só quebrou-os no passado, como continua quebrando, quer na concepção de Ciência, quer nos paradigmas pessoais.

Deve-se notar que aqui a autora estabelece uma analogia e, portanto, uma aproximação entre o que a Psicanálise provoca no âmbito social e na esfera individual. Nesse sentido, a Psicanálise causou um impacto na sociedade ao abalar a prévia assunção de que o homem, a partir da consciência e da razão, seria capaz de governar plenamente a sua vida e a sociedade. Isso se deu a partir do momento em que a Psicanálise introduziu a noção de processos psíquicos inconscientes, e, portanto, instituiu a irracionalidade humana como um fenômeno atuante na vida do ser humano. Do mesmo modo, essa irracionalidade instituída pela Psicanálise provoca um abalo na vida privada do indivíduo, referindo-se a autora às resistências pessoais. Pensamos que essas resistências pessoais podem ser identificadas não apenas naqueles que se submetem ao processo de análise, como

se refere a psicanalista, mas também naqueles que se mostram contrários à legitimação da Psicanálise enquanto um campo de saber.

Isso pode ser observado através da forma enérgica e irônica como esses posicionamentos antagônicos à Psicanálise são expressos. É o caso, por exemplo, do argumento exposto recentemente pelo jornalista científico Horgan (2002), que afirma que a Psicanálise tem explicação para tudo e, ao contrário de hipóteses científicas, essas explicações não são necessariamente testáveis, muito menos falsificáveis. Com uma atitude irônica, Horgan (2002) compara a “onisciência do psicanalista”, em todo o seu esplendor explicativo, à brincadeira de criança “cara-eu-ganho-coroa-você-perde”: se os pacientes não reconhecem que seu transtorno vem de uma relação problemática com a mãe, então é porque essa relação foi *tão* problemática que ele não consegue admitir. Através do argumento desse jornalista científico, podemos perceber o que Chavarelli (2003) ressaltou, referindo-se à mudança de paradigma individual que a Psicanálise instaurou, podendo levar a resistências pessoais. Através de reações como esta de Horgan (2002), vemos a Psicanálise sendo ridicularizada e equiparada a um “achismo especulativo”, não sendo reconhecida como uma teoria fundada em uma minuciosa investigação clínica com todo o seu rigor metodológico, que, com seu argumento apresentado acima, Horgan (2002) despreza.

É interessante o ponto levantado por Chavarelli (2003) ao questionar se a Psicanálise contraria os pilares da Ciência normal – utilizando a conceituação de Kuhn (1962/1998) – ou se esta última não tem subsídios para atender às exigências da primeira. A autora reforça a segunda hipótese apontando que a Psicanálise não lida com o discurso manifesto, mas com deslocamentos e condensações inconscientes que se manifestam no discurso. É uma disciplina que rompe com o pensamento da Ciência normal. Dessa forma ela se localiza num lugar de transicionalidade. Não se caracteriza como uma concepção que se constrói de forma pronta e acabada, mas como algo que está sempre se construindo.

O rompimento com a Ciência normal pode ser notado quando, por exemplo, um paciente comunica algo e é questionado sobre os outros sentidos de sua comunicação, observando-se um rompimento de um sentido pré-estabelecido. O método então rompe com um campo que é dado como único; há uma quebra da

realidade como fato consumado. Deve-se ressaltar que quando Chavarelli (2003) afirma que a Psicanálise rompe com a Ciência normal é no sentido de que a segunda não dá conta da inovação da primeira, e não no sentido de desqualificar a cientificidade da Psicanálise. Pois, embora a Psicanálise rompa com a Ciência tradicional de sua época, observa-se uma correspondência com as exigências da Ciência normal. Essa autora, portanto, investiga de que forma a Ciência Natural caracteriza uma literatura como científica. Nesse sentido, inicialmente nomeia-se um fato significativo. Em seguida observa-se esse fato e cria-se uma teoria que seja harmoniosa com o mesmo. A partir daí, articula-se essa teoria com o fato, agora observado à luz da teoria. Essas três categorias da Ciência normal possibilitariam a objetividade, comprobabilidade e verificabilidade.

A autora então compara esses pressupostos das Ciências Naturais com a prática psicanalítica e apresenta a seguinte argumentação: o fato significativo seria o inconsciente na produção do sintoma ou do sofrimento psíquico; o sintoma e seu significado inconsciente são um fato significativamente nomeado e circunscrito como objeto de estudo. Posteriormente, ela descobre as leis do aparelho psíquico e a “linguagem do inconsciente”, e formula sua teoria. Esta, ao voltar-se novamente para o fenômeno, ou para o fato clínico, harmoniza-se perfeitamente, num diálogo que permite fluidez, gerando novos sentidos que se expandem, rearticulando-se *ad infinitum*. Sendo assim, ainda que revolucionária, ela atende às exigências de tal Ciência (Chavarelli, 2003).

Renato Mezan¹⁹, em seu artigo *Que tipo de Ciência é, afinal, a Psicanálise?*, defende a Psicanálise como um empreendimento científico, contrariando a visão de Kuhn (1962/1998) da Psicanálise em fase de *anomalia*. De acordo com Mezan (2007), a Psicanálise teoriza em dois níveis. O primeiro se refere ao domínio da universalidade e da generalidade, tal como Freud a concebe. Neste nível, o que a teoria apresenta é uma visão do ser humano como movido por forças que desconhece, tendo, ao mesmo tempo, que lhes oferecer uma gratificação e restringir tal gratificação aos limites do permitido pela vida em sociedade. A repressão dos desejos mais intensos e primordiais provocará efeitos deletérios que vão desde o “nervosismo comum” até as mais graves psicoses. A enorme complexidade da construção freudiana não deve nos fazer perder de vista

¹⁹ Renato Mezan é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor titular da PUC-SP.

que ela põe em jogo um número muito limitado de fatores (basicamente pulsões, angústias e defesas) e um número relativamente pequeno de operações que incidem sobre eles (os processos primários e secundários): é o caráter *propulsor* desses fatores que determina as combinações variadíssimas do que chamamos “vida psíquica” (Mezan, 2007).

Já o outro plano de teorização, mais próximo da prática terapêutica, visa construir uma teoria sobre *aquele* indivíduo, o paciente que busca tratamento. Essa teoria se baseia no que ele relata sobre a sua vida e no que dela manifesta nas condições de transferência: são estes os dados sobre os quais vai operar a imaginação do analista. Cabe a ele não apenas interpretar um a um os elementos que vão surgindo, mas ainda reconstruir a cadeia provável de eventos que resultou *naqueles* sistemas, *naquelas* fantasias e demais particularidades *daquela* pessoa. Aqui também o objetivo é construir uma hipótese “idiográfica”, de modo a dar conta, por exemplo, de por que o Homem dos Ratos é obcecado por ratos e não por moscas, da razão por que o pequeno Hans teme os cavalos e não as aranhas, do motivo pelo qual Schreber delira como delira e não de outra forma ou com outros conteúdos. A originalidade de Freud consistiria, então, em realizar essa tarefa com os recursos da explicação, e não com os da compreensão, no sentido como definimos anteriormente, em que a explicação seria calcada na metodologia da *Naturwissenschaft* em que não há juízo de valor aplicado àquilo que é observado, enquanto a compreensão refere-se ao método da *Geistwissenschaft*, em que cabe a aplicação de opiniões e se estabelecem julgamentos. É combinando as teorias gerais da Psicanálise (inconsciente, conflito psíquico, papel do Édipo, ação das defesas) com as circunstâncias únicas *daquela* vida (experiências infantis, traumas, fixações evolutivas, intensidade das forças em presença), que se chega a uma reconstrução plausível (Mezan, 2007).

É importante perceber que apesar das diferenças dos níveis de explicação – a mente humana em geral, no primeiro tipo, e determinada realização de suas potencialidades numa dada pessoa, no segundo –, os procedimentos empregados são os mesmos: essencialmente, a busca das causas e do modo como se combinam para produzir seus efeitos. Nesse sentido, Mezan (2007) afirma que é com os instrumentos da razão que a Psicanálise irá investigar as “fontes” (= causas) dos desejos humanos, entre as quais se conta a capacidade de criar ilusões – algumas

benéficas como a Arte; outras inócuas como a Filosofia; outras ainda como a Religião, que podem se tornar perniciosas, especialmente quando pretendem disputar com a Ciência o terreno do conhecimento ao pretender que a revelação seja uma “fonte” do conhecimento, igual ou até superior em dignidade à trabalhosa, porém segura, forma científica de pensar.

Por fim, Mezan (2007) postula que é da seguinte forma que o método psicanalítico se constitui: partindo da observação em que, no caso da Psicanálise, o que há para ser observado é o discurso do paciente em sessão, o analista coleta dados e reflete sobre eles. É desse vaivém entre observação e teorização que surgem as hipóteses sobre o que determina tais fatos – tipicamente, conflitos inconscientes opondo pulsões/desejos/fantasias a defesas. Essas hipóteses, por sua vez, orientam as intervenções do analista e visam modificar o equilíbrio entre tais fatores, no sentido de uma maior mobilidade psíquica, como por exemplo “levantar repressões” ou “restituir a capacidade de amar e trabalhar”.

É importante frisar que Thomas Kuhn (1962/1998) evidencia o peso do aspecto social na produção científica, levando em consideração a importância que têm os consensos políticos e sociais entre os cientistas na realização da Ciência. E é nessa direção que segue Bruno Latour, cujas contribuições serão apresentadas a seguir.

2.6

A Psicanálise e a Ciência como rede

Nosso intuito, em última análise, não reside em enquadrar a Psicanálise em alguma categoria de Ciência, ou comprovar o seu estatuto de Ciência, caso esta seja entendida de modo tradicional e restrito. Entretanto, entendemos que afirmar que a Psicanálise não é Ciência tem um peso, principalmente na sociedade em que vivemos. Portanto, além da discussão epistemológica, é preciso investigar toda essa problemática que envolve Psicanálise e Ciência a partir de uma perspectiva antropológica. Ciência é uma palavra em alta nas sociedades ocidentais. Uma lavagem de tapete, um corte de cabelo, um mapa astral, ganham outro estatuto quando se afirma que são “científicos” (Latour, 2000). Dessa forma, determinar o modo como a Ciência é produzida, transmitida e exportada é tarefa essencial para

a compreensão da sociedade contemporânea. Das diferentes formas de se aproximar da Ciência, a mais tradicional tem sido o estudo da estrutura do suposto “método científico”. Os resultados, tanto no domínio da Filosofia como no da História ou da Sociologia da Ciência, parecem pouco convincentes. A Ciência, central para o progresso, evolui, mas fica difícil atribuir seu sucesso a um método, a um conjunto de regras que todos os participantes do “jogo científico” concordam em seguir.

Latour (2000) mostra que a essência da comunidade científica é criar enunciados, subtrair-lhes modalidades e transladar interesses. Esse autor exemplifica esse processo da seguinte forma: um determinado pesquisador X “acha” que a substância Y é responsável por um efeito cuja medida é Z. Então, tem-se um enunciado a partir do qual podem-se subtrair modalidades e transladar interesses. Para tentar esclarecer em termos práticos, poderíamos pensar, por exemplo, na teoria Geocêntrica. Seguindo o raciocínio anterior, inicialmente concebe-se um enunciado de que a Terra é o centro do universo. Tenta-se demonstrar em cálculos matemáticos a fim de fundamentar esse enunciado. A partir daí, é possível subtrair modalidades, tal como conceber que não apenas o sol, mas todos os planetas giram em torno da terra. A etapa de transladar interesses pode ser entendida nesse exemplo da seguinte forma: constroem-se mapas astronômicos, que passam a ser aceitos pela comunidade científica; surge, então, a necessidade de recursos para a implementação de instrumentos e técnicas a fim de garantir o progresso; há, portanto, interesses envolvidos como investimentos para a aquisição de um novo instrumento para um observatório, por exemplo; tenta-se aumentar, portanto, as alianças entre os membros da comunidade científica, e nesse sentido é preciso que todos se transformem no processo. Em suma, a verdade de um enunciado, ou de um livro, se estabelece na sua circulação, esta realizada em rede e totalmente dependente dos autores envolvidos (Latour, 2000).

Latour (2000), em seu empreendimento de antropólogo da Ciência, propõe que se abram as caixas-pretas, ou seja, que se faça um *flashback* das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente. Se tomarmos duas imagens, uma das caixas-pretas e outra das controvérsias em aberto, veremos que são absolutamente diferentes. A impossível tarefa de abrir a caixa-preta se torna

exequível (se não fácil) quando nos movimentamos no tempo e no espaço até encontrarmos o nó da questão, o tópico no qual cientistas trabalham arduamente. Portanto, para que a Antropologia da Ciência obtenha êxito, a entrada no mundo da Ciência deve ser pela porta de trás, a da Ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da Ciência acabada. Para estabelecer uma comparação entre Ciência acabada e em construção, Latour (2000) exemplifica com a diferença entre a estrutura de uma molécula que é ensinada na escola e a mesma molécula sendo investigada por determinado grupo de cientistas, e podendo ainda ser devassada por outro grupo, o que envolve claramente a questão de jogos de poder inerentes à construção científica, sendo que o contexto acaba necessariamente interferindo no conteúdo daquilo que é investigado. O processo científico depende de todo um contexto social que envolve laboratórios, agências de financiamento, administradoras, indústrias, editores, fornecedores, ou seja, uma gama de questões políticas e de mercado que manipulam e ditam as tendências das pesquisas científicas (Löwy, 1994).

Deste ponto de vista, é preciso fundamentalmente analisar e revelar as alianças que se estabelecem entre os diversos poderes envolvidos na produção de conhecimento, e o modo pelo qual essas alianças são capazes de construir redes sócio-técnicas (Stengers, 1990). Ao invés da concepção tradicional de Ciência que toma como pressuposto a distinção entre sujeito e objeto, e reduz o conhecimento a apenas um polo, é preciso concebê-la a partir das alianças estabelecidas em rede na qual determinado discurso é legitimado em detrimento de outro que não foi incluído na rede. Ou seja, a questão deixa de ser “como um sujeito investiga um objeto”. Com a ideia de rede, o conhecimento não é feito de unidades, mas de dimensões, sem começo nem fim: apenas meio. Não há ponto de origem ou primordial, ele avança através de bifurcações, de encontros imprevisíveis que só poderão se mostrar úteis ou não, produtivos ou não, a *posteriori*. O conjunto é sempre reavaliado a partir de um ângulo inédito.

Aprofundando essa noção de rede introduzida por Latour (2000), deve-se notar, por exemplo, que as leis universais, por mais imutáveis que possam parecer, só são universais em rede, ou seja, qualquer universal só se torna universal em função da rede na qual e em relação a qual ele se constitui como tal. Nesse sentido, o surgimento de objetos científicos não pode estar desvinculado da rede

que lhe dá sentido. Latour (2000) aponta dois momentos distintos da Ciência: o primeiro relaciona-se com a produção, o segundo com a estabilização (purificação) das conexões ou alianças entre humanos e não-humanos, que permite a emergência e o posterior estabelecimento dos fatos científicos, e, ainda, da própria natureza. Como tais conexões ou alianças devem ser fortalecidas para a instauração de um fato e da própria realidade, uma boa aliança é aquela que tem a capacidade de alinhar atores. Isso é possível quando as alianças científicas que sustentam uma afirmação encontram-se, por sua vez, baseadas em toda uma rede que as legitima. Sendo que se determinado fato científico não interessar nem possibilitar traduções – traduções entendidas aqui como alianças entre interesses, que, mesmo diferentes, se unem para se tornarem mais fortes –, não será capaz de produzir qualquer efeito sobre a vida dos indivíduos, portanto, ele não será incluído na rede.

Trazendo a discussão para a práxis psicanalítica, se a Ciência, para Latour, se faz a partir de uma aliança entre os humanos e não-humanos, talvez seja possível pensar o próprio *setting* analítico como uma variante dessa aliança. Pois é pela aliança entre um ambiente, um consultório, um divã – atores não-humanos – e o paciente (aquele que fala) e seu analista – atores humanos –, que se pode ter um contato fidedigno com uma verdade, a verdade do sujeito, o Inconsciente, emergido dentro de uma situação específica. A fala do paciente constitui-se como algo análogo às inscrições dos instrumentos dos outros cientistas, e cabe ao analista a tradução dessas inscrições para que sua Ciência seja feita.

Para Latour (2000), a natureza deixa de ser algo que sempre esteve no mundo para se tornar algo que é construído, juntamente com toda a sociedade. Resgata-se assim a historicidade dos objetos, pois se consegue traçar todos os deslocamentos, alianças e traduções que foram necessárias para que um fato se tornasse realidade e recebesse o estatuto de verdade. Deve-se considerar, portanto, em relação a qualquer objeto científico: a sua emergência, seu ponto de irrupção e a sua existência instável. Nesse sentido, a Ciência não seria uma forma privilegiada de atingir a verdade ou a realidade, tampouco pode ser reduzida às questões sociais puramente humanas, já que aspectos tecnológicos participam desse inter-jogo. Por exemplo, a noção de espacialidade, mais especificamente a

distância entre as pessoas, foi modificada com a advento da internet, na medida em que a presentificação de um indivíduo não depende mais do seu corpo físico.

A partir dessa noção, concebe-se que os fatos científicos só existiriam enquanto os procedimentos são repetidos, ou – para falar de forma mais direta – enquanto os textos fazem referência a eles, enfim, enquanto ocorrem traduções em diferentes níveis. Lembrando que por tradução entende-se o estabelecimento de uniões mesmo que às custas de interesses divergentes, mas visando o fortalecimento dos fatos científicos. Ou seja, as conexões são trabalhadas e as alianças são fortificadas a fim de que se possa fechar uma caixa-preta – um fato científico tão solidamente estabilizado que se torne quase impossível questioná-lo. Isso só ocorre quando uma aliança já se encontra plenamente firmada, de forma que há uma verdade científica.

No entanto, no momento da formação dos objetos científicos e das alianças, nem os sujeitos nem os objetos podem prever as consequências que surgirão de tal aliança, pois há nela uma indeterminação implícita. Note-se que, para melhor compreendermos como se chega aos fatos científicos, deve-se buscar as controvérsias que ocorrem dentro das comunidades científicas, pois elas são reveladoras do momento no qual as caixas-pretas ainda não foram fechadas, e assim aspectos do processo de produção científica se revelam. Somente na medida em que os procedimentos vão sendo feitos e superados é que o objeto científico emerge: é impossível determinar *a priori* o que seja um objeto científico. Há uma multiplicidade de tempos e espaços que devem se condensar em um ponto, em um objeto. Após as alianças, tanto os humanos quanto os não-humanos terão sua história modificada, serão transformados, traduzidos, deslocados, permitindo a emergência do fato científico no âmbito coletivo.

Portanto, não se pode diferenciar o conhecimento científico das técnicas e tecnologias que possibilitam, encarnam e sustentam os conhecimentos, ou seja, os sujeitos e objetos que ele cria e a partir daí investiga. Podemos pensar aqui, para ilustrar esse aspecto, sobre os diagnósticos construídos nas DSMs (Manual de Transtornos Mentais), que diferem drasticamente de classificações anteriores e interfere na administração de medicamentos. Surgem novos sujeitos e, portanto, novas drogas para tratá-los; e em função de alianças estabelecidas em rede, determinado diagnóstico ou medicamento se sustenta em detrimento de outros.

O papel do cientista seria, então, o de ser capaz de produzir testemunhas fidedignas que atestem a existência de algum objeto (que ele inventou). Ele é o representante das coisas, seu “porta-voz”, pois elas não falam por si. Os cientistas aliam-se com os instrumentos de forma que são produzidas inscrições, ou seja, dados relevantes para que se possa provar a existência de um objeto. Os instrumentos possibilitam a demonstração da existência de algo. Essas inscrições, por sua vez, serão interpretadas por cientistas fiéis e disciplinados. Os instrumentos produzem testemunhas das coisas e falam com o auxílio dos porta-vozes científicos. Por outro lado, os cientistas devem trabalhar também para que as alianças realizadas se tornem duradouras, e sejam traduzidas e incluídas na rede, ou seja, tornem-se um fato. Considerando a presente discussão a respeito da cientificidade da psicanálise, podemos pensar que o instrumento, por exemplo, seria o aparelho de PET-*scan*, cujas imagens coloridas em computador representariam as inscrições. Essas imagens, por sua vez, são consideradas como dados que “comprovam” a existência de um substrato neural da atividade mental. Os cientistas fiéis e disciplinados a que se refere Latour seriam aqui representados pelos neurocientistas, que, por sua vez, usam o instrumento – aparelho de PET-*scan* – como testemunhas e assim são porta-vozes dessas imagens de modo a incluí-las na rede. E para falar nos termos de Hacking (2005), esses neurocientistas, através da divulgação das neuro-imagens em artigos científicos, estariam atualizando a promessa de sucesso feita pelo paradigma vigente, que nesse caso, trata-se do paradigma do imageamento cerebral como capaz de elucidar o funcionamento mental.

Um texto científico promove o fortalecimento e tradução das alianças nas quais ele próprio se sustenta, o primeiro porta-voz dos fatos científicos. Em uma etapa inicial, a proposição científica se vincula à coerência total do texto. Ou seja, as afirmações são sustentadas por proposições já consideradas verdadeiras, isto é, apoiam-se em alianças já estabelecidas, já firmes. Uma proposição torna-se fato ou ficção por causa de outras sentenças às quais ela se alia, sendo que os próprios cientistas que se encontram em uma situação de controvérsia são responsáveis pela transformação de verdades potenciais em ficção. Esse aspecto elucidado o motivo pelo qual, ao nosso ver, o neurocientista Eric Kandel (1999) recorre a inúmeras citações de artigos neurocientíficos ao defender que a Psicanálise deve

experimentalizar-se para tornar-se científica, já que ela é melhor em formular hipóteses do que testá-las. Assim, esse autor pode se apoiar em alianças já estabelecidas, tentando fazer com que suas ideias tornem-se fatos. Pois, como vimos acima, uma proposição torna-se fato ou ficção em função de outras sentenças às quais se alia.

Contrariando a ideia de Kandel (1999) de que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica, Stengers (1990) defende, na mesma ótica de Latour (2000), que na Ciência não se trata apenas de teoria, tampouco a Ciência é garantida através do método experimental: ela se caracteriza pela capacidade de criar operadores, que definem, ao mesmo tempo, um objeto e uma prática de medida. Ou seja, um operador abrange o objeto, que legitima uma prática de medida e uma prática de medida que define seu objeto.

Segundo Latour (2000), a Ciência tem como característica mais importante o fato de ser uma prática coletiva. Portanto, não se pode afirmar ou negar fatos científicos de forma isolada. Os textos revelam-se, dessa forma, como um dos melhores e mais eficientes recursos. Assim, quanto mais os textos são citados por outros artigos, mais importantes eles se tornam. A caixa-preta, dessa forma, seria o fechamento de uma discussão e o estabelecimento de um fato através da citação contínua de um determinado texto. É o caso, por exemplo, da *Evolução das Espécies*, de Darwin. A seleção natural tornou-se um fato após inúmeras citações, deslocamentos, traduções e repetições, ainda que, do ponto de vista de alguns epistemólogos, não possa ser considerado um fato científico, por não poder ser empiricamente comprovada. De modo semelhante à teoria da seleção natural de Darwin, a Psicanálise de Freud, apesar das críticas iniciais de não ser Ciência – no máximo uma obra literária –, não se viu impedida de se expandir no campo científico, observando-se assim a proliferação da teoria, pré-requisito para que entre na rede. Nesse percurso da Psicanálise, o pensamento de Freud se desdobrou em diferentes escolas, tais como a kleiniana, bioniana, lacaniana, kohutiana, winnicottiana, etc. Portanto, desde seu surgimento, espalhou-se não só geograficamente, estando atualmente presente em todos os continentes, mas também se expandiu para campos do saber além do seu limite, estabelecendo alianças com diferentes conhecimentos e dando origem a novas práticas e

discussões com outras áreas, como é caso dos debates com a Neurociência, sobre os quais mencionamos na presente tese.

No entanto, a Psicanálise não tem tanta capacidade de fechar “caixas-pretas”, como as ditas Ciências duras, tal qual a Química ou a Física *clássica* – e é aqui pertinente frisar que somente com a Física realizada antes de Plank, Heisenberg e Einstein, dentre outros, isso era possível, já que esses cientistas deram início à falência da Física enquanto modelo de Ciência, inaugurando a Física Quântica. A Psicanálise seria considerada uma Ciência *mole*, talvez por não gerar tantas inscrições passíveis de provar a existência de determinado objeto.

Latour (2000) aponta que o mais importante para que se feche uma caixa-preta, ou seja, que uma ideia permaneça, é o fato de que ela seja comentada, discutida. Ser reconhecida como previamente correta, verdadeira, é absolutamente secundário. Um conhecimento deve circular, buscar aliados para se fortalecer, e inevitavelmente, responder a críticas e objeções, também para se fortalecer. Mas o fato é que a Psicanálise está aí, desde seu princípio: ela não foi ignorada, pelo contrário. Ela faz alianças, se fortalece, encontra aliados tanto naqueles que a apoiam quanto naqueles que buscam, inutilmente, refutá-la. Pois tentar provar que uma teoria é errada, nesse ponto de vista – da antropologia da Ciência – é também fortalecê-la. Por outro lado, se o texto é esquecido, não há possibilidade de se estabelecerem novas conexões. Para Latour (2000), esse seria o pior destino para um artigo científico: não ser comentado.

A coerência interna dos textos, as conexões que são feitas, são essenciais para que estes apresentem as pesquisas como resultados de procedimentos técnicos confiáveis e inquestionáveis, consequências inevitáveis de fatos já estabelecidos. Dessa forma, é possível fixar uma aliança e ao mesmo tempo protegê-la, pois se retira a força das prováveis oposições ao texto. As afirmações recebem um estatuto de verdade de acordo com a forma com que são utilizadas. A partir do momento em que uma sentença ganha legitimidade e é usada fora dos limites do texto, ela se torna mais independente da cadeia de onde emergiu.

Já que os aliados têm o poder de garantir o caráter de verdadeiro às proposições, o lugar onde o texto é publicado é de enorme importância. Quanto mais forte for esse aliado, maior será o alcance da proposição e mais credibilidade ela terá, ou seja, maior será seu potencial de realizar novas alianças e se introduzir

no coletivo. Aqui podemos pensar na publicação, em 1999, da revista *Neuro-psychoanalysis*, que nessa ótica serve para lançar na rede os pressupostos dos psicanalistas e neurocientistas que compartilham da proposta de se construir um campo híbrido, em que aqueles que publicam em tal revista tendem a citar-se entre si, ou àqueles pesquisadores cujas ideias lhes proporcionam uma fundamentação teórica. As citações utilizadas são meios de se estabelecerem vínculos e de dar visibilidade ao texto, de acordo com a importância dos autores citados tanto pelas afirmações que eles embasam, como pelo seu papel no contexto geral da Ciência. Assim os textos anteriores são traduzidos e modificados, de modo que o texto atual torna-se um ponto de referência para o texto anterior. As citações muito óbvias, porém, devem ser evitadas, afinal enfraquecem o artigo, pois não são aliados muito fortes. Como forma de aumentar as relações do texto, os inimigos do texto devem ser apresentados ao mesmo tempo em que se mostram referências que possam dar suporte ao artigo. Dessa forma, consegue-se atacar os autores e mostrar porque devem ser considerados falsos. Assim, ao mesmo tempo em que o artigo se fortalece, ele enfraquece as relações estabelecidas pelos adversários através do ataque a cada uma das suas referências.

Deve-se notar que quanto maior a controvérsia, mais técnicos os textos se tornam. Dessa forma, produz-se uma diferenciação entre os níveis em que se encontram o leitor e o autor do texto. O autor está alguns patamares acima do leitor, que está isolado, cidadão comum e, conseqüentemente, tem suas possibilidades de ação frente ao texto bastante diminuídas. Os detalhes técnicos são uma forma de proteger o autor das críticas do leitor. Como exemplo de recursos técnicos, a utilização de gráficos, tabelas e índices que se tornam estratégias, que não só garantem a credibilidade do texto, como enfraquece o leitor e fortalece o autor, protegendo assim o artigo. O autor se fortalece já que se desloca daquele que escreve o texto para aquele que é mero porta-voz do que os gráficos e tabelas dizem. Nesse sentido, entende-se na perspectiva da antropologia da Ciência proposta por Latour que os “autores dos textos científicos” não são subjetividades, e sim um emaranhado de alianças entre humanos e não-humanos capaz de dar visibilidade a determinados fatos: eles são porta-vozes desses fatos.

Latour (2003) percebe que não basta que os textos captem a atenção apenas da comunidade científica. Para que os fatos sejam legitimados, é importante que se estabeleça o máximo de conexões possíveis, e os textos técnicos, devido à sua complexidade, têm uma capacidade menor de captar atenção. Portanto, os aliados mais fortes são aqueles que se encontram fora do ambiente científico, de forma que é fundamental chamar atenção e produzir interesse também no público leigo.

Sendo assim, o texto deve ser organizado de forma que mantenha o interesse dos leitores, de forma que as alianças estabelecidas sejam mais fortes. Ele deve conduzir o leitor a somente um caminho durante a leitura e, ao mesmo tempo, dar a sensação de liberdade. Assim, o leitor não poderá duvidar do que está sendo dito, fortalecendo ainda mais as conexões em direção ao fechamento da caixa-preta. Além disso, os recursos externos dos quais o texto técnico se utiliza impelem o leitor para fora do texto, para o dado. Ou seja, convencem o leitor de que o que ele está lendo não é uma ficção.

O cientista alia-se aos não-humanos e faz com que esses produzam inscrições, que, por sua vez, saem dos instrumentos. É dessas inscrições que os textos tratam, do que ocorre nos instrumentos. Há deslocamentos e traduções necessárias para que se possa publicar um artigo. Os instrumentos, assim, servem para simultaneamente dar visibilidade ao que está no texto técnico e possibilitar a existência de algo que só emergirá a partir de um procedimento específico, por mais corriqueiro que seja. Vê-se como o dispositivo se instala: as inscrições comprovam a existência de algo e o cientista se apresenta como porta-voz dessa comprovação e das inscrições. Dito de outro modo, os procedimentos são produzidos de forma a legitimar o discurso científico. Os laboratórios, para existirem e se propagarem, devem arregimentar fortes aliados e caixas-pretas capazes de sustentar as afirmações daqueles que produzem novos objetos, novos aliados ainda indefinidos.

É que a unidade de um fenômeno só é comprovada pela unidade dos testemunhos que sobre ele se produziram. É através destes testemunhos inquestionáveis de um fato que as coisas se tornam verdadeiras. O uso posterior dos fatos lhes dará o estatuto de realidade ou ficção: se fizerem efeito no mundo, serão considerados verdades. Caso contrário serão, quando muito, literatura. Aqui

podemos lembrar da obra inaugural da Psicanálise, *A interpretação dos sonhos* (1900), que apesar de reivindicada por Freud como um texto científico, como mostramos anteriormente, recebeu apenas um prêmio de literatura, tendo o seu estatuto de Ciência contestado pelo poder oficial.

Vimos que os fatos dependem das alianças para se tornarem universais, para serem estabilizados na rede e fazerem parte do coletivo, de forma que tudo o que for dito depois dessa estabilização terá que passar por esse ponto. A proliferação da teoria depende inteiramente da proliferação das emergências dos fatos, ou seja, do alcance espacial dos instrumentos, das técnicas, de cientistas fiéis e capazes de repetir e de realizar novas alianças, de buscar novos aliados. A ampliação das redes possibilita a ampliação da Ciência.

Aplicando as ideias de Latour (2000) que tratam do processo de construção científica às discussões sobre a (a)cientificidade da Psicanálise, notamos algumas correspondências. Latour (2000) aponta que a verdade de um enunciado se estabelece na sua circulação, e por isso tenta-se aumentar as alianças entre os membros da comunidade científica. Sobre esse aspecto, note-se que um grupo de neurocientistas e psicanalistas estão promovendo a circulação, através de artigos científicos, do enunciado “verdade” de que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica. E cada vez mais cientistas fiéis a esse grupo estão divulgando essa “verdade”, por intermédio, por exemplo, da apresentação de dados obtidos de experimentos laboratoriais, que Eric Kandel (1999) designou de *insights* biológicos. Estes últimos, por serem supostamente mais válidos enquanto “enunciados verdadeiros”, têm a capacidade de “comprovar” a eficácia da Psicanálise. Entretanto, considerando que a “verdade” não depende de uma definição racional, mas envolve fundamentalmente o terreno da política, consideramos que a proposta desse grupo seria mais uma exigência sócio-política do que propriamente científica. Através desses discursos fica claro o que o antropólogo da Ciência chamou atenção em termos de jogos de poder, inerentes à construção científica. Podemos observar que as áreas tentam se fortalecer enfraquecendo as relações estabelecidas pelos supostos “adversários”.

Para concluir, notamos que algumas definições de Ciência têm a capacidade de rechaçar a prática psicanalítica do campo científico, enquanto outras acolhem-na totalmente. O argumento central é que a Psicanálise será ou

não Ciência de acordo com a concepção de Ciência que se tenha, daí a importância de se fazer a pergunta sobre o que é a Ciência, afinal. Dessa forma, Latour (2000), na verdade, desloca o problema da cientificidade da Psicanálise para o problema do que venha a ser Ciência. Com isso, o que ele faz é mostrar como essa discussão é menos baseada numa ideia de Ciência como discurso verdadeiro, mas na ideia da Ciência como um discurso, dentre outros, já que a definição da verdade não se faz apenas no plano da razão, mas também no terreno da política. Como defende Kuhn (1962/1998), a Ciência não evolui de acordo com uma lógica que regularia tanto as teorias quanto as seleções desta, mas através de jogos de relações sociais que se dão no interior das comunidades científicas. E para falar nos termos de Bruno Latour, somos nós que produzimos as caixas-pretas.

3

PARTE II: A LEGITIMIDADE DO MÉTODO PSICANALÍTICO

3.1

O que é método?

Etimologicamente, o termo *método* é oriundo do Latim tardio *methodus*, e do Grego *methodos*, e se desdobra em *meta*: por, através de; e *hodos*: caminho. Assim, podemos dizer simplesmente que método se traduz pela expressão, “através de um caminho” (Japiassu & Marcondes, 2011).

Se pretendemos defender que o método psicanalítico é legitimamente um modo de se fazer Ciência, devemos ter em mente de antemão, como podemos verificar no *Dicionário básico de filosofia* (Japiassu & Marcondes, 2011, p. 187), que o método *científico* é apenas um exemplo do que se define amplamente como um “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (p. 187). No caso da Ciência, método pode ser definido como “o estabelecimento e a demonstração de uma verdade científica” (p. 187). Apesar da abrangência do termo, vamos nos restringir aqui a algumas ideias que ajudarão a sustentar a nossa crítica à posição de Kandel (1999) de que a Psicanálise não desenvolveu um método adequado para testar suas teorias, por exemplo, por intermédio da observação direta (como se observa nos últimos decênios, por meio das imagens cerebrais). Posição esta contra a qual pretendemos nos posicionar neste capítulo a partir do aprofundamento do que venha a ser *método* propriamente dito, restringindo-nos ao *método científico*.

No intuito de dialogar com esse ex-psicanalista, começemos pelo nível básico concernente ao *ensino* do método científico. Em um artigo dirigido a professores de Ciência, do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Moreira & Ostermann (1993) procuram mostrar que o ensino do método científico como se fosse uma rígida sequência de passos que começa com a observação e culmina em uma conclusão e/ou descoberta nada mais seria do que um erro didático e epistemológico. Observamos com isto que a própria visão escolar de método científico vem sofrendo alterações.

Mas para tratar deste assunto, comecemos pelo “Pai do *método*”, por assim dizer, *René Descartes* (1596-1650). Este filósofo, considerado por muitos como o introdutor do método científico como hoje o nomeamos, define método como as regras certas e fáceis, graças às quais todos os que as observam exatamente jamais tomarão como verdadeiro aquilo que é falso e chegarão, sem se cansar com esforços inúteis, ao conhecimento verdadeiro do que pretendem alcançar (Descartes, 1637).

Trata-se de uma leitura primitiva do que venha a ser método e/ou método para o *conhecimento verdadeiro*²⁰ (Descartes), se pensarmos junto com Bruno Latour na perspectiva de uma antropologia da Ciência (*Vida de laboratório*, 1997; *Ciência em ação*, 2000). O primitivo permanece surtindo efeito, em termos de uma visão mais tradicional do que venha a ser Ciência. Mas transformações foram sendo observadas à medida em que a Ciência – pensada como um indivíduo ou um povo – foi se tornando mais idosa; ou mais precisamente, menos criança. Alterações informadas por Moreira & Ostermann (1993), nesse sentido, se expressam de forma veemente na comunidade científica em geral, e aqui incluo a comunidade psicanalítica. Um exemplo de transformação do que se entende por método científico, pensado de forma ampla, aparece nas contribuições de Edgar Morin. A noção de hipercomplexidade, introduzida por este filósofo, permite pensar método científico de forma mais abrangente. Segundo o filósofo, carecemos de um método de conhecimento que traduza a complexidade do real, reconheça a existência dos seres, e se aproxime do mistério das coisas.

É digno de nota que na epistemologia contemporânea, alguns autores de referência como Paul Feyerabend – cuja obra mais conhecida intitula-se *Contra o Método* (Feyerabend, 1975/2007) – questionam o papel tradicional atribuído ao método na formação de teorias científicas, considerando que elementos como a intuição dos cientistas e o acaso têm um papel preponderante no surgimento dessas teorias e que *somente a posteriori recorre-se ao método para a sistematização e fundamentação da teoria* (Japiassu & Marcondes, 2011). É

²⁰ Toda obra de Descartes visa mostrar que o conhecimento requer, para ser válido, um fundamento metafísico. Ele parte da dúvida metódica: se eu duvido de tudo o que me vem pelos sentidos e se duvido até mesmo das verdades matemáticas, não posso duvidar de que tenho consciência de duvidar. Eis a primeira verdade descoberta cuja evidência fornece o critério da ideia verdadeira. Assim, a metafísica é fundadora de todo saber verdadeiro (Japiassu & Marcondes, 2011).

interessante observar o comentário de Alberto Oliva (1990) no capítulo cinco (*Anarquismo Epistemológico: última etapa da crítica ao ideal empirista de ciência?*) quando afirma que esta obra de Feyerabend (1975/2007) “poderia ter sido intitulada ‘Contra a Concepção Empirista Tradicional de Ciência’” (Oliva, 1990, p. 131) sem que o cerne de sua mensagem epistemológica fosse desvirtuado.

Voltemos a Morin, pois suas contribuições nos interessam enormemente para encaminhar o presente capítulo. Este pioneiro da análise da complexidade discute sua proposição sobre a qual aprofundaremos a seguir, para superar o entendimento fechado e restrito dos múltiplos condicionamentos coletivos – em função dos quais, prejuízos no meio ambiente foram observados. Devem-se a ele categorias que nos permitem entender como as novas sociedades podem escapar de fenômenos de dominação mais sutis enfrentados no século passado. Nesse sentido, pensar uma tecnologia de ponta como cientificamente correta, plausível e aplicável, não significa necessariamente que seja ecologicamente sustentável (Candido Mendes, 2003).

André Green (2007) se refere aos cinco volumes intitulados *La méthode* de Morin – agora já são seis com a introdução de *Ethique* – ao ser convidado para falar sobre pesquisa em psicanálise. Neste artigo *Le pluralisme des sciences et la pensée psychanalytique* (2007, p. 17-38), este recém-falecido psicanalista cita um grupo de biólogos, entre os quais estão G. Edelman, H. Atlan, H. von Foerster, J. Didier-Vincent, F. Varela, A. Prochiantz, além do matemático R. Thom, que levaram adiante ou defenderam a Teoria da hipercomplexidade. Ao desenvolver esta noção, em *La méthode* (1981, 1985, 1992), uma das teses fundamentais de Morin consiste em mostrar a necessidade de construirmos uma Ciência com consciência e tomarmos consciência da complexidade de toda a realidade (física, biológica, humana, social, política). Para compreender a realidade da complexidade não basta uma Ciência privada de reflexão e uma filosofia apenas especulativa. Pensando assim, não é possível desprezar a pluralidade das lógicas que se interpenetram, o indeterminismo, a auto-organização, e a interação entre sujeito e objeto.

O método da complexidade que se elabora no primeiro volume (*la nature de la nature*) implica em conceber ordem/desordem/organização e de aprofundar a

natureza da organização – de não reduzir o fenômeno a seus elementos constitutivos nem o isolar (ou o abstrair) de seu ambiente. Não dissociar o problema do conhecimento da natureza com o do da natureza do conhecimento. Todo objeto deve ser considerado na sua relação com o sujeito do conhecimento, ele próprio enraizado em uma cultura, em uma sociedade, em uma história.

Green nos detalha (2007, p. 38) que Morin (2001, citado por Green, 2007) distingue diferentes níveis: o vivente, o indivíduo humano, o social e a espécie, sendo que três princípios regem o pensamento hipercomplexo. O primeiro (*principe hologrammique*), remete à ideia de que a parte está no todo que está na parte; o segundo (*boucle réursive*) se refere à percepção de que as causas produzem os efeitos que agem em retorno sobre as causas, diferindo da ideia do mecanismo de *feed back*, por meio do qual se observa um retorno para o equilíbrio inicial; e o terceiro (*principe dialogique*) seria o princípio a partir do qual é possível pensar em algo cujos termos de uma relação seriam ao mesmo tempo complementar e antagonista.

Por intermédio desses três princípios, um pensamento plural se organiza, regrado pelas leis da organização e da desorganização. Os níveis mais elevados de complexidade incluem uma estratégia ou um programa, uma promoção da criatividade. O resultado coloca para a frente o pluralismo, a autonomia, as comunicações múltiplas, a hierarquia dos níveis de organização. A organização complexa compreende as incertezas, a liberdade, as desordens, os antagonismos, a concorrência. Morin conclui propondo o indivíduo como o centro da consciência na e para a sociedade. “O cérebro individual é mais complexo que a sociedade, mais complexo que a terra, mais complexo que a galáxia” (Morin, 2001, citado por Green, 2007, p. 38).

Em *A Necessidade de um Pensamento Complexo*, publicado em 2003 (Candido Mendes org., p. 69-77), após ter escrito alguns volumes aos quais Green (2007) se referiu, Morin (2003) nos lembra que enquanto a cultura geral admite a possibilidade de se buscar a contextualização de toda informação ou de toda ideia, a cultura técnica e científica, em nome de seu caráter disciplinar especializado, separa e compartimenta os conhecimentos, o que torna cada vez mais difícil a contextualização destes. Além disso, até a metade do século XX, a maior parte das Ciências tinha a redução como método de conhecimento (do conhecimento de um

todo para o conhecimento das partes que o compõem), e o determinismo como conceito principal, ou seja, a ocultação do acaso, do novo, das invenções, e a aplicação da lógica mecânica da máquina artificial aos problemas vivos, humanos e sociais.

Morin (2003) alerta para a falsa racionalidade científica gerando consequências desastrosas para a sociedade como um todo. Ele se refere à racionalização abstrata e unidimensional que triunfa sobre a Terra. Exemplos de obras-primas monumentais dessa racionalidade tecnoburocrática podem ser encontrados na URSS, onde desviou-se o curso dos rios para irrigar, mesmo durante as horas mais quentes, hectares sem árvores utilizados para a cultura do algodão. Este desvio causara a salinização devido à elevação do sal na terra, a volatilização das águas subterrâneas e a evaporação do Mar do Aral.

“Infelizmente, após o desmoronamento do império, os novos dirigentes convidaram especialistas liberais do Ocidente que, ignorando deliberadamente que uma economia de mercado tem necessidades de instituições, de leis e de regras, não elaboraram a indispensável estratégia complexa que (...) implicava planificar a desplanificação e programar a desprogramação” (Morin, 2003, p. 70).

Morin (2003) nos informa que resultam de tudo isto catástrofes humanas, cujas vítimas e consequências não são nem evidentes nem contabilizadas, como o são as vítimas das catástrofe naturais. Vejamos, em suas palavras, a sua crítica ao método, calcada na *visão hipercomplexa*:

“A inteligência parcelada, compartimentalizada, mecanicista, disjuntiva, reducionista, destrói a complexidade do mundo em fragmentos distintos, fraciona os problemas, separa o que está unido, unidimensionaliza o multidimensional. Trata-se de uma inteligência ao mesmo tempo míope, hipermetrope, daltônica caolha; ela muito frequentemente acaba ficando cega. Ela aborta todas as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando, também, todas as possibilidades de um juízo corretivo ou de uma visão a longo prazo. Dessa forma, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, mais existe a incapacidade de se pensar sua multidimensionalidade; quanto mais progride a crise, mais progride a incapacidade de se pensar a crise; quanto mais os problemas se tornam planetários, mais eles se tornam esquecidos. Incapaz de visualizar o contexto e a complexidade planetária, a inteligência cega se torna inconsciente e irresponsável (Morin, 2003, p. 71).

A partir daí, Edgar Morin (2003) nos traz o problema-chave de toda a questão que trata, resumindo-o como sendo o de completar o pensamento que

separa com um pensamento que une, algo que designaria o pensamento complexo. *Complexus* significa, originalmente, aquilo que é tecido junto. Morin (2003) esclarece que o pensamento complexo é um pensamento que busca distinguir, e não separar, ao mesmo tempo em que busca reunir. Surge então outro problema-chave colocado pelo autor: como tratar da incerteza? Isto pois em todos os campos das Ciências o dogma de um determinismo universal desmoronou e, ao mesmo tempo, a lógica, sustentáculo da certeza do raciocínio, revelou as incertezas: seja na indução, seja por meio das idedutibilidades da dedução, seja por meio dos limites do terceiro incluso.

Nesse sentido, esse autor sugere – para se pensar o propósito do pensamento complexo que é, ao mesmo tempo o de reunir (contextualizar e globalizar) e de ressaltar o desafio da incerteza – sete princípios-guia complementares e interdependentes:

1) *O princípio sistêmico, ou organizacional*, opõe-se à ideia reducionista, já que o todo é mais do que a soma das partes. Do átomo à estrela, da bactéria ao homem e à sociedade, a organização do todo produz qualidades novas em relação às partes isoladas. Assim, a organização do ser vivo produz qualidades desconhecidas no nível dos seus componentes psicoquímicos. O todo é igualmente menos do que a soma das partes, cujas qualidades são inibidas pela organização do conjunto. Este princípio segue a fórmula, segundo a qual é impossível conhecer o todo sem conhecer suas partes e conhecer as partes sem conhecer o todo.

2) *O princípio “hologramático”*, já mencionado por Geen (2007), inspira-se no holograma, no qual cada ponto contém quase que a totalidade de informações do objeto que ele representa. A parte não somente está no todo, mas o todo está inscrito na parte. A célula é uma parte do todo, mas o próprio todo está na parte, como o patrimônio genético está na célula. A sociedade está presente em cada indivíduo por meio da linguagem e das normas da cultura.

3) *O princípio do ciclo retroativo*, como aparece com Green (2007) em francês (*boucle recursive*), permite o conhecimento dos processos autorreguladores. Assim, rompe-se com o princípio da causalidade linear. Este princípio esclarecido por Morin (2003) mostra que a causa age sobre o efeito, e o efeito sobre a causa. Exemplifica-se através de sistemas de resfriamento no qual o

termostato regula o funcionamento do compressor. Esse mecanismo de regulação permite a autonomia de um sistema, nesse caso a autonomia térmica de um local refrigerado em relação ao calor exterior. Em termos mais complexos, a “homeostasia” de um organismo vivo é um conjunto de processos reguladores fundamentados em múltiplas retroações. Inflacionadoras ou estabilizadoras, as retroações são verificadas em grande quantidade nos fenômenos econômicos, sociais, políticos ou psicológicos.

4) *O princípio do ciclo recorrente* supera a noção de regulação pela autoprodução e pela auto-organização. Trata-se de um ciclo gerador no qual os produtos e as consequências são, eles próprios, produtores e originadores daquilo que produzem. A partir daí podemos pensar, junto com Morin (2003), que nós, indivíduos, somos produtos de um sistema de reprodução nascido em priscas eras, sendo que este sistema só pode se reproduzir se nós próprios nos tornamos os produtores, nos acasalando. Dito de outro modo, o indivíduo humano produz a humanidade de dentro e por meio de suas interações, mas a sociedade emergindo produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura.

5) *O princípio de autoeco-organização* (autonomia/dependência): como os seres vivos têm a necessidade de retirar a energia, a informação e a organização do seu ambiente, sua autonomia é inseparável da dependência, daí a necessidade de concebê-los como autoeco-organizadores. Esse princípio vale de maneira específica para os humanos, que desenvolvem a sua autonomia dependentes da sua cultura e para as sociedades que dependem de um ambiente geocológico. Um aspecto chave da autoeco-organização ativa é que esta se renova permanentemente a partir da morte das suas células.

6) *O princípio dialógico*, esboçado no 5º princípio, une dois princípios ou noções, em face de se excluírem um ao outro, mas são indissociáveis em uma mesma realidade. A dialógica permite-nos associar racionalmente noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo. A ilustração ícone deste princípio remete à constatação de Böhr das partículas físicas concebidas, ao mesmo tempo, como corpúsculos e como ondas.

7) *O princípio da reintrodução do conhecido em todo o conhecimento* revela o problema cognitivo central: da percepção à teoria científica, todo o

conhecimento é uma reconstrução/tradução por uma mente/ inteligência em uma cultura e em um tempo determinado.

Esses são alguns dos princípios que guiam os progressos cognitivos do pensamento complexo. Parafraseando Morin (2003):

“não se trata de um pensamento que exclui a certeza pela incerteza (...). O procedimento consiste, ao contrário, em se fazer uma ida e vinda incessante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável” (p. 75)

Após ter lido Edgar Morin, André Green (2007) considerou que Freud poderia ser um precursor dessa nova tendência. Apesar da riqueza destas ideias e discussões, e do desejo de mergulhar ainda mais profundamente neste “oceano de clarezas”, não iremos nos estender neste debate, já que o nosso objeto de estudo no presente trabalho restringe-se ao *método psicanalítico*. Deve-se notar que recorremos a estes princípios baseados na noção da hipercomplexidade, pois eles ajudam a ampliar e relativizar o argumento, segundo o qual a psicanálise deveria mudar o seu método, baseando-se no método experimental com observação direta, como sugere Kandel (1999) ou como se observa de modo implícito no movimento da Neuro-psicanálise. Princípios tão abrangentes e de longo alcance tal como propostos pelo pensamento complexo transformam o argumento da não cientificidade da Psicanálise ou da não legitimidade de seu método em algo ultrapassado, já que o pensamento hipercomplexo promove uma visão de Ciência plural. Sendo assim, não seria a Psicanálise quem deveria se adequar a algum método, experimental ou seja qual for, mas ao contrário, faz-se necessária uma definição metodológica – e aqui defendemos que, no caso da Psicanálise, ela se iniciou com o modo como Freud, desde a década de 1880, o instituiu – para abarcar o que a realidade do campo psicanalítico apresenta. O próprio Feyerabend (1975/2007) defende que o método *a priori* é uma falácia. Trata-se, na Psicanálise, de uma realidade peculiar, idiossincrática e específica, de modo que a evolução desse campo só pode ser atingida partindo de dentro do próprio campo. Mais ainda, se a Psicanálise tem como um dos principais objetivos promover a saúde mental, torna-se delicada qualquer crítica que fragilize uma *démarche* que vem obtendo êxito de longo alcance, inclusive com sociedades psicanalíticas

sendo fundadas no Oriente, como é o caso do instituto de Psicanálise recém inaugurado na China.

Apesar disto tudo, no entanto, não podemos escapar de apresentar os métodos mais tradicionalmente conhecidos, já que é na *academia* com seus resquícios e resíduos da *tradição* que se situa a nossa discussão.

De acordo com o *Dicionário básico de filosofia* (Japiassu & Marcondes, 2011), os *métodos científicos* enumeram-se em: 1) método axiomático; 2) método hipotético-dedutivo; 3) método indutivo; 4) método dialético; 5) método da análise-síntese; 6) método experimental; e 7) método hermenêutico (Japiassu & Marcondes, 2011). Se fossemos pensar a presente tese de maneira simples e pragmática, poderíamos afirmar que um de nossos objetivos seria acrescentar a esta listagem do *Dicionário básico de filosofia* uma oitava possibilidade que seria, o *método psicanalítico*. Dito de outro modo, queremos insistir que por método psicanalítico entendem-se uma conjunção de fatores irreduzíveis a quaisquer métodos já existentes ou ainda por inventar, que não se chame *método psicanalítico*.

Retomando o *Dicionário básico de filosofia* de Japiassu e Marcondes (2011):

1) O *Método axiomático* é o que emprega a formalização e utiliza os recursos da lógica formal para derivar a verdade que pretende estabelecer a partir de uma relação de termos primitivos (indefiníveis) e de um conjunto de axiomas que servem de ponto de partida para a demonstração. O exemplo clássico é o da geometria de Euclides. O termo axioma, do Grego e Latim, traduz-se por *valor*. Define-se como uma proposição evidente em si mesma e indemonstrável; ou como um pressuposto em um sistema, ocorrendo sempre como premissa ou como ponto de partida para a demonstração de algo. Na exposição de um sistema, especialmente na Matemática, um axioma é uma proposição de partida, indemonstrável, mas que decidimos considerar como verdadeira porque parece evidente. Ex.: o todo é maior do que as partes; duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si. O termo axiomática define-se como um sistema formal no qual são totalmente explicitados os termos não definidos e as proposições não demonstradas, estas sendo afirmadas como simples hipóteses (axiomas) a partir das quais todas as proposições do sistema podem ser deduzidas. Em outras

palavras, a axiomática é o sistema hipotético-dedutivo formado pelo conjunto dos seguintes indemonstráveis: axiomas, definições e postulados. Ela responde a três princípios básicos: a) é *coerente* quando uma proposição deduzida é verdadeira ou falsa; b) é *simples* quando nenhum indemonstrável invade os outros; c) é *saturada* quando todo enunciado, em seu domínio, é decidível, isto é, tem a possibilidade de ser verdadeiro ou falso.

2) O *Método hipotético-dedutivo* é aquele por meio do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas. É discutível até que ponto as teorias científicas realmente se constituem e se desenvolvem segundo o método hipotético-dedutivo, uma vez que nem sempre há uma correspondência perfeita entre experimentos e observações, por um lado, e deduções, por outro. Autores como Popper questionam a relação tradicionalmente estabelecida entre hipóteses e previsões.

3) O *Método indutivo* é aquele segundo o qual uma lei geral é estabelecida a partir da observação e repetição de regularidades em casos particulares. Embora o método indutivo não permita o estabelecimento da verdade da conclusão em caráter definitivo, fornece, no entanto, razões para a sua aceitação, que se tornam mais seguras quanto maior o número de observações realizadas. A indução é assim essencialmente probabilística. Este método se torna importante na Ciência experimental, sobretudo a partir de sua defesa por Francis Bacon, sendo posteriormente sistematizado por J. Stuart Mill.

4) O *Método dialético*, na concepção clássica, sobretudo na interpretação platônica da filosofia socrática, é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão. Cabe aqui definir dialética, que, em nossos dias, é utilizado para dar uma aparência de racionalidade aos modos de explicação e demonstração confusos e aproximativos. Mas a tradição filosófica lhe dá significados bem precisos. Em Platão, a dialética é o processo pelo qual a alma se eleva, por degraus, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou ideias. Ele emprega o verbo *dialeghetai* em seu sentido etimológico de “dialogar”, isto é, de fazer passar o *logos* na troca entre dois interlocutores. Em Aristóteles, a dialética é a dedução

feita a partir de premissas apenas prováveis. Ele opõe ao silogismo científico, fundado em premissas consideradas verdadeiras e concluindo necessariamente pela “força da forma”, o silogismo dialético que possui a mesma estrutura de necessidade, mas tendo apenas premissas prováveis, concluindo apenas do modo provável. Já em Hegel, a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real: “Chamamos de dialética o movimento racional superior em favor do qual esses temas na aparência separados (o ser e o nada) passam espontaneamente uns nos outros, em virtude mesmo daquilo que eles são, encontrando-se eliminada a hipótese de sua separação.” Para pensarmos a história, diz Hegel, importa-nos concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não resolvidos. E na medida em que afirma uma propriedade comum do pensamento e das coisas, a dialética pretende ser a chave do saber absoluto: do movimento do pensamento, poderemos deduzir o movimento do mundo; logo o pensamento humano pode conhecer a totalidade do mundo (caráter metafísico da dialética). (Japiassu & Marcondes, 2011).

Marx, por sua vez, faz da dialética um *método*. Insiste na necessidade de considerarmos a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a da luta de classes. A partir dele, mas graças sobretudo à contribuição de Engels, a dialética se converte no método do materialismo e no processo do movimento histórico que considera a Natureza: a) como um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; b) como um estado de mudança e de movimento; c) como o lugar onde o processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa; d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos tendo um lado positivo e o outro negativo, um passado e um futuro, o que provoca a luta das tendências contrárias que gera o progresso (Marx-Engels). (Japiassu & Marcondes, 2011).

5) O *Método da análise-síntese* toma como ponto de partida o que se busca, procurando então estabelecer sua verdade, no que consiste e quais suas

características. A análise é a decomposição do todo em suas partes constitutivas para examiná-las. Procede-se, assim, do complexo para o simples. A síntese é a reunião dessas partes para formar o todo, tendo-se esclarecido seu modo de constituição (Japiassu & Marcondes, 2011).

6) O *Método experimental* é aquele que tem por base a realização de experimentos para o estabelecimento de teorias científicas, procedendo por intermédio da observação, da formulação de hipóteses e da verificação ou confirmação das hipóteses a partir de experimentos. É valorizado sobretudo nas concepções empiristas (Japiassu & Marcondes, 2011).

7) O *Método hermenêutico* vem do grego, *interpretar*. O termo originalmente teológico, designa a metodologia própria à interpretação da *Bíblia*. O termo passou depois a designar todo esforço de interpretação científica de um texto difícil que exige uma explicação. No séc. XIX, Dilthey (1883/1944) vinculou o termo hermenêutica à sua filosofia da compreensão vital: as formas da cultura, no curso da história, devem ser apreendidas por meio da experiência íntima de um sujeito; cada produção espiritual é somente o reflexo de uma cosmovisão (*Weltanschauung*), ou visão de mundo. E toda filosofia é uma “filosofia de vida”. Contemporaneamente, a hermenêutica constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral. O filósofo Paul Ricoeur (1965), por exemplo, aborda *duas* hermenêuticas: a) a que parte de uma tentativa de transcrição filosófica do freudismo, concebido como um *texto* resultando da colaboração entre o psicanalista e o psicanalisado; b) a que culmina numa “teoria do conhecimento”, oscilando entre a leitura psicanalítica e uma fenomenologia (Japiassu & Marcondes, 2011).

E para finalizar a nossa pesquisa sobre *o que é método*, encontramos na definição do termo *metodologia* uma relevância por caracterizar, em amplo espectro, o que de fato estamos empreendendo no presente capítulo. Literalmente define-se como “ciência ou estudo dos métodos. Investigação sobre os métodos empregados nas diferentes ciências, seus fundamentos e validade, e sua relação com as teorias científicas” (Japiassu & Marcondes, 2011, p. 187).

A partir desse mapeamento inicial, podemos agora nos dedicar à especificidade do que venha a ser método psicanalítico. Pretendemos salientar que o método psicanalítico apresenta particularidades que não se reduzem à

enumeração feita a partir do *Dicionário* diferenciando os vários métodos já consagrados como legítimos.

3.2

O método psicanalítico por Freud

No capítulo anterior tratamos do que venha a ser método de um modo geral. Identificamos que com todas as definições já consagradas, o método psicanalítico não se coaduna com essas definições. Portanto, retornaremos às primeiras definições propostas por Sigmund Freud.

De acordo com o “pai da Psicanálise”, encontramos a seguinte definição do que caracteriza esta última, no *Verbete*:

“Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula em uma nova disciplina científica (Freud, 1923a [1922]/1976, p. 287).

A partir deste parágrafo, Freud (1923a [1922]/1976) passeia sobre toda a “estrutura arquitetônica” que caracteriza o processo de construção de sua Ciência. Contando a história da Psicanálise, ele vai desde o método catártico na condição de um procedimento terapêutico, até a ainda atual técnica da associação livre, passando por transições sofridas nesse processo, tais como o abandono da hipnose, e apresentando a psicanálise como uma *arte interpretativa*. A meta, segundo o metapsicólogo, passa a ser a interpretação dos atos falhos (parapraxias) e dos atos fortuitos, desdobrando-se para a questão central que deu nome à sua obra original, qual seja, a técnica e/ou método de interpretação dos sonhos (Freud, 1923a [1922]/1976).

Ainda neste verbete (Freud, 1923a [1922]/1976), ele esboça o percurso da construção das teorias centrais, a primeira das quais ainda referindo-se a interpretar sonhos, que vem a ser a teoria dinâmica da formação onírica. Freud caracteriza o processo de simbolização, discute a significação etiológica da vida sexual, o que o leva a abordar neste mesmo verbete (Freud, 1923a [1922]/1976) a sexualidade infantil. Segue apresentando o desenvolvimento libidinal, em seguida

o processo de encontrar um objeto e o complexo de Édipo. Menciona, nesse sentido, o começo difásico do desenvolvimento sexual e chega até a teoria da repressão. Define transferência, e conclui salientando quais são as pedras angulares da teoria psicanalítica, quais sejam: a pressuposição de existirem processos mentais inconscientes; o reconhecimento da teoria da resistência e da repressão; a consideração da importância da sexualidade e do complexo de Édipo como constituindo o principal tema da psicanálise e os fundamentos de sua teoria. Freud (1923a [1922]/1976) alerta: “Aquele que não possa aceitá-los a todos não deve considerar-se a si mesmo como psicanalista” (p. 300).

Em seguida, Freud (1923a [1922]/1976) segue falando da história que ele chama aqui de história posterior da Psicanálise, comentando desde os progressos mais recentes da Psicanálise (daquela época), incluindo o narcisismo, desenvolvimentos da técnica, e a ratificação da Psicanálise como processo terapêutico específico. Compara distinguindo a Psicanálise dos métodos hipnótico e sugestivo, bem como a sua relação com a psiquiatria. Menciona críticas e más interpretações da psicanálise, comenta o que ele chama das aplicações e correlações não médicas da Psicanálise e conclui esse “verbete A” (Freud, 1923a [1922]/1976) com o seguinte subtítulo, que para nós tem relevo: “A psicanálise como Ciência Empírica”.

“A psicanálise não é, como as filosofias, um sistema que parta de alguns conceitos básicos nitidamente definidos, procurando apreender todo o universo com o auxílio deles, e, uma vez completo, não possui mais lugar para novas descobertas ou uma melhor compreensão. Pelo contrário, ela se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro” (Freud, 1923a [1922]/1976, p. 307).

Essa citação de Freud é pertinente ao que pretendemos defender nesta tese, ao considerarmos que a investigação clínico-conceitual – termo que cunhamos para expressar a nossa proposta – é a própria empiria da psicanálise. Freud apresenta o caminho de construção da Psicanálise afastando-a da Filosofia e aproximando-a dos procedimentos científicos. Ele coloca a Psicanálise como sempre estando incompleta e, portanto, aberta a modificações e correções.

E para falar das idiossincrasias do campo teórico como um todo, em relação ao seu método de produzir Ciência psicanalítica, nada melhor que um voo panorâmico no *Esboço de Psicanálise* (Freud, 1940 [1938]/1975), um dos últimos textos de Freud, e como afirma o editor inglês Strachey, pode ser até considerado um texto inacabado, mas é difícil considerá-lo como incompleto. O *Esboço* (Freud, 1940 [1938]/1975) apresenta uma característica peculiar. As outras obras, sem exceção, destinam-se a explicar a Psicanálise para um público externo, mas sempre um público relativamente ignorante quanto à psicanálise. No caso do *Esboço* (Freud, 1940 [1938]/1975), não se trata de um livro para neófitos, como salienta Strachey. Constitui muito mais um curso de revisão para estudantes adiantados.

Então surge a questão: quando é que tudo isso começa? Melhor dizendo, quando podemos considerar que esse método de fato se inicia – método pensado aqui de amplo espectro, desde técnicas, teorias da técnica, teorias em geral, política de inserção no campo das Ciências, etc? Pensamos junto com o conceito de Green (2007) de *pensée clinique*, que poderíamos demarcar o início dessa *Démarche* com o tratamento e posterior publicação do consagrado caso Dora, intitulado *Fragmento da análise de um caso de histeria* (Freud, 1905 [1901]/1972). Note-se que esta demarcação é meramente didática, mas ajudará na circunscrição da especificidade do que na presente tese estamos chamando de método psicanalítico. Para Green, *pensée clinique* significa um modo de pensar específico à psicanálise, inaugurado por Freud, que abrange não apenas o método de tratamento, mas principalmente um método de produção de conhecimento científico. É um modo singular de pensar a partir do negativo, do que está por trás do discurso manifesto do senso comum (Green, 2007).

Voltemos à Dora. De acordo com a nota do editor inglês James Strachey, a história clínica de Dora foi escrita em 1901, apesar de só ter sido publicada em 1905. Na carta 139 (outubro de 1900) (Masson, 1986), Freud diz a Fliess que começou a tratar uma nova paciente, “uma jovem de 18 anos”. Esta moça era evidentemente “Dora”, e, como sabemos da própria história clínica (p. 11, adiante) seu tratamento terminou cerca de três meses mais tarde. Ele estivera ao mesmo tempo ocupado com a *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Em uma carta não publicada (citada pelo editor Strachey, 1977) Freud escreve estar

empenhado simultaneamente em dois trabalhos: *A vida cotidiana* e “Sonhos e histeria, fragmentos de uma análise”, que como nos informa o prefácio do próprio Freud (1905 [1901]/ 1972, p. 8), era o título original. Dirigimo-nos agora ao prefácio para constatar o que Freud diz da sua empreitada.

A princípio, Freud (1905 [1901]/1972) alerta sobre a novidade que está prestes a expor, tecendo comentários que ilustram a nossa tentativa de demonstrar o quão empírica era a postura do metapsicólogo no sentido de uma Ciência não dogmática e, portanto, autocrítica:

“(…) Proponho-me agora, portanto, fundamentar aqueles conceitos [sobre a patogênese dos sintomas histéricos] apresentando um relato pormenorizado da história de um caso clínico e de seu tratamento, e não posso furtar-me a algumas observações preliminares, com o propósito, em parte, de justificar de vários ângulos o que vou fazer, e, em parte, de diminuir as expectativas” (Freud, 1905 [1901]/1972, p. 5).

No parágrafo seguinte o seu empirismo não dogmática cuja existência pretendemos defender, revela-se do modo incontestável:

“Foi sem dúvida embaraçoso para mim ser obrigado a publicar os resultados de minhas investigações sem que outros estudiosos da matéria tivessem qualquer possibilidade de testá-las e verificá-las, particularmente porque tais resultados foram de natureza surpreendente (...)” (Freud, 1905 [1901]/1972, p. 5).

Demarcamos o caso Dora como o primeiro caso psicanalítico tendo em vista que se trata de um procedimento terapêutico que se baseia na análise de dois sonhos. No capítulo 2, Freud apresenta o sonho da caixa de Joia e no capítulo 3 apresenta o sonho que refere à morte do pai. A *démarche* psicanalítica se inicia aí de modo explícito, inclusive na sua apreciação sobre a presença de conteúdo psicosexual latente por trás das manifestações sintomáticas. Ele inaugura a Ciência que trata do virtual, ou seja, de conteúdos mentais designando-lhes curiosamente como o *material* do paciente. Esta expressão verbal tornou-se um jargão que vigora entre os psicanalistas até hoje. Nas palavras do metapsicólogo: “O material que elucidou o caso foi reunido em torno de dois sonhos” (retirado de *Sinopses da Standard Edition da obra psicológica completa de Sigmund Freud*, p. 94).

No intuito de defender a legitimidade deste procedimento criado por Freud, podemos observar, por exemplo, a contemporaneidade de seu método. Recentemente a colega Marina Miranda²¹ apresentou um trabalho no XX Congresso Brasileiro de Psicanálise da IPA, referente à sua paciente de caso oficial de formação em Psicanálise com o seguinte título: *De Dora a Verônica: reflexões acerca da árdua tarefa do tornar-se mulher*. Miranda (2013) propõe-se a situar a encruzilhada que separa a personalidade histérica ou sua forma atuante do desenvolvimento psicosexual da mulher. Aborda as dificuldades encontradas por Freud no tratamento com sua paciente Dora e, segue expondo algumas reflexões sobre a experiência analítica com uma paciente, especificando as diferenças conceituais acerca do complexo de Édipo no pensamento freudiano e kleiniano. O motivo de recorrermos a este trabalho não reside necessariamente na investigação de seu incontestável conteúdo rico, mas apenas em demonstrar, em um trabalho recém-saído do forno, a contemporaneidade do tipo e do modo de fazer Ciência com o método psicanalítico inaugurado com o caso Dora, gerando frutos até os dias de hoje.

Segundo Miranda (2013), um fio invisível une Dora e Verônica. Ontem e hoje, a histeria finca suas raízes no complexo de Édipo. O complexo edípiano em Freud, Klein e Britton (autor pertencente ao grupo dos kleinianos contemporâneos de Londres) é perpassado por este fio (fio implícito da teoria e do método). Baseando-se na abordagem Kleiniana do complexo de Édipo, Miranda (2013) constata que Verônica parece ser uma participante faminta da cena primitiva – encontra-se no meio do ato – para utilizar as palavras de Britton (1998). A mesma comilança que maltrata seu corpo, bloqueia sua sexualidade. Neste aspecto, o crescimento para a condição de mulher exige da paciente de Marina Miranda que abandone a combinação de falo e seio para fazer uma escolha identificatória com a mãe e abandonar esse refúgio psíquico. A paciente toma a analista como a mãe especular inexaurível, que na transferência vai desiludi-la, permitindo o restabelecimento da triangulação edípica, na qual poderá ser uma observadora e não uma desesperada participante. A fronteira que separa a organização histérica do funcionamento *borderline* está entre o desejo que impulsiona a primeira e a onipotência pela posse que domina o segundo. Nesta ligeira digressão foi

²¹ Membro Provisório do Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ.

realizado um percurso no qual Miranda (2013) procurou situar a encruzilhada que separa a personalidade histórica ou sua forma atuante do desenvolvimento psicosssexual da mulher. Isto significa que alcançar a genitalidade madura – no sentido kleiniano do termo – é poder estabelecer os limites internos e externos que possibilitam uma compreensão ampla e não esquemática do processo edipiano.

Situar o *pensée clinique* (Green) a partir de Dora, é meramente uma demarcação didática já que esta marca pode ser antecipada com a proposta, por exemplo, da analista didata da SBPSP, Marion Minerbo (2003), em um trabalho apresentado no XIX Congresso Brasileiro de Psicanálise de Recife. Esta psicanalista, por sua vez, parte de uma miniatura clínica de Freud (1894/1969) publicada em *As neuropsicoses de defesa*, procurando – assim como nós na presente tese – explicitar os movimentos invariantes do método psicanalítico. Seu objetivo é tentar responder às questões que se seguem, quais sejam: Como Freud descobre o que descobre? Qual o método embutido em seu fazer clínico, que produziu a obra que conhecemos? Qual foi o caminho que Freud percorreu, o qual continuamos a percorrer todos os dias?

Minerbo (2003) defende que Freud descobre o que descobre interpretando. Nós também, afirma ela. O ato de interpretar seria pois a invariante do método, aspecto ao qual se limita na exposição de suas ideias. Mas o que é interpretar?, indaga a autora. E responde da seguinte forma: “Minha abordagem ao tema estará embasada na obra de Fabio Herrmann²², conhecida como Teoria dos Campos” (p. 271).

No primeiro livro desta obra, *Andaimos do real: uma revisão crítica do método da psicanálise*, cuja primeira edição data de 1979, Fabio Herrmann descreve de maneira precisa e rigorosa a operação metodológica implícita no ato psicanalítico inventado por Freud. Herrmann (1979) denomina esta operação de *ruptura de campo*.

Minerbo (2003) se propõe a fazer o exercício de identificar os passos metodológicos do processo de *ruptura de campo* utilizando uma vinheta clínica de Freud (1894/1969) extraída de *As neuropsicoses de defesa*. A teoria psicanalítica estava nascendo e Freud dispunha apenas de dois conceitos, quais sejam, o *conflito psíquico* e a *defesa* contra ideias sexuais incompatíveis. De acordo com

²² Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Minerbo (2003), porém, ele já havia criado o método, uma vez que já interpretava. Esta psicanalista alerta algo que podemos questionar, que a operação metodológica que orienta o fazer analítico vem antes da teoria, e até certo ponto, é independente dela. Note-se que aqui o ato de interpretar é acompanhado das noções de *conflito* e *defesa*, mas ainda não existe uma formulação mais explícita do *inconsciente*, como o conhecemos no “esquema pente” – referente às instâncias consciente, pré-consciente e inconsciente – presente no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* de 1900.

A vinheta de Freud selecionada por Minerbo (2003) conta a história de:

“uma jovem esposa, que tivera apenas um filho em cinco anos de casamento, queixou-se a mim de que sentia um impulso obsessivo de atirar-se pela janela, (...) e do temor de apunhalar seu filho que a acometia quando via uma faca afiada. Admitiu que raramente ocorria intercurso conjugal sempre sujeito a precauções contra a concepção (...). Nesse ponto aventurei-me a dizer-lhe que à vista de um homem ela tinha ideias eróticas, e que, portanto, perdera toda a confiança em si própria e se considerava uma pessoa depravada, capaz de qualquer coisa. A tradução da ideia obsessiva em termos sexuais foi um êxito. Em lágrimas, ela imediatamente confessou a pobreza de seu casamento [...] e também ideias angustiantes de caráter sexual tal como a sensação, frequentíssima, de que alguma coisa a forçava por sob sua saia.” (Freud, 1894/1969, p. 69-70).

Entre os dados da anamnese há um que chama a atenção de Freud: um filho único em cinco anos de casamento não é usual ao fim do século XIX. Podemos nos deter aqui para identificar o primeiro movimento essencial do método psicanalítico: uma escuta peculiar. Embora a paciente traga um assunto como sendo o principal (os sintomas), o analista presta atenção aos elementos secundários e marginais à conversa. É o inverso do que faríamos em uma conversa regida pelo senso comum. O ato de tomar em consideração estes elementos secundários, porém carregados emocionalmente, já é interpretar. E a interpretação é viabilizada pela associação livre, outro conceito fundamental de Freud, que remete à regra fundamental de seu método e deriva da busca de alcançar o objeto da Psicanálise, qual seja, o inconsciente.

O método psicanalítico proposto pelo próprio Freud consiste no seu pedido para que o paciente falasse sem restrições ou censuras tudo o que lhe viesse à mente, que fizesse ou não sentido e mesmo que fosse constrangedor. A regra fundamental do método freudiano é a associação livre. Não é uma escuta ingênua,

mas informada por uma teoria: Freud já sabe que a vida sexual é potencialmente conflituosa, e que o par conflito/defesa é o fator patogênico nas neuroses.

Minerbo (2003) trabalha, então, as possíveis variantes do método psicanalítico. Estas se concentram em duas áreas: 1) Podem variar as teorias que informam o analista, e que fazem com que certos elementos, e não outros, se destaquem à sua escuta; e 2) A técnica pode constituir um toque sutil, uma colocação mais crua, ou mesmo um silêncio. As variações técnicas dependem, por um lado, da personalidade do analista. E, por outro, do estilo do paciente. Para cada paciente, em cada momento, a eficácia da interpretação dependerá do estilo adotado pelo analista em sua formulação. É o que conhecemos por teoria da técnica.

O fato de tomar em consideração os elementos marginais do discurso dá início ao processo interpretativo. O processo terminará quando analista e paciente formularem numa *sentença interpretativa*, o produto da *ruptura de campo* (termo cunhado por F. Herrmann). Portanto, *campo* é exatamente este conjunto de pressupostos inconscientes que sustenta e determina aquilo que acontece. A menos que o médico desconfie desses sentidos predeterminados. E por que desconfiaria? Porque esta postura é parte do método. É algo que todo psicanalista faz, é uma invariante (Minerbo, 2003).

Assim, quando Freud escuta a paciente dizer “estou louca”, o método o obriga a supor que a palavra “louca” pode ser entendida em outros campos. A interpretação fará surgir um novo sentido, que nenhum dos dois podia supor. Freud deu o nome de *deslocamento* à regra emocional que promove a passagem de um campo a outro, de um sentido a outro. Nesse ponto Minerbo (2003) chama atenção para o seguinte aspecto: embora Freud suspeitasse de um sentido sexual (devido à teoria do conflito e defesa), ele não sabe de antemão de qual sentido se trata. Freud deve, inclusive, correr o risco de que o novo sentido não seja, em absoluto, aquilo que sua teoria supunha. Ele deve correr o risco de que surja algo novo. Caso contrário ele estaria sempre comprovando o que já sabe e a Psicanálise seria hoje a mesma de 1894.

Após a interpretação, a paciente perde o chão da conversa. É um momento de angústia. Fabio Herrmann (2001) distingue aqui a angústia relativa ao tema em questão (qual o sentido para esta mulher de ter um único filho em cinco anos de

casamento) da angústia intrínseca ao processo analítico. O que é angustiante, sempre, é este sentimento, nem sempre perceptível de ter perdido o chão da conversa. No momento seguinte ao da interpretação a paciente precisa continuar conversando para reencontrar algum chão, isto é, uma nova representação de si. De onde surgem os novos assuntos? Neste momento o analista sente que era exatamente aquilo que “tinha que surgir” – em termos freudianos é o pré-consciente que é mobilizado no processo de associação livre.

Note-se que, ao interpretar, Freud não impingiu sua teoria à paciente, atitude que iria na contramão do método analítico. Ao contrário, ele a colhe em todo seu frescor de redescoberta. É a paciente que neste caso confirma a teoria. Mas um deles, o analista, está prestando atenção aos elementos secundários e marginais à conversa. Freud ainda não poderia falar disto, mas é evidente que sua atenção está voltada para elementos que constituem o *campo transferencial*. A tradução da ideia obsessiva em termos sexuais foi um êxito. O que foi um êxito? Do ponto de vista metodológico, o êxito desta tradução, desta interpretação foi dar voz a um eu da paciente. O efeito terapêutico tem a ver, do ponto de vista metodológico, com esta ampliação do núcleo identitário. Nesse caso, estamos privilegiando o método no que concerne ao fazer clínico. É importante distingui-lo do método psicanalítico como um todo que inclui o fazer clínico, mas aprofunda na análise conceitual. Portanto, o método clínico está contido no método mais abrangente de produção de conhecimento científico.

Para terminar, Minerbo (2003) indaga: como Freud descobre o que descobre? Qual o método embutido em seu fazer clínico? O método é a interpretação. Uma maneira de saber como opera na prática a interpretação, é a ruptura do campo, o deslocamento. O eu que acaba de nascer após a ruptura do campo, fenômeno conhecido como integração. Considerando que Minerbo se apoia em Herrmann (2001) sobre o qual falaremos a seguir, faz-se necessário o entendimento sobre a ruptura de campo. Para Herrmann (2001), o método de produção de conhecimento por ruptura de campo é mais amplo que o método clínico da Psicanálise, o que está de acordo com a nossa denominação de método psicanalítico na presente tese. O método psicanalítico (clínico) é um setor do método de produção de saber por ruptura de campo.

Antes dessa mesa-redonda, no congresso de Nice de 2001, Fabio Herrmann – psicanalista que dedicou a sua vida ao estudo do que venha a ser método psicanalítico – apresentou um painel intitulado *O que é método psicanalítico?* e já de antemão afirma tratar-se de um tema perigoso: sabemos o que significa até que nos perguntem, ele afirma. Em seu painel, Herrmann (2001) cita Santo Agostinho, que, por sua vez escreveu: “O que é o tempo? Se não me perguntam, sei; se me perguntam, não sei” (citado por Herrmann, 2001). Nos anos 1960, prossegue Herrmann (2001), era o período das grandes escolas de psicanálise. Embora todas evocando Freud, suas teorias e técnicas de condução de análise diferiam grandemente. Não obstante parecia claro que o efeito produzido nos pacientes era bem parecido. O que haveria por trás de teorias, técnicas e processos analíticos tão diferentes, para que produzissem um efeito comum? Como tentativa de resposta, Herrmann (2001) criativamente, experimentou chamar de método a *causa da eficácia comum*. Nas Ciências é geralmente assim: no fundo das diferenças entre teorias e técnicas de investigação, há o método próprio a cada uma, que proporciona certa feição comum a tudo o que produz. Por que não na Psicanálise? Naturalmente, Herrmann (2001) afirma ter deixado em aberto o sentido desse conceito (método), não o confundindo com os métodos terapêuticos, por exemplo. Daí para frente, impôs a si a tarefa de o determinar.

Como já trabalhamos no capítulo 1 desta segunda parte, a palavra método, como circunscreve Herrmann (2001) tem uma longa história. Etimologicamente, combina os sentidos de caminho (*odós*) e de objetivo para além de (*metá*). Segundo o filósofo Lefebvre (1900-1991), método significa caminho para lá de certo obstáculo. Há vários exemplos que conotam caminho, movimento, modo, ultrapassagem de obstáculo e fim. Em uma Ciência, seja a Ética, sejam os Escritos Políticos, seja a Física ou a Psicanálise, o método diz não só como algo se consegue, mas qual sentido tem isto – e se tem ou não sentido (Herrmann, 2001).

Herrmann (2001) afirma que haver ou não haver inconsciente seria o mesmo, caso não existisse o método psicanalítico. Portanto, onde encontrá-lo? (O método). No procedimento terapêutico de Freud (*die Psychoanalytische Methode*), na forma das teorias freudianas, no modo de suas análises, tanto as clínicas, quanto as da cultura, sobretudo talvez em seu processo de escrita. O mecanismo metodológico freudiano não apenas mostra o inconsciente, mas também delimita

seu sentido legítimo. Porém, não são apenas as opiniões de Freud que nos informam sobre o sentido do inconsciente, estas oscilam, mas a forma freudiana, o modo de sua descoberta, seu método heurístico, sua interpretação também nos orientam sobre o sentido do inconsciente.

Herrmann (2001) comenta que quando Freud inventou a Psicanálise, a pergunta sobre a natureza de seu método nem sequer se punha. Aqui podemos discordar de Herrmann, já que havia a questão da querela dos métodos discutida por Assun (1981) e apresentada na primeira parte da tese. Mas retomando à argumentação de Herrmann (2001), o único texto de Freud que leva por título o termo método (*Die Freud'sche Psychoanalytische Methode*, [1903], 1904/1972) trata da condução do processo terapêutico, do método curativo. Método, na acepção epistemológica, não era um problema, porque qualquer das análises freudianas – e, na opinião de Herrmann (2001), sobretudo sua escrita – o encarnavam perfeitamente.

Quando, porém, passado o período clássico, entramos na diversidade das Escolas Psicanalíticas, a unidade metodológica de nossa Ciência estava tão completamente recoberta por uma capa de opiniões divergentes que se tornou indispensável arguir seu terreno comum. Agora que necessitamos esclarecer o método da Psicanálise, este já não se encarna em prática alguma de forma evidente. Quando a pergunta deve ser formulada, sua resposta fica quase impossível. Talvez fosse este também o problema de Santo Agostinho, às voltas com a questão da eternidade (Herrmann, 2001). Mas, se nenhuma teoria ou prática contemporâneas tornam visível o método psicanalítico – e a indagação é urgente – teremos de procurá-lo no fundo do ato clínico dos analistas, não na superfície técnica, e na forma geral de nosso processo de aquisição de conhecimento, não em qualquer das teorias mais populares, mesmo as freudianas. Isto pois o fio condutor que perpassa toda a *démarche* da disciplina Psicanálise é algo implícito a todo o movimento psicanalítico, por assim dizer. Trata-se de um fio invisível inalcançável por meras investigações do que se manifesta como Psicanálise.

A noção de método, em uma Ciência qualquer, designa a forma do processo de aquisição de conhecimento, a forma de produção, bem como a forma do saber produzido – ou seja, a forma de sua empiria, do universo particular que

propõe. Nossa empiria é a clínica, antes de tudo, e nosso modo de produção, a interpretação psicanalítica (Herrmann, 2001).

Por intermédio de Herrmann (2001), já temos pois a resposta. Falta, porém, determinar essa operação proteica, no dizer do autor: a interpretação. E não adianta perguntar aos praticantes: receberíamos dúzias de definições diversas, sendo que algumas negariam até o uso da interpretação como termo genérico, para o qual preferem construção, corte, etc. Por sorte, outro recurso é possível. Podemos conceber a interpretação como o processo que produz a abertura do psiquismo a novos sentidos, antes impedidos. Rompendo um campo, o analista deixa que surja outro sentido emocional. Em seguida, toma-o em consideração. Como sabemos que um campo se rompeu? A sugestão existe, vimos, e pode induzir o paciente colaborador à mudança de assunto, para um tema “mais psicanalítico”. Enquanto o paciente procura exprimir o indizível, não cabe ao analista interrompê-lo com explicações. Basta ir tomando em consideração o que se mostra. E assim segue o processo. Por *rupturas de campo*. Como se vê, interpretação não é a frase que oferece um sentido, mas os pequenos toques emocionais que perturbam o campo inconsciente, cuja ruptura permite emergirem suas regras. Herrmann (2001) então levanta a seguinte indagação: Como se chega à ruptura de campo? Por toques delicados, em geral. Se o método é rigoroso, a técnica decorrente é flexível, artística. Uma arte da interpretação.

Herrmann (2001) pontua, em primeiro lugar que o fato mesmo de nosso paciente participar de um processo cuja regra fundamental (associação livre) é a ruptura de campo leva-o a ficar menos rigidamente preso nos assuntos que quer tratar, pois desconfia constantemente de que acabará por descobrir que estava falando de outra coisa – ou sendo escutado em outro registro. Uma certa insegurança de base, à qual a maioria das pessoas adere mais ou menos por vontade própria, comunicando ideias soltas, lembranças inopinadas. Outras, é claro, se fecham completamente, emudecem desconfiadas, sentindo que tudo que disserem será usado contra elas. Dito de outro modo, o campo psicanalítico gera um vórtice basal, pouco intenso, mas de longa duração. Ou ainda, propicia um estado próximo à livre associação. Com o que chegamos de volta a Freud e à sua regra fundamental. É pouco crível que alguém associe apenas porque lhe foi pedido; o vórtice lento talvez seja o fundamento metodológico da regra

fundamental freudiana. Em segundo lugar, o campo psicanalítico – esta regra estranha de diálogo em que cada campo (ou assunto particular) vale por sua ruptura potencial – provoca intensas vivências afetivas. A todo momento o analista está induzindo o aparecimento das regras da lógica emocional que subjazem ao discurso e as tomando em consideração, com toda a seriedade. Não por acaso, as emoções emergentes dirigem-se a ele, carregadas de fantasias. A história inteira do analisando é conclamada e comparece através desses canais afetivos. Pai, mãe, vivências antigas escondem-se nas regras dos campos. A ruptura de campo as deixa surgir e, naturalmente, o analista é alvo de grande parte delas. Por isso, ao campo psicanalítico costumamos chamar também de campo transferencial.

Livre associação e transferência, ou melhor, vórtice lento e campo transferencial, formam a tela onde se desenha o desejo do paciente. Leves golpes de pincel evocam figuras complexas que, espera-se, sejam pintadas pelo analisando, não pelo analista. Para que da análise haja liberdade artística, porém, é preciso o rigor do método.

A investigação de Herrmann (2001) sobre o método psicanalítico conduziu-o a várias hipóteses sobre teoria e técnica que fazem parte da sua proposta da Teoria dos Campos, quase desconhecida fora do Brasil. Herrmann (2001) faz um alerta de que o método de produção de conhecimento por ruptura de campo é um tanto mais amplo que o método clínico da Psicanálise. Sobre igualmente parte do saber literário, regiões das Ciências Humanas e da Filosofia, além de, naturalmente, as psicanálises da cultura e da sociedade. Assim, pode-se optar por duas soluções: ou se diz que o método psicanalítico, em sentido amplo, aplica-se a todas essas áreas, ou se restringe seu sentido à clínica, afirmando que o método psicanalítico (clínico) é um setor especial do método de produção de saber por ruptura de campo. Sendo, no entanto, nossa clínica o lugar da descoberta da ruptura de campo e seu paradigma por excelência, Herrmann (2001) dá preferência à primeira opção, propondo a constituição da Psicanálise como Ciência geral da psique. Isso lhe parece acorde ao horizonte da vocação que Freud nos legou.

Vamos agora adentrar nesse legado por meio do texto de Freud, qual seja, *O método psicanalítico de Freud*, que no alemão, aparece como *Die Freud'sche*

Psychoanalytische Methode, vol VII (1904 [1903]/1972, p. 257). É digno de nota que no volume XXIV (índice remissivo), não se encontra o termo *método*. Sendo que na parte *Sumário da edição standard brasileira, vol 1 a 23*, p. 19, encontra-se o título em português – *O método psicanalítico de Freud* – referindo a página 257 do volume VII das obras completas. Algo que pode confundir, quando se investiga o termo método em Freud reside no fato de que na tradução inglesa das obras completas, este artigo intitula-se *Freud's Psycho-analytic "procedure"*. Sendo que a primeira tradução inglesa feita por J. Bernays consta com o título *Freud's Psycho-Analytic Method*. Daí as novas traduções das obras completas por Haans e depois por Paulo César de Souza como forma, talvez, de minimizar essas confusões e/ou distorções nas traduções. Dirigimo-nos, portanto agora à obra supracitada, traduzida do inglês, após 1924. Como nos informa o editor inglês Strachey, a presente tradução constitui uma versão consideravelmente alterada da publicada em 1924.

Agora sim, mãos à obra! Freud (1904/1972) esclarece neste artigo, tratando a si próprio como terceira pessoa, que o método psicoterapêutico de Freud, descrito como Psicanálise, é fruto do método catártico. O método catártico pressupunha que o paciente poderia ser hipnotizado e se baseava no alargamento da consciência que ocorre sob hipnose. Seu objetivo era a remoção dos sintomas patológicos. O método catártico já renunciara a sugestão; Freud abandonou também a hipnose, substituindo-a pelas associações dos seus pacientes. Freud insistia para que os pacientes lhe dissessem tudo que lhes vinha à cabeça quando discutiam seu caso. Freud notou que apareciam lacunas (amnésias) na memória do paciente, o que constitui o fator determinante de toda a sua teoria. Se insistirmos com o paciente para que preencha as lacunas, ele experimenta um desconforto quando a recordação realmente volta. Disto Freud conclui que as amnésias são o resultado de um processo que chama de recalçamento, cujos motivos ele encontra nos sentimentos de desprazer. As forças psíquicas que produziram este recalçamento podem ser detectadas na resistência que se opera contra a recuperação das lembranças perdidas. O fator de resistência tornou-se uma pedra angular da sua teoria. Quanto maior a resistência, maior a distorção dos fenômenos psíquicos recalçados. Freud desenvolveu a arte da interpretação que tem por tarefa extrair pensamentos recalçados de ideias não intencionais. O

trabalho de interpretação se aplica não apenas às ideias do paciente como também aos seus sonhos. O método terapêutico é o mesmo para os vários quadros clínicos que podem se apresentar na histeria e em todas as formas de neurose obsessiva. As qualificações requeridas por alguém que queira se beneficiar da Psicanálise incluem: períodos de estado psíquico normal, inteligência e caráter ético.

Nas suas palavras:

“O método psicoterapêutico específico que Freud emprega e descreve como psicanálise é fruto do que se conhecia como o método catártico e foi por ele estudado em colaboração com Josef Breuer em seus *Estudos Sobre a Histeria* (1895).” (Freud, 1904/1972, p. 257)

Freud segue adiante, afirmando que:

“O método catártico já renunciara à sugestão; Freud deu mais um passo à frente e abandonou também a hipnose” (p. 258). E ainda comenta que “Freud encontrou esse substituto – um substituto bem satisfatório – nas associações de seus pacientes. (...) O fator da resistência tornou-se uma das pedras angulares da sua teoria” (p.259). “Freud desenvolveu, sobre tal base, uma arte de interpretação cuja tarefa é, por assim dizer, extrair o metal puro dos pensamentos reprimidos do minério das ideias não intencionais” (Freud, 1904/1972, p. 260)

Freud esclarece que:

“o método terapêutico permanece o mesmo, aforam modificações insignificantes, para todos os casos clínicos (...). Sobre os pacientes, Freud afirma: “Exigem-se várias qualificações de qualquer pessoa que queira beneficiar-se da psicanálise. Para começar deve ser capaz de um estado psiquicamente normal (...). Apesar de todas essas limitações, o número de pessoas que se prestam ao tratamento psicanalítico é extraordinariamente grande e, de acordo com Freud, é bastante considerável a extensão que esse *método*²³ forneceu aos nossos poderes terapêuticos” (Freud, 1904/1972, p. 261/262).

Para concluir, é digno de nota a imprecisão de Freud (1904/1972) quanto ao uso dos termos método e técnica, inclusive ao se referir à associação livre. Essa imprecisão dificulta a nossa tentativa de distinguir método terapêutico do método de produção de conhecimento científico. Conforme observamos nas citações de Freud ao longo do presente capítulo, é possível perceber nitidamente a confusão terminológica que se estabelece quando Freud (1904/1972) mantém uma indiferenciação quanto ao emprego desses termos. Freud (1904/1972) utiliza-os de

²³ Grifo nosso.

forma ambivalente, ora denominando a associação livre de técnica ora de método. Nem mesmo no artigo intitulado *O método psicanalítico de Freud* (1904/1972) houve a preocupação por parte dele em desenvolver uma discussão sobre o que designava como método, apesar de utilizar o termo no título. Nesse artigo, Freud (1904/1972) deixa claro para o leitor que se trata aqui do método, propriamente, psicanalítico, criação sua e que designou de Psicanálise. No entanto, a confusão que se apresenta quanto ao emprego dos termos método, técnica, processo e do próprio termo Psicanálise que aparece ora como método ora como disciplina, se estabelece por todo o texto.

Freud sabia que a definição do método era uma exigência da Ciência, único caminho possível de ultrapassar a observação de senso comum para a observação científica, capaz de garantir a consolidação de um conhecimento, reconhecidamente científico, o que, sem dúvida, reivindicou para a Psicanálise. A Ciência positivista da época exigia a definição de um método que permitisse a sistematização dos dados, que pudessem comprovar os resultados obtidos, segundo um plano de pesquisa de procedimentos técnicos. Contudo, a definição conceitual do termo método, seus procedimentos e a relação com a técnica, com o propósito de alcançar o conhecimento, sempre foi uma preocupação da filosofia. Entretanto, no caso específico da Psicanálise, responder a essas indagações constitui-se no maior desafio imposto a Freud, localizando-se aí uma problemática que deixa seus rastros e repercussões para o presente estudo.

Com todas essas (in)definições apresentadas no presente capítulo sobre o que venha a ser método psicanalítico, impõe-se a necessidade de historicizar a resposta ao movimento sociopolítico, observado na comunidade científica normativa, de exigência de comprovação científica, empírica, conceitual, clínica etc., por parte da Psicanálise. Esse movimento pendular de questionamento e recusa sofreu respostas enérgicas por parte dos integrantes da comunidade psicanalítica, filiada à IPA. Vejamos a seguir como se deu esse processo, que semeia sementes e gera frutos até hoje, como é o caso da proposta de pesquisa realizada por nós na presente tese. Servimos como exemplo de resposta a essas exigências, inclusive expressada deliberadamente e explicitamente pelo ex-psicanalista e prêmio Nobel da Ciência, Eric Kandel.

3.3

O Movimento da IPA frente à demanda mundial de pesquisa

De acordo com Figueiredo (2013), atualmente, a International Psychoanalytical Association (IPA) mantém três comitês dedicados às questões de pesquisa: a chamada pesquisa empírica, a conceitual e a clínica. Não apenas há diversos exemplos das duas primeiras, como um rico campo de debates acerca das relações entre elas e a Psicanálise como um todo. André Green, Robert Wallerstein e Daniel Stern protagonizaram alguns momentos de grande tensão na discussão da chamada pesquisa empírica (Sandler et. al, 2000), bem como Anna Ursula Dreher (2000) vem se dedicando à defesa e explicitação dos benefícios da pesquisa conceitual.

Em setembro de 1997, houve, na University College de Londres, uma conferência presidida por Joseph Sandler, ocasião na qual Daniel Stern e A. Green apresentaram os seus pontos de vista divergentes sobre pesquisa em Psicanálise. Posteriormente Joseph Sandler publicou uma monografia para apresentar essa controvérsia (Sandler, Sandler, Davies, 2000), e escolheu incluir igualmente no volume uma outra controvérsia que Green teve com Robert Wallerstein (Green, Wallerstein, 1996).

No Brasil, o discurso de Cláudio Laks Eizirik (2005), (presidente após Widlöcher) ao tomar posse da presidência da IPA no 44^o Congresso da IPA no Rio de Janeiro (julho de 2005) destaca o pluralismo psicanalítico lembrando os vários vértices teóricos e metapsicológicos e a importância de um possível solo comum, o material clínico e a evolução do processo psicanalítico. Destaca também a necessidade de compartilhar reais controvérsias e sugere que a Psicanálise é uma obra em construção permanente que passa por uma transição e revisa seus conceitos. Eizirik (2005) salienta que vivemos um particular momento de nossa disciplina e de nossa Associação, pois estavam reunidos pela primeira vez no Brasil e pela terceira vez na América latina. Eizirik (2005) comenta o fato de que é difundida a ideia de que a psicanálise está em crise e ao mesmo tempo, acompanha-se o fato de haver um crescente interesse pelas teorias dos psicanalistas, um vívido florescer de novos desenvolvimentos e sua crescente aplicação nos campos da saúde mental e das Ciências Humanas.

Eizirik (2005) informa sobre estatísticas de que há menos pacientes em análise e menos candidatos nos institutos e, ao mesmo tempo, tanto em publicações psicanalíticas quanto em congressos psicanalíticos encontram-se relatos de material clínico analisado e discutido com um rigor técnico e apuro metodológico. Há um descompasso entre as notícias que se referem a uma suposta crise da Psicanálise e a vigorosa realidade que nos é dada perceber e construir conjuntamente, cada um em sua prática analítica.

Alguns exemplos recentes do nível de debate interno que se trava no movimento psicanalítico estão na discussão entre dois dos nossos maiores pensadores do momento: Robert Wallerstein e André Green. Para apreciar o significado deste intercâmbio de ideias, publicado recentemente (2005) no *International Journal of Psychoanalysis* (IJPA), deve-se destacar que cada um destes autores representa uma escola, uma forma de pensar a Psicanálise e uma região com suas peculiaridades culturais e históricas. Em suma, o que propõe Wallerstein (2005) é que existe um solo comum da Psicanálise que se encontra em nível de sua teoria clínica e que o pluralismo psicanalítico, ou seja, a existência de várias teorizações ou metapsicologias, pode não ser uma tendência duradoura e que seja possível evoluir para maiores convergências e ampliar desta maneira o solo comum. Na sua visão, a Psicanálise é uma Ciência e deve poder posicionar-se entre as diferentes disciplinas científicas com metodologias reconhecíveis, que permitam a pesquisa empírica.

Green (2005) critica esta postura de reconhecer um solo comum como uma ilusão e um mito, destaca que pessoas de uma determinada orientação de fato não são capazes de ouvir outra orientação e apenas repetem seus argumentos e propõe que a Psicanálise não é uma Ciência, nem um ramo da hermenêutica e sim uma prática baseada no pensamento clínico (*pensée clinique*) que leva a hipóteses teóricas. Para ele, um possível solo comum deve ter uma base sólida. Propõe então como único procedimento válido mostrar como um material clínico, consistindo em e baseado na exposição de uma sequência de sessões e em um processo analítico revelado em suficiente extensão, pode demonstrar a afinidade entre duas diferentes teorias, as quais, destaca ele, baseiam-se em distintas técnicas e interpretações.

Entre a existência de um solo comum e a ideia de que isto não passa de uma ilusão e de um mito, Eizirik (2005) propõe a noção de uma zona intermediária e sugere que a Psicanálise, neste momento, é uma obra em construção permanente, que passa por uma transição em que revisa e discute criticamente vários de seus pressupostos teóricos, reexamina seus diferentes modelos de formação e busca maior transparência e rigor na formulação, apresentação e discussão de material clínico, visando estimular e promover mais clara e objetiva avaliação de nossa competência clínica como analistas e abre-se para diálogos com os distintos saberes e setores. Eizirik (2005) dá exemplos que parecem ilustrar essa zona intermediária – que Eizirik (2005) chama de uma obra em construção – com a qual também nos identificamos na presente tese.

Controvérsias não faltam quando o tema é pesquisa em psicanálise. E este tema está diretamente ligado à nossa questão, já que quando é cobrada aos integrantes da comunidade psicanalítica, a comprovação da legitimidade de seu método, a resposta aparece com os debates e promoções de pesquisas para responder a essa demanda. Recentemente temos observado estimulantes desenvolvimentos na pesquisa conceitual, considerada por muitos, juntamente com a pesquisa clínica, como o terreno específico da Psicanálise. Derivam daí querelas sobre a especificidade do método já que muitos autores e pesquisadores sugerem uma metodologia externa ao campo psicanalítico para legitimar o seu campo, em que podemos observar hierarquização de modelos epistemológicos em jogo. A dificuldade que surge com tal posição é justamente a tendência inevitável a uma polarização que nos preocupa por seu potencial reducionista, resolvendo a dificuldade argumentativa através de uma decisão que pode ser apenas política ou circunstancial, ou ainda um argumento de autoridade (Eizirik, 2005).

Um exemplo de pesquisa empírica que parece ser altamente relevante para nosso momento foi trilhado por Leuzinger-Bohleber (2003), a partir da pergunta: Como podemos estudar a qualidade dos tratamentos analíticos? A partir desta pergunta, Leuzinger-Bohleber e seus colegas realizaram um estudo de *follow-up* naturalístico, de múltiplas perspectivas de quatrocentos e um casos de análises e psicoterapias analíticas realizadas por membros da Associação Psicanalítica Alemã, concluídas entre 1990 e 1993. Entre setenta e oitenta por cento dos pacientes obtiveram boas e estáveis mudanças psíquicas conforme a avaliação dos

próprios pacientes, de seus analistas, de *experts* independentes, tanto analistas como não analistas, assim como por meio de questionários usualmente aplicados na pesquisa em psicoterapia. A avaliação da saúde mental mostrou redução de custos através de menor número de dias de licença por doença nos sete anos posteriores ao término do tratamento. Os resultados obtidos por instrumentos não analíticos foram complementados pela riqueza dos dados obtidos por meio do exame qualitativo realizado com estudos de casos.

Este e tantos outros estudos sobre a efetividade da Psicanálise como um método de tratamento são relevantes em nosso indispensável diálogo com os sistemas de saúde, com a Psiquiatria, com a Psicologia e com a universidade, de onde, ao contrário do que ocorria em décadas passadas, nos afastamos mais do que seria desejável e em relação à qual necessitamos desenvolver um vigoroso esforço de reaproximação, através de um centro de estudos de pós-graduação em Psicanálise, dos estímulos a que nossos jovens colegas retomem seu interesse pela carreira acadêmica e de uma política geral de interface com as Ciências Humanas e as Ciências da saúde. Entre os que insistem que nossos interlocutores por excelência são as Ciências Humanas e os que advogam expandir o diálogo com as Ciências da Natureza, situamos-nos na posição, em consonância com Eizirik (2005) de que não podemos abrir mão de nenhum dos dois.

A neuropsicanálise – afora questões políticas adversas já mencionadas na presente tese concernente ao risco de hierarquização de modelos epistemológicos – é um desenvolvimento recente que tem permitido diálogo construtivo e construção de áreas comuns de pesquisa e estudo de conceitos básicos da Psicanálise; e ainda, a interlocução com a filosofia, a crítica literária, a história e a antropologia têm produzido novos desenvolvimentos estimulantes.

Retomando a proposição de Green (2005) sobre a necessidade de um rigoroso exame do trabalho clínico, Eizirik (2005) sugere que preocupações semelhantes têm sido destacadas por autores como Betty Joseph, com sua proposta de que devemos procurar onde está o contato emocional vivo e imediato entre paciente e analista como um pré-requisito para a verdadeira compreensão. Vários de nossos autores atuais têm voltado sua atenção para o trabalho clínico e contribuído, a partir de diferentes perspectivas, para uma renovada valorização da clínica psicanalítica e para a necessidade de mais rigor e atenção ao fato clínico,

sua formulação e métodos de avaliar nossos procedimentos interpretativos e sua real significação para o processo analítico. Entre os mais envolvidos nesta tarefa, podemos encontrar Kernberg, Ferro, Faimberg, Bolognini, Renik, Jacobs, Gabbard, Tuckett, Rocha Barros, Etchegoyen, Romanowsky, Vollmer, Schwaber (Eizirik, 2005).

De fato, neste momento e com tantos desenvolvimentos, Eizirik (2005) defende que o maior desafio da “disciplina psicanalítica” consiste em recolocar a sala de análise no papel central que lhe corresponde como o local em que se decidirá o futuro da mesma. Acompanhando todos os demais desenvolvimentos, devemos poder reconhecer que o centro unificador de nossa disciplina e mesmo de nossa razão de ser é o empreendimento terapêutico e ético que somos capazes de realizar com cada um de nossos pacientes. A partir dessa premissa, estabelecemos como nossa prioridade desenvolver um contínuo, ambicioso e abrangente programa científico entre diferentes regiões do mundo centrado no trabalho clínico e no estímulo ao desenvolvimento de possibilidades de formulação, teorização e constante afinamento de nosso instrumento básico, definido desde Freud como o nosso psiquismo.

Todos esses desafios, distintas áreas, necessidade de controvérsias, multiplicidade de perspectivas, algumas aparentemente inconciliáveis, parecem a Eizirik (2005) bastante ilustrativos da noção que proponho neste momento para caracterizar nosso movimento. Este então presidente retoma aqui não só esta palavra tão apropriada para descrever o que somos, um movimento psicanalítico, que Freud usou no título de seu trabalho de 1914, como gostaria de destacar sua epígrafe de então, o brasão da cidade de Paris, *Fluctuat nec mergitur* (as ondas o abalam, mas não o afundam), uma bela metáfora que então como agora descreve a vitalidade deste empreendimento.

Eizirik (2005) levanta os seguintes questionamentos relevantes: como, afinal, progride uma obra, seja ela de engenharia, literária, científica, uma ideia, um sistema de pensamento ou um embrião humano? De forma ordenada, harmônica, organizada, seguindo rigorosamente um plano preestabelecido? Ou evolui sujeita às condições cambiantes do tempo, daqueles nela envolvidos, do ambiente e das condições internas? Por que esperar da psicanálise e da IPA uma

coerência interna e externa e um funcionamento que não cobramos de nenhuma outra disciplina ou instituição em progresso.

Eizirik (2005) responde a estas questões metaforicamente, argumentando que assim como um embrião se desenvolve por transformações em que assume por vezes formas grotescas e desproporcionais, para finalmente dar origem a seres que se encontram entre as mais belas criações da Natureza, a Psicanálise cresce e se desenvolve de maneira desproporcional em cada um de seus distintos segmentos. Por vezes vivemos situações grotescas, trágicas, deprimentes, por vezes descremos de nossa capacidade mental de funcionar como analistas ou como um grupo em que predomine a racionalidade e a causa comum.

Claudio Eizirik (2005) conclui o seu discurso de posse salientando que muitas vezes somos capazes de trabalhar em conjunto, de forma organizada e cooperativa, como observado no Congresso do Rio no qual tomou posse como presidente da IPA, assim como, muitas vezes, ocorre em nossa Associação e em nossas federações regionais e sociedades componentes, por meio de discussões, encontros e publicações em que encontramos exemplos de reais controvérsias em Psicanálise.

Widlöcher (2007), por sua vez, faz um histórico interessante, afirmando que desde a sua criação, foram dadas à IPA duas missões fundamentais que podem parecer contraditórias: ensinar a proteger a descoberta freudiana e a nova Ciência fundada, por um lado; e por outro, o lugar de trocas de progressos adquiridos por intermédio dos pesquisadores nesse novo domínio da Ciência. A ambiguidade relativa a manter uma visão de método freudiano e em desenvolver novas visões é ainda delicada no debate atual.

Até a morte de Freud, essa contradição já era delicada. O próprio Freud encarnava essa dupla visão, sobre a qual nos testemunha a sua obra escrita. Após a era das rupturas e das exclusões tornou-se alguém com uma tolerância tácita entre as escolas (Budapeste, Viena, Berlim, Londres). Uma avaliação muito explícita e muito crítica dos progressos atingidos, menos em função de controvérsias internas do que da necessidade, favoreceu com que ficassem mais conhecidas as aplicações do método e seus avanços adquiridos. Travou-se a história do movimento psicanalítico, em grande parte nos Estados Unidos (Widlöcher, 2007).

É importante considerar que a Psiquiatria do pós-guerra, menos dependente dos métodos de observação clínica tradicionais, deveriam se adaptar às exigências de novas pesquisas, fazendo eco com as evoluções das novas terapêuticas (medicamentos, inovações institucionais) e aos avanços da epidemiologia. As pesquisas empíricas se multiplicaram, em particular nos Estados Unidos (Widlöcher, 2007).

Mas essas pesquisas foram sobretudo aquelas das equipes que trabalham em instituições assistenciais ou por universidades. As instituições psicanalíticas permaneceram pouco ou nada implicadas com essas iniciativas. E, desde que Widlöcher (2007) se recorde, a participação dessas instituições aos projetos de pesquisa não era uma preocupação da IPA antes da metade dos anos 1980. A atividade científica da comunidade psicanalítica se fazia pelos congressos e pelas publicações, a partir de observações clínicas e de proposições teóricas (Widlöcher, 2007).

Foi em torno de 1985 que a política da IPA mudou de rumo. Nesta data, R. Wallerstein era presidente da IPA e O. Kernberg era presidente do comitê do projeto do Congresso de 1987. A questão das pesquisas ditas empíricas e o papel da IPA foram colocadas na ordem do dia. Duas razões principais desempenharam um papel nessa mudança de orientação. Uma primeira razão, de ordem pragmática, fora de evitar um isolamento muito grande da instituição a um espírito de pesquisa e de confrontação interdisciplinar que se desenvolveu ao redor de nós. A segunda, mais questionável no meu entender, fora que os progressos da Psicanálise, e portanto sua sobrevivência, só se faria com esse tipo de pesquisa (Widlöcher, 2007).

Uma política de incentivo à pesquisa foi ativamente empreendida. Uma Comissão da Pesquisa foi criada, da qual Roger Perron fez parte, providenciando recursos financeiros importantes, e um grupo de *experts* foram encarregados de avaliar a qualidade científica e metodológica dos projetos submetidos. Em termos de nome e qualidade dos projetos, esse pedido de projetos foi um sucesso e é atualmente reconduzido anualmente pelos presidentes com o subsídio do conselho de administração. O empreendimento foi complementado com a criação de uma escola de verão, na qual, a cada ano, um grupo de jovens psicanalistas são convidados a participar em Londres, em julho, a um seminário de formação sobre

as metodologias de pesquisa. Para muitos, essa foi uma ajuda e um encorajamento para desenvolver as pesquisas, mas para outros essa iniciativa foi somente a abertura de um domínio, certamente distanciado da clínica, mas funcionava como um complemento interessante à sua cultura. Paralelamente à iniciativa de J. Sandler, presidente na época, um colóquio anual foi organizado em Londres, consagrado às articulações entre clínica e pesquisa (Widlöcher, 2007).

Esses projetos sustentados e seguidos por inúmeros psicanalistas foram criticados por outros. O valor investido lhes parecia excessivo em função de outras prioridades, em particular atividades clínicas ou teóricas. Foi também criticada a orientação muito “cientista” das pesquisas. Entre a clínica propriamente dita e essas pesquisas ditas empíricas, não havia lugar para os projetos de pesquisa, mais próximos da clínica e das confrontações teóricas da prática psicanalítica. Para responder a estas últimas observações, Widlöcher sentiu justificável, na condição de presidente da IPA, que se desdobrasse o comitê em um subcomitê que fosse responsável por gerir pesquisas ditas empíricas e um outro subcomitê que iniciaria um projeto no quadro das pesquisas clínicas, da pesquisa conceitual e da história da psicanálise. Sob a presidência respectiva de P. Fonagy e de M. Leuzinger-Bohleber, esses dois comitês funcionaram em bons termos permitindo um alargamento do campo desses projetos (Widlöcher, 2007).

A pesquisa permaneceu para as próximas administrações uma prioridade como aquela definida há vinte anos? Certamente o objetivo não era que a IPA se transformasse em um órgão de pesquisa, mas que seria iniciada uma perspectiva que poderia ter sido retomada e desenvolvida pelas sociedade componentes e pelos membros da associação (Widlöcher, 2007).

A tomada de consciência da necessidade, em um determinado momento da história do movimento psicanalítico de aprofundar as metodologias de pesquisa aplicáveis à nossa prática permitiu sustentar a nossa presença no mundo científico, econômico e cultural de nossos tempos e de nos abirmos às mutações que conheceram o mundo intelectual e social ao nosso entorno. A tarefa, certamente, não está concluída (Widlöcher, 2007).

É importante frisar, como nos lembra Roudinesco (2010), que a Psicanálise sempre suscitou e suscitará resistências. Trata-se de algo estrutural, inerente ao fato de que é através delas que o recalçamento perpetua a sua

existência, pois as resistências se encarregam de preservá-lo. Assim, como se pode depreender lendo a “Contribuição à história do movimento psicanalítico”, escrito por Freud em 1914, a história da psicanálise é contada, em grande parte, através da história das resistências à psicanálise (Roudinesco, 2010).

O humor do mestre vienense diante do frequente anúncio da morte da Psicanálise é exemplar do modo pelo qual ele considerava a resistência como inevitável: “Pelo menos uma dúzia de vezes durante os últimos anos, li em relatórios de congressos e de órgãos científicos, ou em resenhas críticas de certas publicações, que agora a Psicanálise está morta, derrotada e eliminada de uma vez por todas. A melhor resposta a isso seria nos termos do telegrama de Mark Twain ao periódico que anunciou falsamente sua morte: *Notícia de meu falecimento muito exagerada.*” E Freud acrescentou ainda: “Depois de cada um desses obituários, a psicanálise ganhou novos partidários e colaboradores ou obteve novos órgãos de difusão. E, sem dúvida, o anúncio de morte foi um progresso, comparado com a morte pelo silêncio.” Não à toa, ele colocou como epígrafe de seu ensaio “A história do movimento psicanalítico”, a frase que se lê no brasão da cidade de Paris: *Fluctuat nec mergitur* (As ondas o abalam mas não o afundam).

Freud dedicou-se, ao longo da sua vida, a analisar as resistências à Psicanálise e isolou, em seu cerne, o golpe psicológico proferido à humanidade por essa nova Ciência que, ousando descentrar o sujeito de si mesmo, revelou o caráter ilusório do eu e atingiu brutalmente seu narcisismo. Sendo inerentes ao seu progresso, as resistências à Psicanálise pedem contínua elaboração do psicanalista (Roudinesco, 2010).

Segundo Roudinesco (2010):

“A psicanálise atesta um avanço da civilização sobre a barbárie. Ela restaura a ideia de que o homem é livre por sua fala e de que seu destino não se restringe ao seu ser biológico. Por isso, no futuro, ela deverá conservar integralmente o seu lugar, ao lado das outras Ciências, para lutar contra as pretensões obscurantistas que almejam reduzir o pensamento a um neurônio ou confundir o desejo com uma secreção química” (Roudinesco, 2010, p. 9).

O *livro negro da psicanálise* (Meyer, 2005) é a mais recente delas. Lançado há alguns anos na França, ataca Freud e toda a Psicanálise da forma mais abjeta e inescrupulosa, para levantar a bandeira das Terapias Cognitivo-Comportamentais (TCC), cujo discurso simplório não parece dizer respeito à

mesma complexa realidade do aparelho psíquico do homem estudada pela Psicanálise. Mas não é a única: as “molecagens” do Club de l’Horlage, também relatadas por Roudinesco (2010), não ficam nada atrás, com a agravante de difundirem um antissemitismo camuflado.

Segundo Roudinesco (2010), os ataques que a Psicanálise recebe são fruto da aliança renovada entre o que há de pior no cientificismo e o que há de mais abjeto no discurso antifreudiano. Perdendo o direito a ter um inconsciente, o Homem precisa virar um escravo de seus neurônios e de sua cognição, perder sua posição de sujeito e a possibilidade de escolha a ela inerente – sem afeto, sem sofrimento, sem fala, sem rebelião. Em suma, sem singularidade e movido por um empuxo-à-completude que o anestesia e, cada vez mais, o dissocia de si mesmo.

Os avanços da Psicanálise são, com frequência, sucedidos por recuos que parecem querer desmenti-los. As instâncias psicanalíticas oficiais são, muitas vezes, paradoxalmente, as maiores responsáveis pela perda da virulência da disciplina cujo florescimento elas mesmas deveriam sustentar. O dogmatismo teórico, que usurpa da Psicanálise sua essência e a transforma ora em um partido político totalitário, ora em uma religião. A defesa da Psicanálise exige – como sua criação exigiu de seu fundador – o desejo de saber e o amor à verdade (Roudinesco, 2010).

Para concluir, pretendemos salientar que o nosso objetivo é, mais precisamente, discutir e defender a legitimidade do método psicanalítico, sendo que nos apoiamos em Roudinesco (2010), para quem a questão central é defender a Psicanálise como um todo. Ela nos ajuda, mas o seu objetivo parece ir além. O nosso objetivo é modesto e, nesse sentido, aprofundaremos, no capítulo que se segue, duas propostas de autores que tentaram oferecer soluções para as consagradas críticas da não legitimidade do método psicanalítico, e portando, da não cientificidade da Psicanálise, em função de ser considerada por muitos como inconsistente e não confiável.

3.4

Destacando duas visões antagônicas sobre pesquisa em psicanálise

A fim de aprofundarmos esse panorama, pretendemos inicialmente contrapor dois posicionamentos de psicanalistas de referência sobre a legitimidade do método psicanalítico para a produção de saber científico. Para tanto, destacamos primeiramente as soluções de Marshall Edelson (1984) para as demandas da sociedade contemporânea de comprovação científica da Psicanálise, demandas estas que não se limitam à contemporaneidade mas refletem um tipo de discurso. E como contraponto, segue-se a ousada proposta de Jean Guillaumin (2003). Edelson (1984), por seu turno, tenta adequar a Psicanálise aos cânones do indutivismo eliminativo, ao mesmo tempo em que amplia a delimitação dos mesmos. No outro polo encontra-se Guillaumin (2003) que afirma que a Psicanálise não apenas não pode se adaptar a modelos epistemológicos preexistentes, como ao contrário, ela teria criado um novo modo de conhecer, quiçá um *novo modelo para a ciência*. Modelo este que poderia ser aproveitado por todas as abordagens do saber por promover um questionamento sobre a própria gnosiologia. Embora concordemos com Guillaumin (2003), pensamos que ele tem um projeto mais expansivo do que o nosso, que consiste apenas em especificar e legitimar o método psicanalítico. Vejamos um e depois o outro.

Em *Hypothesis and Evidence in Psychoanalysis* (1984), Edelson procura responder a críticas, veiculadas pelo epistemólogo Grünbaum (1977), da não cientificidade da Psicanálise por não obedecer aos cânones da Ciência indutivista eliminativa. Edelson (1984) salienta que adere e responde a essas demandas por uma questão de necessidade e fica intrigado por existir alguém que não as considere. Indutivismo eliminativo²⁴, segundo ele, não é uma mera prescrição artificial dos lógicos: é um outro nome para a racionalidade científica, que se mostrou como um meio de comprovar nossas crenças sobre o mundo.

²⁴ O indutivismo eliminativo opõe-se ao indutivismo enumerativo, que admite que uma hipótese pode ser considerada verdadeira enquanto a enumeração de exemplos confirmados não for interrompida pelo surgimento de um contraexemplo. Já a versão eliminativa do indutivismo sustenta que um dado só pode ser considerado probatório para a hipótese H1 se for obtido de modo tal, que elimina a possibilidade de explicações alternativas H2, H3, e assim sucessivamente, que de outro modo poderiam ser consideradas como dando conta daquele dado (Edelson, 1984).

Apesar da nossa discordância à sua submissão a essa visão tradicional e restrita de Ciência, pensamos ser relevante a ampliação que Edelson faz da interpretação de Grünbaum (1977) a respeito desses cânones. Edelson (1984) demonstra que o que Grünbaum (1977) considera como sendo os próprios cânones do indutivismo eliminativo, seria, na verdade, apenas um método para satisfazê-los. Assim, quando esse epistemólogo afirma que a Psicanálise, para aderir aos cânones, dependeria da pesquisa experimental por meio da comparação de *grupos de sujeitos* – cada grupo representando um tratamento diferente, em que todas as variáveis conhecidas seriam controladas – Edelson responde que a *pesquisa de caso único* (*single case research*) pode perfeitamente atender às demandas dos cânones.

Edelson (1984), no entanto, aponta problemas nesse ponto, já que a pesquisa de caso único pode provocar descrédito por parte de investigadores em Psiquiatria (além de leitores e editores de revistas científicas), que identificam-no com o que Campbell e Stanley (1963, citado por Edelson, 1984) chamam estudo de caso de um tiro. Esse tipo de estudo, modelo de muitas narrativas de casos de tratamento psicanalítico, é criticado nos seguintes termos: não exclui nenhuma hipótese alternativa plausível que possa ser considerada para a sua descoberta; não sustenta o valor de alguma variável explanatória estranha; não elimina e não pode mensurar a influência de tais variáveis sobre seus achados; e é difícil generalizar seus achados para outros sujeitos.

Em uma primeira aproximação do problema do estatuto científico da Psicanálise, Edelson (1984) afirma categoricamente que hipóteses psicanalíticas podem sim ser testadas na situação analisante de acordo com os cânones do indutivismo eliminativo. Desenvolve o seu argumento enumerando uma série de recomendações de acordo com as quais os psicanalistas deveriam proceder para superar a crítica da não cientificidade da Psicanálise: 1) Fazer uso da probabilidade. Quando probabilidade é interpretada como uma propensão objetiva de um caso singular, é especialmente apropriada para uso em estudo de caso único. Muitas hipóteses psicanalíticas devem ser melhor formuladas em termos probabilísticos. Argumentação em termos estatísticos é uma ferramenta conceitual poderosa, mesmo em estudo de caso único, para argumentar a relação entre hipótese e evidência; 2) Buscar refutações ao invés de confirmações em estudos

de caso; 3) Adotar a estratégia de conduzir diferentes tipos de estudos independentes para testar uma hipótese particular, e, em cada um desses estudos (usando formatos experimentais para estudo de caso único), tentar eliminar ao menos uma explicação alternativa de uma situação, que possa ajudar a confirmar a hipótese; 4) Usar modelos causais e controles estatísticos a fim de ser capaz de argumentar que uma relação causal se mantém quando dados são não experimentais, como em estudos de caso único normalmente são; 5) Estabelecer uma distinção cuidadosa e precisa entre afirmações não teóricas (sobre fatos) e hipóteses a serem testadas.

Para enfrentar a suposta vulnerabilidade dos dados obtidos pela associação-livre, os psicanalistas devem: 1) Tornar explícito o critério prévio que governa a seleção do psicanalista dentre as associações (e estudar em que extensão em um caso particular o psicanalista adere a ou parte dessas associações); 2) Tornar explícitas as conjecturas sobre a mente pressupostas pelo método da associação livre e prover evidências justificadas para aceitar isso independente do método da associação livre (Edelson, 1984).

Para lidar com questões sobre o uso do resultado terapêutico como evidência para as hipóteses psicanalíticas (quando essas hipóteses foram usadas ao fazer a interpretação, que são consideradas necessárias para promover esse resultado): 1) explicitar a natureza do real resultado visto pela Psicanálise como tratamento, e distinguir esses resultados de outras modalidades de tratamento; 2) delinear meios de detectar e demonstrar (provavelmente na situação analisante) mudanças nas disposições e propensões do analisando em vez de meras mudanças em seu comportamento; 3) especificar o que é necessário, em adição ao *insight* verídico por meio da interpretação, para alcançar resultados terapêuticos; 4) explicar a centralidade do reaparecimento na transferência – da presença do aqui-e-agora na situação analisante – de fatores patogênicos e seus efeitos para tentar demonstrar, usando dado clínico como evidência, a relevância causal de conflito e defesa na formação, mudança em severidade e frequência, ou remissão do sintoma psíquico (Edelson, 1984).

Edelson (1984) salienta que se o estudo de caso único psicanalítico pretende fazer apreensões empíricas e justificá-las como cientificamente válidas, os psicanalistas devem trabalhar no sentido de conduzir esses estudos em

conformidade com esses cânones; porém, reconhece as dificuldades que podem se apresentar, pois mesmo se investigadores psicanalistas forem persuadidos de que é possível obter tais evidências, nada garante que estarão inclinados a fazer o esforço. Considerando as implicações de se ignorarem as questões persistentes e problemáticas sobre o estatuto científico da Psicanálise, esse experiente psicanalista não vê outra alternativa para uma nova geração de investigadores psicanalistas exceto mobilizar-se para conduzir o trabalho necessário. Essa é, para ele, apenas uma das responsabilidades que compõe ser psicanalista.

Ora, pensamos que o que Edelson compreende como algo que comporia a identidade do psicanalista, seria para nós, atividades, por assim dizer, “extracurriculares”, se considerarmos a especificidade do que Bion (1970/2006) chamou de vértice psicanalítico, ou seja, a perspectiva única do campo psicanalítico, que embora ainda difícil de definir ou precisar, não pode ser confundida com outros vértices como o religioso, artístico e até mesmo o vértice da medicina. Não somos contra pesquisa interdisciplinar, extraclínica, experimental, quantitativa, epidemiológica, ou qualquer que seja, em uma interface com o campo psicanalítico. Apenas sugerimos que este último tem uma delimitação e especificidade cuja “espinha dorsal” – o que na presente tese cunhamos a expressão método da investigação clínico conceitual como a empiria da Psicanálise – exclui essas outras formas de abordagem mencionadas anteriormente. O que não significa afirmar que outras formas de empiria sejam impossíveis enquanto agregação de valores para a Psicanálise propriamente dita.

Guillaumin (2003), por sua vez, traz argumentações em um polo oposto a Edelson e daí ser colocado aqui a título de comparação e confronto. Como veremos adiante, Guillaumin (2003) parece, em seu livro, utilizar o termo pesquisa indiscriminadamente, confundindo por um lado a pesquisa científica que requer um protocolo e/ou um projeto prévio; e por outro lado, a pesquisa de processo primário efetuada pelo psiquismo, relacionada à identidade de percepção que busca traços mnêmicos geradores de satisfação pulsional. Nesta linha de raciocínio, Guillaumin (2003) discute a respeito do modelo de aquisição de conhecimento da especificidade da pesquisa psicanalítica que nos parece um tanto radical, pois pode ser interpretado como uma desvalorização do processo secundário da construção do conhecimento coletivo. Postura contrária à posição

de Marshall Edelson (1984), que por sua vez, parece-nos exacerbada por promover uma supervalorização das Ciências duras, resultando em uma submissão às normas da “comunidade científica normativa”.

Para sustentar seu argumento, Guillaumin (2003) recorre ao fator que faz da descoberta de Freud do *inconsciente* algo inédito, haja vista que o conceito de inconsciente já era conhecido. Trata-se do que Freud denominou *identidade de percepção*. Daí Guillaumin afirmar que o modo de conhecimento psicanalítico, que ele chama de lógica freudiana, consistiria em um novo modelo para a Ciência como um todo.

Guillaumin (2003) salienta a diversidade de aplicação que foi dada à Psicanálise e que, depois, continuou a gerar frutos. Este autor considera que o modo de pensar psicanalítico (*pensée psychanalytique*) não constitui por si próprio nada além, mas também nada aquém de um modo de conhecimento original, dotada de legitimidade e de características lógicas próprias que não lhe permitem submeter-lhe ao critério de modelos oriundos de outras abordagens e fundamentados sobre postulados que lhe são exteriores. Guillaumin (2003) defende – e aqui podemos questioná-lo por apresentar uma tendência pretensiosa – que o rigor interno desse modelo e a preocupação de aplicação em condições as mais difíceis na forma de conhecimento interrogam implicitamente os fundamentos epistemológicos dos modelos tradicionais sobre os quais o procedimento científico clássico é fundamentado.

Para Guillaumin (2003), as características desse modelo fortemente marcado se estende – contrariamente àquilo que se sustenta muitas vezes – não somente à prática da análise, mas também (e não menos verdadeiramente psicanalítico) a seu discurso teórico como um todo, o segundo constituindo-se – Freud (1923a [1922]/1976) pontuou no *Verbete* – de modo inseparável do primeiro. É por esta dupla caracterização que Guillaumin (2003) defende que o “pensar psicanalítico” reivindica um lugar específico na rede complexa das vias do conhecimento, mas também constitui um começo de uma revisão perturbadora, talvez, da nossa concepção da própria lógica do saber. Esta lógica, de um Homem dominado por uma posição existencial com limitações e constrangimentos em função de uma visão particular de mundo, objetivista, que há muito tempo

sustentou o progresso da Ciência no ocidente, impediu sistematicamente que se considerassem essas novas premissas, que vieram à tona por meio da Psicanálise.

Aquilo que Guillaumin (2003) chama de “modelo psicanalítico” abriu de certo modo as condições de uma crise na epistemologia moderna e contemporânea, crise cujo alcance e repercussão ainda se encontram amplamente subestimados. Este novo modelo não parou de produzir seus efeitos sobre uma eventual revisão de nossa visão concernente ao rigor lógico e o valor da verdade.

Para Guillaumin (2003), já é tempo de os psicanalistas escaparem às lentidões e aos humores de uma epistemologia retardatária que permanece implicitamente anexada à ideia fornecida pelas Ciências duras e à premissa hipotético-dedutiva, sendo que ainda não foram encontrados os meios de sua própria mudança. Os psicanalistas, embasados por mais de um século de experiência prática, se situam sobre o terreno da originalidade de sua escuta e de limites rigorosos e nada fantasiados que sua disciplina impõe enquanto um trabalho de “pensamento clínico” (*pensée clinique*).

As características diferenciais e originais daquilo que constitui, de certa forma, a lógica freudiana do conhecimento, se caracteriza como uma lógica particular de inclusão do “desconhecido”, no qual é mantido em trabalho no sistema, assim deixado aberto, a representação de um lugar indeterminado por um elemento organizador necessário, mas exterior e ausente, que nenhuma mensuração, nenhum cálculo probabilístico pode substituir nem avaliar validamente, e que não mais poderá ser excluído do sistema por fins *a priori* definido. Tem-se aqui um modo de conhecimento que leva em conta o desconhecido que recusa a sua contabilização, como também recusa o definir de forma definitiva ou temporariamente, como se observa, por exemplo, em uma operação aritmética.

O modo de conhecimento introduzido pela Psicanálise no pensamento moderno põe em relevo um método e oferece um objeto possuidor de características próprias que o distingue radicalmente de todas as *démarches* epistemológicas empregadas pelo amplo leque de saberes ditos científicos que nos foi proposto no pensamento ocidental como modelo, especialmente no século XIX. Suas características, longe de desqualificar a cientificidade da abordagem freudiana do objeto de conhecimento, nos impele, ao contrário, a rever nossa

própria concepção de saber e de compreender, de modo que a Psicanálise se coloca como um verdadeiro paradigma do rigor gnosiológico. A Psicanálise é, nesse sentido, uma verdadeira Ciência com expressiva capacidade de nos esclarecer sobre as dificuldades do conhecer que Kant (1781), o primeiro sem dúvida na linhagem da reflexão epistêmica, a identificar o alcance disto. A ousadia que parecem ter tais proposições parece gerar condutas respeitáveis que nos inspirou a veneração do projeto científico do último século, inspirado no único critério de progresso a partir da eficácia e do rendimento quantitativo, estatisticamente verificável. Nossa época, portanto, e já está em tempo, deve se confrontar com a necessidade de aceder a uma outra representação das relações de conhecimento do homem com seu universo.

Guillaumin (2003) ressalta ainda que o pensamento psicanalítico (*Pensée Psychanalytic*) não se dá sem levar em conta prioritariamente o que Freud (1895/1977) nomeou em 1895 de “processo primário”. Na prática da cura psicanalítica, laboratório original e lugar referencial de toda a teoria freudiana, o processo primário se manifesta clinicamente do lado do paciente por “associação livre” e, do lado do praticante, pela “atenção flutuante”. A primeira é definida por Freud no início de suas pesquisas e a segunda, que lhe é correlativa e se encontra implicitamente presente na sua concepção original do enquadre, é claramente caracterizada por ele em 1909. Um e o outro implicam a intervenção, sob a proteção e nos limites do enquadre, de uma forma de se colocar em “suspensão psicológica”, no que se refere às urgências não somente da ação, mas da percepção, do pensamento e da memória organizado, e de um modo geral, colocar em suspensão todo o projeto real de domínio e sistematização intelectuais.

Guillaumin (2003) nos lembra que o processo primário que Freud descreveu do qual a associação livre e a escuta em estado de atenção flutuante são as expressões habituais do trabalho do psicanalista é, na realidade, a verdadeira descoberta de Freud, a partir da qual todas as outras descobertas decorreram. Diz-se comumente que Freud descobriu o *Inconsciente*. Os trabalhos de Ellenberger (1970) demonstraram metodicamente aquilo que todos sabemos há muito tempo e que o próprio Freud não duvidava: que os médicos, filósofos e hipnotizadores, ao longo do século XVIII haviam descoberto, colocado em evidência e nomeado “o inconsciente”. E, além disso, que eles haviam compreendido, e em seguida

demonstrado que esse inconsciente tinha leis próprias e não obedecia a princípios constantes. Simplesmente nossa razão não conseguia identificar esses princípios. De resto, se observa em 1895 que o *Inconsciente* existe, que ele tem leis, e não poderia em nenhum caso explicar suficientemente a extensão que a Psicanálise proporcionou ao funcionamento psíquico do Homem.

Guillaumin (2003) comenta que a contribuição de Freud foi altamente inovadora, de fato essencialmente mutativa no seguinte sentido: ele estabeleceu empiricamente que o processo primário que caracteriza a (*démarche*), ou seja, o processo do pensamento quando o controle consciente desaparece ou reduz suficientemente, e que, dessa forma, nos confronta diretamente às leis próprias do inconsciente é essencialmente heurística²⁵ (gera frutos, novos conceitos). Sua meta natural é a pesquisa (*recherche*) de identidade de percepção (Guillaumin, 2003). Note-se que aqui o autor coloca o termo pesquisa entre aspas. Há nesse processo espontâneo, que escapa a vigilância intensa da consciência (graças a uma forma de regressão da atenção da vigília que se reencontra no sono sob espécie de regressão tópica noturna natural), um deslocamento de investimento do traço produzido no Ego pelo impacto de uma excitação ao longo do trajeto já *catexizado*, em direção a traços anteriores conservados em estado de excitabilidade potencial. A nova excitação que não pode ser descarregada, ou ab-reagida, procura (*cherche*) encontrar os traços mnêmicos relativos a uma percepção antiga e dotada de uma analogia de estrutura suficiente com a percepção, na qual a excitação nova foi acompanhada por um recobrimento mais ou menos completo de dois traços perceptivos.

Recorramos agora ao dicionário de Psicanálise para definirmos mais precisamente alguns termos trazidos por Guillaumin. De acordo com Laplanche e Pontalis (1967, p. 293), o *processo primário* visa reencontrar uma percepção idêntica à imagem do objeto resultante da vivência de satisfação. No processo secundário, a identidade procurada é a dos pensamentos entre si. Os termos identidade de percepção e identidade de pensamento só aparecem no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*. Referem-se à concepção freudiana da vivência de

²⁵ Do grego, *heuristiké*: 1) Ciência ou arte do procedimento heurístico; 2) Método de ensino que consiste em que o educando chegue à verdade por seus próprios meios; 3) Ramo da ciência histórica que consiste na pesquisa de documentos do passado. (Ref.: *Dicionário Eletrônico Michaelis*).

satisfação. O processo primário e o processo secundário podem definir-se em termo puramente econômicos: descarga imediata no primeiro caso, inibição, adiamento da satisfação e desvio no segundo. Com a noção de identidade de pensamento saímos do registro econômico: trata-se agora de equivalências estabelecidas entre representações.

A vivência de satisfação constitui a origem da procura da identidade de percepção. Ela liga a uma descarga eminentemente satisfatória a representação de um objeto eletivo. O indivíduo vai daí em diante repetir a percepção que está ligada à satisfação da necessidade. A alucinação é o caminho mais curto para obter a identidade de percepção. De um modo mais geral, pode dizer-se que o processo primário funcionará segundo este modelo. Freud mostrou em outro capítulo de *A interpretação dos sonhos* (1900) que a relação de identidade entre duas imagens (identificação) é, entre as relações lógicas, a que mais se harmoniza com o funcionamento mental próprio do sonho (Laplanche & Pontalis, 1967).

A identidade de pensamento está em uma dupla relação com a identidade de percepção: 1) constitui uma modificação dela, na medida em que visa libertar os processos psíquicos da regulação exclusiva pelo princípio de prazer: “O pensamento deve interessar-se pelos caminhos de ligação entre as representações sem se deixar iludir pela intensidade delas” (Freud, 1900/1972). Nesse sentido, esta modificação constituiria a emanação daquilo que a lógica chama princípio de identidade; 2) mantém-se a serviço da identidade de percepção: toda a atividade de pensamento complicada que se desdobra da imagem mnésica para o estabelecimento da identidade de percepção pelo mundo exterior nunca é mais do que um *desvio*, tornado necessário pela experiência, no caminho que leva à realização de desejo (Freud, 1900/1972). Embora os termos que aqui definimos deixem de figurar nos outros escritos freudianos, a ideia de opor, do ponto de vista do pensamento e do juízo, os processos primário e secundário permanecem centrais na teoria (Laplanche & Pontalis, 1967).

A pesquisa da identidade de percepção é assim guiada por um princípio econômico (que é de fato o princípio do prazer-desprazer de Fechner-Freud) em direção a um tipo de objeto-meta interno, o traço analógico, e canalizado pelos sistemas de facilitação já existentes no Ego, relativamente isolados uns dos outros, ou, ao contrário, emparelhados, por meio de efeitos facilitadores ou não (barreiras

de contato) por certas quantidades e valores diferenciais de carga. Para Freud, esse modelo, representado em 1895 no *Projeto*, com a ajuda de um esquema neurológico de valor metafórico, é implicado em seguida na *Interpretação dos sonhos* e em uma longa sequência de trabalhos (1905, 1911, 1925), é necessariamente subjacente ao processo associativo e todas as suas expressões – em particular verbais pelas quais se dá a cura psicanalítica. Pois o processo primário rege todo pensamento que escapa do controle da consciência (Laplanche & Pontalis, 1967).

Trata-se, como podemos ver, de uma posição de grande consequência, porque enuncia o caráter lógico, não do inconsciente ele mesmo, como o disse Lacan, mas do trabalho espontâneo do pensamento inconsciente indo em direção à pesquisa (*recherche*) de uma estrutura analógica que liga e contém – que doma, disse Freud – as excitações selvagens novas. Todo ana-lógico é uma lógica, pertencente à família das lógicas, e podemos definir os constrangimentos, muito limitados: há uma gramática de lógicas elementares, que os epistemólogos e os lógicos puderam formular. A verdadeira descoberta feita aqui por Freud (1900/1972) é capital no sentido de que ela torna acessível e inteligível através das operações de pensamento apropriadas, a representação do funcionamento do *Inconsciente*. Pode-se observar que ela instala um parentesco decisivo – que não abole diferenças – entre 1) a busca consciente de coerência de pensamento, explorando e articulando os diversos padrões lógicos possíveis, que definem o procedimento voluntário da “pesquisador” como tal; 2) a pesquisa obscura, espontânea e involuntária da “identidade de percepção” em busca de uma economia, esta também lógica, porém simples e mais maciça, das excitações perceptivas e dos traços mnêmicos, tais como se apresentam ao psicanalista que se coloca na situação de escutá-las (Guillaumin, 2003).

Guillaumin (2003) compreende, portanto, que a pesquisa como tal no processo secundário pode aparecer ordenada a uma potencialização desse efeito de transformação da busca inconsciente espontânea em busca consciente. Trata-se de um trabalho suplementar, social, do desejo de unificar, de ouvir e ao mesmo tempo de tornar mais eficaz a economia do sentido, a ordem, a previsibilidade das representações-matrizes que servem coletivamente de “porta de entrada” para os pensamentos e as representações até as representações específicas. Trata-se de

colocar antes ainda do processo secundário o destino mais integrado e mais controlado do qual disporíamos espontaneamente pelo misterioso e infatigável pesquisador inconsciente do processo primário que nos habita desde sempre. Esse pesquisador primário inato, racionalista mas à sua maneira, continua entretanto a se manifestar em seu primeiro estado em nós, a cada noite, e mesmo a cada dia, desde que se relaxe um pouco a matriz organizadora, a disciplina sobre fundo de apoio comunitário da consciência. Manifesta-se no devaneio, no sonho, na atenção flutuante ou na associação livre e em inomináveis estados intermediários. Guillaumin (2003) distingue essas disposições primárias da atitude de pesquisa em referência ao *Projeto* de Freud *versus* os processos secundários, seletivos, que excluem um certo número de aspectos perceptivos privilegiando outros na tentativa de ordenação.

Guillaumin (2003) conclui que é possível definir o modelo da Psicanálise em Psicologia como a expressão teórica, dotada de: 1) um forte rigor interno sob a diversidade aparente de línguas psicanalíticas pós-freudianas; 2) de uma prática organizada para a apreensão e colocação em ação do latente; 3) do lugar operante da falta; e 4) de alguma forma do negativo no trabalho do conhecimento. Sem desconsiderar a rica contribuição deste autor para a presente tese, pensamos que Guillaumin (2003) usa indiscriminadamente o termo pesquisador. Nesse sentido, vejamos a seguir e de modo mais abrangente e menos utópico as (im)possibilidades de pesquisa em Psicanálise.

3.5

As (im)possibilidades de pesquisa em Psicanálise: especificidades e contradições

No presente capítulo apresentaremos a visão de André Green (2007), e suas argumentações frente ao debate contemporâneo, incluindo autores como Peter Fonagy (2002), Marianne Leuzinger-Bohleber (2007), Roger Perron (2007), e tantos outros que protagonizaram a resposta à demanda mundial de comprovação da legitimidade da Psicanálise como uma Ciência. André Green (2007) foi eleito aqui como o representante de um posicionamento intermediário, se compararmos com os autores do capítulo anterior, e por isto nos parece mais

interessante a sua forma de conduzir a questão: não sugere a submissão a modelos preexistentes, tampouco ousa pensar a Psicanálise como uma “nova ordem” científica: apenas legitima o campo psicanalítico por meio da sua especificidade quanto a forma de pensar, de tratar o paciente, de investigar e de produzir conhecimento.

André Green (2007) oferece importantes contribuições para o tema que estamos tratando e suas ideias vão ao encontro do que queremos em última análise, defender. Remete à ideia de que o método psicanalítico, por seus próprios meios, com um modo específico de funcionamento tendo Freud como modelo, produz conhecimento científico. Um dos argumentos centrais de Green sobre as (im)possibilidades de se realizar pesquisa em Psicanálise remete ao que ele chama ora de *pensée psychanalytique*, ou *pensée analytique*, ora de *pensée clinique*. Nós sintetizaremos por meio da tradução pensamento psicanalítico.

O pensamento psicanalítico funda conceitos traçados em função do *Inconsciente* e de seus parâmetros, da diversidade de respostas que eles evocam, de suas extensões, transformações, sua racionalização, sob a influência do contra-investimento que, em certos casos, podem conduzir ao desinvestimento. Uma das principais características do pensamento psicanalítico consiste no fato de ser dialógico. Isso quer dizer que ele não remete somente ao paciente que sofre, mas também ao analista, cujo trabalho é de escutar o sofrimento na dupla assim formada, e isso graças a um tipo muito particular de escuta e de empatia (Green, 2007).

Há um tipo particular de causalidade no pensamento psicanalítico, irreduzível a outros modos de pensar mais estreitamente ligados à Ciência tradicional. O tipo do desenvolvimento de sintomas clínicos, configuradas nas constelações psicanalíticas, indicam um tipo específico de racionalidade e de evolução. Foi sobre essa racionalidade que se apoiava a comunicação entre psicanalistas compartilhando não apenas a mesma experiência, mas também a convicção de que aquilo que chamamos de racionalidade científica objetiva não era totalmente apropriada quando se buscava compreender a gênese, o desenvolvimento, as consequências, as complicações e as complexidades daquilo que chamamos neurose, psicose, perversão, depressão e assim por diante (Green, 2007). A. Green adverte que, a partir da vasta experiência clínica psicanalítica,

nenhuma teoria poderá cobrir a totalidade do campo da prática psicanalítica, e nenhuma prática psicanalítica jamais corresponderá plenamente e exatamente aos limites do campo de uma teoria existente, qualquer que seja. Essas observações têm origem na natureza da atividade psíquica. Esses são os limites da nossa disciplina, que nós aceitamos e que nós fazemos avançar no nosso desejo de saber mais sobre esse assunto.

Em sua controvérsia com Robert Wallerstein, Green (2007) sublinhou que o mais importante na pesquisa psicanalítica se refere ao que ele chamou de pensamento psicanalítico (*pensée psychanalytique*). Alguns o questionaram o que ele entendia por isso e Green, sem pretender definir em poucas palavras, levantou as seguintes questões, que remetem à experiência presente em toda mente do psicanalista que escuta um paciente no momento em que este está “associando livremente”. O psicanalista, então, tenta compreender o que o paciente quer transmitir, ou ao contrário, censurar. É relevante pensar de que maneira o analista, graças à atenção flutuante, separa o conteúdo manifesto da comunicação qualificada como conteúdo latente intrapsíquico, por um lado, e examina as comunicações entre o paciente e ele mesmo, qualificados de intersubjetivos, por outro lado. Além disso, por intermédio do material, o analista é capaz de religar o que ele escuta ao que ele pensa, aquilo que ele ressentir, e o que mobiliza nele a fim de estabelecer as conexões e as relações entre diferentes domínios: a linguagem, a memória, as fantasias (conscientes e inconscientes), os afetos, os estados corporais, os *enactments* e *actings out*, as somatizações, etc. Podemos notar que a sua tentativa de resposta do que venha a ser o modo do pensamento psicanalítico engloba questões abrangentes que fazem parte da nossa práxis e sem as quais não se poderia chamar de uma conduta psicanalítica, mas sim de uma abordagem diferente e externa ao campo psicanalítico.

Outra importante contribuição de Green (2007), nos parece, se dá quando discorda da visão de Fonagy (2002), para quem a mente continua a mente, seja sobre o divã, seja sobre um laboratório. Green salienta que a descoberta do *Inconsciente* – como o identificamos na Psicanálise – não foi feita em um laboratório, e para Green não poderia, em todo caso, jamais ter sido. Green assevera que a mente em um laboratório é essencialmente diferente da mente sobre um divã. Exatamente como a mente sobre um divã é essencialmente

diferente da mente na Arte, na Ciência, na Filosofia, na Religião, etc. Este ponto de vista, segundo Green, está de acordo com a hipótese dos vértices de Bion (1970/2006).

Sobre este ponto levantado por Green, recorramos diretamente à fonte original. Bion (1970/2006) escreve que o psicanalista, em um momento inicial de seu próprio desenvolvimento e em um estágio precoce do desenvolvimento da própria Psicanálise, confronta-se com problemas que surgem nesse campo porque nenhum vértice reconhecido até o momento é adequado. É tão absurdo criticar um trabalho psicanalítico por “não ser científico” quanto criticá-lo por ser “não religioso” ou “não artístico”. O “sucesso” em ser qualquer uma delas não eliminaria a reprovação. A formulação crítica para a qual não há substituto é: “não ser Psicanálise”.

Green (2007) alerta que um bom número de problemas aos quais somos confrontados partem de um certo grau de confusão. A Psicanálise foi descoberta no campo da medicina. Um médico, tendo também uma formação científica aprofundada, descobriu o *Inconsciente*. E ele o descobriu porque os ensinamentos da Ciência estavam insuficientes e a clínica limitada. Quanto mais Freud avançava, mais a disciplina progredia, inclusive após sua morte, e mais se desenvolvia a percepção de que os psicanalistas deveriam se separar da medicina. Apesar de ser uma terapia, faltava uma definição de sua especificidade. Aqui, a partir de Green, podemos novamente recorrer a Bion (1970/2006):

“(…) à medida que a psicanálise foi se desenvolvendo, passou a ser vista como diferente da medicina física, até que o hiato entre as duas, de óbvio, passou a ser intransponível” (p. 23).

A medicina se apoia nas evidências a partir do progresso científico. A questão de saber se a Psicanálise depende ela também do progresso científico merece ser colocada. Os autores principais da literatura psicanalítica contemporânea colocaram em questão a pertinência dos modelos médicos em psicanálise (Bion, Winnicott, Lacan).

Jean Starobinski (citado por Green, 2007) argumentou que a Psicanálise seria um tipo de águia de duas cabeças. Esta imagem é relevante para nós neste momento por caracterizar a dificuldade de se encontrar uma fórmula epistemológica adequada à Psicanálise. Prosseguindo: uma de suas cabeças

nasceu da Medicina, da Psiquiatria, da Ciência, ao passo que a outra está ancorada na cultura: a Literatura, a Arte, a História da civilização, etc. Freud descobriu o complexo de Édipo tanto por intermédio dos pacientes que ele analisava, como por meio de seu profundo conhecimento da tragédia grega e sua grande familiaridade com as obras de Sófocles e Shakespeare. Na linguagem de hoje, nós falaríamos dessa distinção em termos de uma complementariedade das Ciências Naturais e Humanas presente na abordagem psicanalítica.

A questão é muito complexa e se faz necessário esclarecê-la. A primeira conclusão que Green (2007) chega – dentro deste panorama de exigência de pesquisa em Psicanálise – é que os psicanalistas necessitam fortemente de uma pesquisa sobre a pesquisa! Green (2007) sugere que não reproduzamos na Psicanálise a anedota do homem que tentava encontrar as chaves que havia perdido procurando apenas numa área da calçada sob a lamparina, pois lá ao menos havia luz; sendo que, na verdade, havia perdido as chaves em uma área obscura. Ele pensava ser inútil procurar por lá pois não havia iluminação.

Perron (2007), no entanto, alerta sobre o perigo de diluição do significado do termo pesquisa por parte dos psicanalistas. Se o psicanalista pensar que o fato de, por exemplo, refletir diariamente sobre os seus pacientes, torna-o um pesquisador – levando-o a pensar que *todo psicanalista é um pesquisador* –, essa postura acarretaria um mal-entendido sobre o próprio termo *pesquisa*. Estando assim diluído, o termo perderia a essência do seu sentido. Surge então a questão, colocada por Perron: Como pesquisar, sem exercer essa frouxidão no léxico, e tampouco por meio de um modelo inadequado para a Psicanálise e demarcado pelas Ciências Exatas, segundo as abordagens compreensíveis para além da comunidade psicanalítica? Para Perron, não há atualmente uma resposta verdadeiramente satisfatória. Essa resposta fica por elaborar; ela supõe uma nova aliança²⁶, no sentido de Stengers (Prigogine & Stengers, 1979), entre as abordagens até então supostamente incompatíveis.

É bom lembrar, entretanto, que os psicanalistas viabilizaram a compreensão e o tratamento de pacientes, por meio dos escritos de autores mais importantes da literatura psicanalítica. Para citar apenas alguns, limitando-se aos já falecidos, nós poderemos ler sempre, fora o Freud, Abraham, Ferenczi, Melanie

²⁶ A nova aliança pretende resumir as novas possibilidades de confronto e de síntese entre as Ciências Exatas e as Ciências Humanas (Prigogine & Stengers, 1979).

Klein, Anna Freud, Bion, Winnicott, Marion Milner, Piera Aulagnier et Jacques Lacan. Green (2007) sustenta – e aqui podemos questioná-lo, pois pode ser uma visão radical – que a pesquisa recentemente desenvolvida em grande escala não contribui de nenhuma forma significativa à prática ou à teoria psicanalítica. Este renomado psicanalista, no entanto, afirma haver uma forma muito simples de verificar esta assertiva de modo que é possível demonstrá-la. Ele recorre, por exemplo, às bibliografias dos artigos que apareceram nos dez últimos anos do *International Journal of Psychoanalysis*. Basta fazer uma contabilização de quantas vezes os autores citam os trabalhos de pesquisa psicanalítica. E, no inverso, quantos artigos sobre a pesquisa encontramos nas revistas de Psicanálise? Onde aparecem? Quem os lê? Quais são as suas consequências? A questão não é a de decidir se a pesquisa psicanalítica deveria existir ou não, porque a resposta é evidente. A questão é saber qual tipo de pesquisa devemos conduzir. Que método devemos promover de modo que pesquisa científica e pesquisa psicanalítica possam ser conciliáveis? Uma conclusão parece inevitável: *não há uma resposta única pois há um pluralismo nas Ciências*. Para Green, esse pluralismo não se refere apenas à pesquisa clínica, conceitual e empírica. Ela engloba outras disciplinas e outras abordagens.

Em uma vídeo-conferência concedida à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em 1992, André Green expressa as seguintes palavras, que ao nosso ver, resumem a sua ideia sobre o que a Psicanálise deve pesquisar:

“(...) Devemos continuar a incrementar nossa especificidade que é a do pensamento analítico [*pensée analytique*]. (...) Quando observamos o que se escreve, hoje, a respeito de Psicanálise, constata-se que boa parte disso consiste em traduzir os dados da experiência consciente em termos psicanalíticos. Quando queremos falar de profundidade, acabamos falando apenas de fenomenologia. No entanto, muitos continuaram a analisar. Mesmo nos casos em que a análise pareceria impossível, complicada. E é inegável que a obra de Bion nos ajudou a poder continuar analisando. Este continua sendo nosso desafio, hoje: encontrar os meios para analisar” (Vídeo-conferência, SBPSP, 1992).

Uma rica contribuição de Green (2007) reside em nos lembrar o quanto a Arte foi e continua sendo uma fonte profícua para a Psicanálise. Há uma convicção, afirma ele, largamente divulgada que considera que a única forma de conhecimento válido é a do conhecimento científico. Esqueçamos a arte! A ideia de que diferentes tipos de conhecimento possam coexistir não é aceitável. Todo o

conhecimento tirado da cultura é considerado diversão e entretenimento, mas não de confiança. Se queremos saber algo sobre a mente, a leitura de Shakespeare é inútil, mas a leitura das obras sobre inteligência artificial é sempre útil. Green (2007) reconhece que esse comentário pode parecer exagerado, mas parece que, no fundo, isto é o que os cientistas pensam realmente.

A fim de compreender a hipótese do *Inconsciente*, o analista não deve se apoiar unicamente sobre aquilo que ele pode deduzir do inconsciente do paciente, mas também sobre aquilo que ele deduz do seu próprio inconsciente em relação ao do paciente. Assim, nota-se com isso, claramente, que a pesquisa quantitativa não será apropriada à investigação do inconsciente psíquico. Não pretendemos com isso defender que a pesquisa quantitativa deve ser abandonada para questões ligadas à Psicanálise. Dizemos apenas, junto com Green (2007), que ela é periférica e pouco significativa, se considerarmos o que está no coração da pesquisa.

Por outro lado, podemos dizer que somente a experiência analítica, e mais particularmente as sessões de análise, é a condição indispensável do estudo do *Inconsciente* (Green *et al.*, 1997). Nós afirmamos, assim, que a prática analítica em seu conjunto é uma pesquisa permanente, apesar de que esse tipo de pesquisa não corresponde aos critérios habituais do método científico. Peter Fonagy, presidente do Comitê permanente de pesquisa da IPA, não partilha dessa posição. Mais precisamente, ele não está de acordo com Green e outros que afirmam que toda pesquisa deve levar em conta a especificidade do método analítico (Fonagy, 2002).

Green (2007) expõe a pesquisa clínica sob sua direção, vinculada à IPA, que durou dois anos, oferecendo reflexões polêmicas. A pesquisa abordava a contratransferência com pacientes em estados limites. A fim de obterem pontos de vista diversificados sobre a questão, o grupo compreendia dois colegas norte-americanos, Otto Kernberg e William Grossman; dois latino-americanos, Jaime Lutenberg e Fernando Urribari; dois britânicos, Elizabeth Spillius e Gregorio Kohon, e dois analistas franceses, Jean-Claude Rolland e A. Green. Por designação, o grupo era diversificado, reunindo analistas especialistas no tratamento das perturbações de personalidade *borderline*, alguns trabalhando com esses pacientes em instituição, outros na prática privada, e ainda alguns mais

centrados sobre as neuroses e os casos de análise clássica. Alguns com experiência de análise de criança, outros não. O propósito era atingir uma comunicação mais ampla possível. Eles se reuniam, em geral, duas vezes por ano, durante um fim de semana inteiro. Ouviam, a cada vez, a apresentação de um caso, sendo que liam antes um artigo daquele psicanalista que apresentava o material clínico. O grupo era composto por kleinianos, analistas dos grupos independentes da Sociedade Britânica, pessoas ligadas à teoria das relações de objeto, à psicologia do Ego, freudianos franceses, e assim por diante. A gama de posicionamentos era extensa. Rapidamente, após a iniciação das trocas, se deram conta de que discordâncias importantes os dividiam.

Alguns se declaravam a favor de um diagnóstico precoce a fim de estabelecer um prognóstico e confirmar que o tratamento psicanalítico era indicado. Outros pensavam, ao contrário, que seria melhor começar logo o tratamento e perceber como compreender a problemática dos pacientes pela cura, independentemente de todas as ideias preconcebidas. É digno de nota, como admite Green (2007), que apesar de todas as discordâncias, eles estavam em grande parte em acordo sobre a técnica que adotava o analista, nas discussões sobre o material apresentado. Porém, estes pesquisadores psicanalistas tiveram uma grande dificuldade de compreender os fundamentos sobre os quais cada um apoiava suas interpretações do material e como o caso era abordado: somente o exame das tradições psicanalíticas da sociedade a qual cada um dos participantes pertencia permitiu compreender o seu ponto de vista. Mesmo sendo cidadãos do mesmo país, os psicanalistas tinham abordagens diferentes, em função não somente da personalidade, mas também de sua formação e da forma na qual eles aprenderam a pensar os problemas com os quais eram confrontados. Para alguns, era urgente chegar a um consenso, enquanto que para outros, não. Finalmente, para Green (2007), eles formavam menos um grupo de pesquisa sobre os pacientes *borderline* do que um grupo de pesquisa sobre eles mesmos. Green (2007) considerou que o grupo de pesquisa evoluiu de um modo também promissor, senão mais que inicialmente previsto. E, uma vez mais, Green (2007) estava convencido de que, antes de conduzir pesquisas sobre os pacientes como objetos, os analistas deveriam começar a saber mais sobre eles mesmos em comparação com outros analistas. Green (2007) salienta que um corpo homogêneo

é um ponto muito importante para que uma pesquisa tenha seus frutos. Em outros termos, ter de início uma ideia clara daquilo que somos realmente, antes de começarmos a explorar o que são nossos pacientes, parece uma prioridade, por que nós os vemos, os compreendemos e os tratamos de maneira diferente. Este último ponto veiculado por Green (2007) talvez seja um dos pontos cruciais em termos da dificuldade generalizada e globalizada de se legitimar o método psicanalítico.

Considerando que Daniel Widlocher, então presidente da IPA, decidiu abrir um novo campo de investigação por meio da *pesquisa conceitual*, Green (2007) fez suas apreciações a esse respeito, dando contribuições sobre o que ele entende e sugere como a pesquisa conceitual deveria ser. Green (2007) concorda que a pesquisa conceitual seja necessária, mas considera impossível que esta não seja ancorada na história da Psicanálise. Green (2007) indica que seria interessante examinar toda a literatura psicanalítica não como um conjunto de escritos, de livros, de artigos, etc., mas como um organismo humano, nascido com Freud, mas que mudou constantemente a partir da seu nascimento, e mais ainda após a morte de Freud. Assim, poderemos compreender como novos movimentos decorrem, na maior parte do tempo, como reação de desacordo com o precedente dominante. Nesse sentido, Green (2007) ilustra esse aspecto de investigação histórica de forma esquemática da seguinte maneira: o movimento das relações de objeto teria nascido em função de um combate à teoria freudiana das pulsões na medida em que ela geraria um contexto solipsista e autodirigido. Em uma outra direção, a psicologia do Ego (Hartmann, 1969) acreditava na existência de um ego autônomo e em uma esfera não conflitual do Ego, que escapa da influência das pulsões e serve aos fins de adaptação. Em seguida a esses dois movimentos, o renascimento do narcisismo chega com a psicologia do Self de Kohut (1977), que teria aberto a via ao movimento intersubjetivo. Transferindo o campo de batalha para a Europa, após as controvérsias entre Melanie Klein e Anna Freud, novas tendências se desenvolveram, impulsionadas por Bion, que, por sua vez, teria corrigido Melanie Klein à sua maneira e ficou mais próximo de Freud, e por Winnicott que introduziu o pensamento paradoxal e superou a distinção entre interno e externo. Para terminar esse breve panorama, Jacques Lacan, na França, teria tentado colocar a Psicanálise sob a via do estruturalismo, sob o primado da

linguística. Vemos assim, nessa história, retraçada de forma esquemática, um tipo de coerência, apesar de uma grande diversidade de orientações. Se não podemos determinar o curso da história, ao menos podemos tentar compreender seu desenvolvimento retrospectivamente. Esse também deveria ser o trabalho da pesquisa conceitual, na visão de Green (2007), qual seja, de explorar como as noções fundamentais da Psicanálise podem ter significações totalmente diferentes nos diferentes grupos em diferentes épocas. Por exemplo, compreende-se o mesmo por “transferência”? O que é um “objeto” segundo a teoria psicanalítica? Existe uma concepção particular do tempo próprio à Psicanálise? A Psicanálise é uma psicologia? E se não, o que é? São tantas questões urgentes que aguardam um saber integrador. Green (2007) salienta que uma pesquisa conceitual deve ser verdadeiramente conceitual, não somente descritiva e conclui que talvez possamos ter, por meio desse tipo de pesquisa, a possibilidade de uma verdadeira epistemologia da Psicanálise (Green, 2007). Este saber integrador do qual carece o campo psicanalítico desperta em nós um desejo de fazê-lo e para atingir esse objetivo, a presente tese é dirigida. Daí cunharmos uma expressão para nomear um método (psicanalítico) que engloba em um só tempo as pesquisas clínica, conceitual e empírica. Caracterizamos este como *método baseado na investigação clínico-conceitual como a empiria da psicanálise*. Pesquisas em Psicanálise ou sobre Psicanálise seriam derivados, assim como afluentes de um rio maior o qual nomeamos acima. As diferenciações entre estes três tipos de pesquisa (clínica, empírica e conceitual) nos parece muito mais uma medida didática do que propriamente uma realidade, pois todos os movimentos de pesquisa citados no presente capítulo fazem parte disto que Green (2007) chamou de história como um organismo vivo.

Contrariamente a um bom número de colegas psicanalistas, Green (2007) considera de extrema importância – embora possa parecer diferente em função de algumas de suas argumentações – adquirir conhecimento das descobertas da Neurobiologia e se informar sobre as tentativas de desenvolver uma nova epistemologia que englobe os conhecimentos de diferentes domínios. Nesse sentido, identificamos a semelhança entre o modo de pensar de Green e o nosso, pois ele defende a especificidade do campo não com fins de isolamento em uma torre de marfim psicanalítica, mas como uma tentativa de legitimação da

diferença. Inclusive reconhecendo as contribuições que a própria Psicanálise pode oferecer a outras áreas e vice-versa, desde que se respeitem as especificidades de cada campo.

Estas são questões relevantes e que tangem a problemática que irá aparecer, através de Green (2007), em críticas à pesquisa empírica de observação de bebê, essas últimas conduzidas, predominantemente, à luz das novas teorias sobre o conceito neurocientífico “apego” (*Attachment*). É sobre esse ponto que Green e Fonagy tiveram as discordâncias mais importantes. Green (2007) critica a assertiva de Fonagy de que “nós sabemos hoje que muitos fatores que pensamos ter sido criado pelo ambiente têm, na verdade, sua fonte na hereditariedade”, algo que seria uma justificativa para que a Psicanálise corrigisse a sua concepção do recém-nascido pela pesquisa de observação da relação mãe-bebê. Green (2007) põe em questão tal afirmação de diferentes maneiras, afirmando, por exemplo, que Peter Fonagy se apoia sobre uma concepção de hereditariedade que não inclui o papel da epigênese, sendo que todos os pesquisadores interessados nesse domínio o colocam em evidência. Fonagy se apoia sobre estudos quantitativos, por exemplo, sobre gêmeos, os quais, na verdade, fazem uma “análise” dos traços de caráter muito superficialmente. A questão parece um pouco mais complicada e requer um exame mais aprofundado. Em relação ao que é chamado de “dados genético-comportamentais”, nós devemos observar que o comportamento é um conceito dos behavioristas, não dos psicanalistas. Fonagy quer estar em todos os lugares – nas células, no cérebro, no comportamento, mas também na transferência. Uma tal performance é impossível, já que o próprio Green (2007) admite que a boa Ciência implica um número limitado de parâmetros controláveis. Essa perspectiva, que envolve muitos dados, se empenha em realizar uma síntese impossível. Para um analista, não se trata de opor hereditariedade e meio ambiente, mas de saber como a mente do paciente trabalha em tal situação específica provocando reações (de pensamentos, de sentimentos) na análise. O problema que nos interessa não é o da origem das influências, mas seus resultados na vida mental do indivíduo e a relação disso na sua vida interior (Green, 2007).

A preocupação principal de Fonagy é o estudo do desenvolvimento, que a princípio recebe uma crítica capital por Green (2007). Este psicanalista ícone nos lembra que no estado atual de nosso conhecimento, nem sequer existe um

consenso sobre a teoria do desenvolvimento. O mesmo bebê observado por Spitz, Margaret Mahler, Daniel Stern, Esther Bick, Lebovici, Emde ou Winnicott não é o mesmo bebê, e o que se descobre difere de forma significativa de um pesquisador a outro. As ideias de Winnicott e suas descobertas sobre o objeto transicional e os fenômenos transicionais foram um passo fundamental e que não é limitado ao desenvolvimento, já que objetos transicionais nos acompanham por toda a vida, relacionando-se a aspectos importantes da atividade psíquica do adulto.

Uma crítica de Green (2000) a essa *pesquisa empírica* se apoia na concepção de tempo em Psicanálise, muito complexo e muito articulado, como mostrou em seu livro *Le temps éclaté* (Green, 2000). O ponto de vista do desenvolvimento é apenas um entre tantos outros, que podem ser evocados aqui: Há a dupla orientação da atividade psíquica como progressão e regressão; a atemporalidade do *Inconsciente*; o a posteriori; a ação dos fantasmas originários que categorizam as experiências; as teorias sexuais das crianças; a compulsão à repetição; o conceito de verdade histórica, etc. Parece que após Freud, no lugar de pensar de modo a articular e construir o conceito de tempo psicanalítico – algo que o metapsicólogo não fez –, a orientação de certos psicanalistas reduziram e simplificaram em uma concepção *desenvolvimentista* que empobreceu imensamente a teoria freudiana. Por todas essas razões, Green (2007) não pensa que a pesquisa orientada nesse domínio possa ser realmente útil para os psicanalistas. A Psicanálise não é nem a Biologia nem a Sociologia, e menos ainda a Psicologia. E mesmo se lembrarmos que Freud chamava a Psicanálise de Psicologia das profundezas, difere da Psicologia superficial. A Psicologia das profundezas, quer dizer, o estudo da atividade psíquica em relação com o *Inconsciente*, não tem, na visão de Green (2007), praticamente nenhuma relação com a Psicologia. Isso pode suscitar discordâncias. Mas a observação, à exceção dos processos mentais, não é muito apropriada à Psicanálise. A observação da relação mãe-bebê, como toda observação, é sempre das manifestações exteriores de cada parceiro.

Green (2007) conclui as suas críticas à demanda recente de se realizar pesquisa em Psicanálise para a comprovação de suas teorias, fazendo importantes observações que remetem ao que foi tratado na primeira parte da tese. Há meio século, afirma ele, o conhecimento científico conheceu uma revolução decisiva.

Green (2007) não se refere aos computadores, à inteligência artificial ou ao cognitivismo. Ele faz alusão ao domínio mais estendido da epistemologia. Um grupo de biólogos, dentre os quais G. Edelman, H. Atlan, H. von Foerster, J. Didier-Vincent, F. Varela, A. Prochiantz, levaram adiante ou defenderam a teoria da hipercomplexidade. Pode-se adicionar o matemático R. Thom à lista. Edgar Morin estudou amplamente esse assunto nos seus cinco volumes de *O método*. Após tê-lo lido, Green (2007) esclarece que Morin distingue diferentes níveis: o vivente, o indivíduo humano, o social e a espécie. Três princípios regem o pensamento hipercomplexo: 1) o princípio holográfico, onde a parte está no todo que está na parte; 2) boucle recursivo: as causas produzem os efeitos que agem em retorno sobre as causas; 3) o dialógico: que une os termos de uma relação ao mesmo tempo complementar e antagonista.

Por meio desses três princípios, um pensamento plural se organiza, regrado pelas leis da organização e da desorganização. Os níveis mais elevados de complexidade incluem uma estratégia ou um programa, uma promoção da criatividade. O resultado coloca para a frente o pluralismo, a autonomia, as comunicações múltiplas, a hierarquia dos níveis de organização. A organização complexa compreende as incertezas, a liberdade, as desordens, os antagonismos, a concorrência. Morin conclui propondo o indivíduo como o centro da consciência na e para a sociedade. “O cérebro individual é mais complexo que a sociedade, mais complexo que a terra, mais complexo que a galáxia” (Morin, 2001, p. 107, citado por Green, 2007).

A psicanalista Marianne Leuzinger-Bohleber (2002, 2007), que, por sua vez, realizou pesquisa *sobre* Psicanálise na Alemanha, levanta questões controversas, e nesse sentido, interessantes para a nossa discussão. Segundo a autora, a motivação da sua pesquisa consiste no fato de que na Alemanha, desde a restrição de recursos no sistema de saúde, a seriedade científica, a eficácia e a efetividade do tratamento psicanalítico foram colocados em dúvida. Para responder a essa solicitação, o *Deutsche Psychoanalytische Vereinigung* (DPV) realizou uma pesquisa extraclínica da qual fez parte um grupo de 62 psicanalistas. A amostra representativa incluiu ex-pacientes que, entre 1990 e 1993, terminaram seus tratamentos psicoterapêuticos de longa duração junto ao DPV. Quatrocentos e um pacientes foram avaliados com um questionário restrito, 159 com um

questionário exaustivo e 129 com duas entrevistas catamnésicas²⁷ exaustivas e questionários. À semelhança de outros estudos de avaliação de psicoterapia, a amostra era composta por dois terços de mulheres. Considerando as *estimativas globais* do sucesso da psicoterapia, não foi constatado, nesse estudo retrospectivo, diferença entre as psicanálises e as terapias de longa duração.

É importante frisar que, apesar das solicitações de comprovação da eficácia da Psicanálise na Alemanha, é curioso notar, como nos lembra Leuzinger-Bohleber (2007), que a maior parte dos estudos internacionais sérios sobre psicoterapia foram conduzidos por psicanalistas. Citemos, por exemplo, os estudos da Menninger Foundation, ou o Columbia Research Project, o Boston Psychoanalytic Institute Prediction Study, os estudos do New York Institute (ver, entre outros: Wallerstein, 1989; Kachele, 1992; Leuzinger-Bohleber e Stuhr, 1997; Leuzinger-Bohleber et Target, 2002) assim como outros numerosos estudos (entre outros, os Outdoor Reviews do Research Committee da IPA de Fonagy *et al.*, 1998, 2001, etc.). A eficácia da Psicanálise foi, portanto, amplamente comprovada.

Leuzinger-Bohleber (2007) afirma que embora apoie a posição de Marshall Edelson quanto à irrelevância de pesquisa extraclínica em Psicanálise para a prática clínica, ela nos conta que os 62 colegas implicados nessa pesquisa comunicaram unanimemente que suas colaborações ativas lhes trouxeram numerosos enriquecimentos e inspirações para as suas práticas clínicas. Ainda assim, ela sugere que se defenda ofensivamente a especificidade da “nossa Ciência” (Psicanálise) e assevera que para a principal questão clínica – que interpretação dar a qual paciente em análise em que momento e em que contexto? – os resultados dos estudos extra-clínicos não são efetivamente de grande relevância. Somente a pesquisa Psicanalítica clínica pode levar essas questões em consideração.

Leuzinger-Bohleber (2007), que se expressa a partir de um lugar de quem realizou pesquisa empírica não clínica em Psicanálise, pensa que pode ser perigoso se submeter incondicionalmente a um paradigma de pesquisa científica de mensurabilidade e de “controle científico” sendo que o objeto de pesquisa da

²⁷ Catamnésia, de acordo com o *Novo Dicionário Aurélio*, é um termo da medicina e refere-se à história clínica do doente após uma crise ou depois de uma intervenção cirúrgica, até o seu pleno restabelecimento (corresponde, em geral, à expressão inglês, *follow-up*).

Psicanálise – as fantasias e conflitos inconscientes – suprime-se à observação direta. E na situação psicanalítica somente aparece à percepção e à reflexão por meio de um modo singular. Essa psicanalista alerta que se a Psicanálise renunciar à sua independência como disciplina científica e método clínico-terapêutico, ela perderá precisamente a sua força de rebelião e sua criatividade intelectual, que a tornou interessante e indispensável para outras disciplinas científicas, para a Literatura e para a Arte. Por outro lado, se a Psicanálise pretende se definir como método de tratamento sustentado pelo poder público, não pode alegar a sua particularidade científica e se eximir à verificação de sua eficácia.

Ao se considerar o discurso científico-teórico atual sobre a pluralidade das Ciências (sobretudo em Hampe, 2000), a Psicanálise se encontra em muito boa companhia quando se esforça, nos cânones das Ciências contemporâneas, a sustentar a *especificidade das suas experiências profissionais* (no seio do quadro psicanalítico característico), do seu *objeto de pesquisa* (desejo e conflitos inconscientes, etc.), dos seus *métodos de pesquisa* (análise da transferência e da contratransferência, associação livre, atenção flutuante, análise dos sonhos, etc.) e dos seus *critérios de verificação específicos de hipóteses psicanalíticas* (nas pesquisas clínica ou extraclínica). A essas características, ela acrescenta a seguinte tese: a pesquisa psicanalítica focaliza sempre a idiosincrasia do caso particular (pacientes individuais com percursos de vida e de sofrimento únicos) (Leuzinger-Bohleber, 2007).

Diante dessas características, Leuzinger-Bohleber (2007) afirma que esse tipo de pesquisa que realizou, que inclui etapas de abstração crescentes e onde se busca o geral no particular, é extremamente problemática para o campo psicanalítico. O que não necessariamente gera impedimento, mas exige tenacidade do pesquisador psicanalista para que a especificidade do “pensamento psicanalítico” (nos termos de Green) seja sustentada. Isso pôde ser constatado nas análises dos entrevistadores, sobretudo qualitativas. Estas análises levaram frequentemente a apreciações complexas, difíceis de resumir, pois elas deixaram ainda muitos pontos em suspenso e colocaram questões que esse grupo submeteu à discussão por ocasião de muitos encontros na DPV e de colóquios internacionais (Londres, 2000; Santiago do Chile, 2002; Paris, 2000; Chicago, 2000; Nova Iorque, 2001; Praga, 2002).

Nessa pesquisa, havia representantes de escolas psicanalíticas as mais variadas. Não foi constatado entre os colegas que suas linhas (escolas teóricas) de Psicanálise restringissem de maneira rígida seus horizontes de percepção e de conhecimento. Os conceitos teóricos pessoais foram aplicados ao material clínico de maneira prudente e experimental e adaptadas de maneira plástica às novas experiências. Foi observado entre esse grupo de psicanalistas um “fluxo aberto de autocrítica” de processos circulares de percepção e conhecimento: eles se encontraram em um processo de reflexão e de mudança ininterrupta entre a teoria e a *práxis* (Leuzinger-Bohleber, 2007). Note-se que essa conclusão difere do que Green (2007) constatou sobre a falta de consenso entre os psicanalistas de diferentes escolas teóricas, na pesquisa clínica que realizou por dois anos (supracitada).

Algo que nos surpreendeu, já que tendemos a pensar de forma diferente, é que uma grande parte de analistas que participaram ativamente dessa pesquisa adquiriram a impressão de que a pesquisa extraclínica, e não somente a pesquisa clínica, pode ser um empreendimento promissor em Psicanálise, na medida em que ela pode alargar nosso horizonte de pesquisa – a serviço do progresso de nossa Ciência específica, a Psicanálise. Apesar de discordamos desse ponto, e defendermos que o que alarga o campo seriam as pesquisas clínico-conceituais – referentes ao procedimento que tem Freud como modelo mestre – não podemos sonegar essas conclusões alheias, que nos deixam, enfim, com um ponto de interrogação. Pensamos que qualquer pesquisa pode enriquecer a mente do pesquisador, e deve ser principalmente realizada se for uma exigência de órgãos financiadores, como foi o caso da Alemanha. Mas não concordamos com a visão de que elas possam, por si só, garantir o progresso da Psicanálise. A Psicanálise, diferente, por exemplo, da Psicologia, da Antropologia, da Economia, etc. tem a sua especificidade de construir seus conhecimentos que diferem desses últimos. Concluimos que a relevância de tais pesquisas se direcionam muito mais para demandas externas do que internas ao campo psicanalítico.

3.6

O Método baseado na investigação clínico-conceitual como a empiria da Psicanálise

Pretendemos defender, neste último capítulo, a nossa tese propriamente dita, qual seja a legitimidade do método psicanalítico *per se*, prescindindo de outras metodologias externas ao seu campo – por exemplo, a experimental, como pretende Kandel (1999) – para a produção de conhecimento científico. Este último entendido aqui como um sistema aberto, em constante transformação, não dogmático, podendo ser refutado, e calcado em um método que possui uma coerência interna dentro do próprio campo. Vale frisar que este último capítulo foi fortemente inspirado nas ricas contribuições e esclarecimentos oferecidos pelo psicanalista Luis Cláudio Figueiredo, no que concerne às pontes entre as pesquisas clínica, empírica e conceitual.

Apenas fazendo um adendo, recorramos a Dunker (2013), que por sua vez, nos ajuda a tratar de uma questão essencial para a nossa defesa. Importa-nos discernir eficácia terapêutica e cientificidade; isto pois nosso foco central é defender que o método psicanalítico, com todos os seus setores institucionais, é um legítimo produtor de conhecimento científico. Isso difere da tentativa de mostrar eficácia terapêutica, que inclusive pode ser alcançada em formatos não científicos. Nesse sentido, há por um lado uma série de estudos comparativos sobre eficácia da Psicanálise como forma de tratamento. Houve um primeiro momento em que Psicanálise era descartada do páreo. Não se sabia como enquadrar seus resultados de forma comparativa e segundo os critérios que ela mesma poderia oferecer. Seguiu-se mais recentemente, como mostramos nos capítulos anteriores de forma panorâmica, uma série de pesquisas científicas e meta-análises mostrando como a psicoterapia dinâmica de longo prazo (Leichsenring & Rabung, 2008) apresenta efeitos mais consistentes (Huber *et al.*, 2012), mais permanentes e mais abrangentes que a maior parte das psicoterapias conhecidas (Doidge, 1997). Essas pesquisas utilizam métodos estatísticos complexos capazes de incorporar dados obtidos por meios e modalidades de apresentação muito divergentes entre si. Nesse sentido, o problema se desdobra indefinidamente para a comparação entre tipos de patologias, diferença para

adultos ou crianças (Fonagy & Target, 1996), contextos culturais e institucionais (Cantin, 1999), extensão e qualidade da experiência do psicanalista, linhagens e sublinhagens psicanalíticas. Para todos estes casos há pesquisas que comprovam a eficácia do tratamento psicanalítico. Note-se que esses estudos não comprovam a cientificidade da Psicanálise, mas a sua eficácia. Sobre este último ponto de Dunker (2013) podemos pensar que a cientificidade da Psicanálise não é algo que possa ser comprovada por pesquisas. Apenas defendida, reconhecida em função de pontos de vista sobre o que seja Ciência. Retomando Dunker (2013), um xamã amazônico que utiliza plantas mágicas, que contêm princípios ativos não sabidos pelo próprio agente da cura, não está praticando Ciência, mesmo que seja extremamente eficaz. A eficácia simbólica (Lévi-Strauss, 1953/1988) é um fenômeno interveniente na cura, assim como o efeito placebo, nenhum dos dois é um argumento de cientificidade, mas de efetividade técnica. A cientificidade é um atributo do método, a efetividade um predicado da técnica. Com essas considerações de Dunker (2013) podemos concluir que, se o que estamos pretendendo é defender a legitimidade do método psicanalítico *per se* para a produção de conhecimento científico, este propósito não poderá ser feito pela via da comprovação de eficácia. É sobre o método que devemos focar o nosso olhar.

Figueiredo (2013) nos lembra que, para Freud, a Psicanálise também é um saber empírico, em contraposição ao puramente conceitual e especulativo – próprio à Filosofia. Dessa forma, a oposição entre “pesquisa empírica” e “pesquisa clínica” não parece fazer muito sentido a partir dessa ótica. A pesquisa empírica, conduzida por Stern, Fonagy, Emde e outros, salienta Figueiredo (2013), poderia muito bem ser chamada de “pesquisa observacional e experimental”. A distinção que costuma ser feita entre pesquisa empírica e pesquisa clínica traz consigo a suposição absolutamente equivocada de que pesquisa clínica seria menos empírica que a outra. Mais ainda, a distinção entre pesquisa clínica e pesquisa conceitual igualmente sugere que a pesquisa clínica não seja conceitual. Essas ideias de L.C. Figueiredo (2013) nos ajudam a sustentar nossa tese de haver um método (psicanalítico) no qual está contido ao mesmo tempo o âmbito empírico, clínico e conceitual.

Dando desdobramento a esta questão das relações entre pesquisas empírica, clínica e conceitual, um ponto importante que carece de esclarecimento

remete à relação entre a atitude clínica e a atitude do pesquisador. Em diferentes passagens, Freud afirma a íntima conexão entre pesquisa e clínica, seja simplesmente colocando lado a lado estas dimensões de sua prática, como no artigo para a *Enciclopédia* (1923a [1922]/1976) – “(1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula em uma nova disciplina científica” (Freud, 1923a [1922]/1976, p. 287) –, seja mostrando como interagem e se alimentam mutuamente, em *A questão da análise leiga* (Freud, 1926/1976) (Figueiredo, 2013).

É importante ressaltar, como alega Freud (1912/1969), que pode haver uma incompatibilidade entre a atitude do clínico e a atitude do pesquisador, como podemos observar nas *Recomendações* de 1912:

“Uma das reivindicações da psicanálise em seu favor é, indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem; não obstante, após certo ponto, a técnica exigida por uma opõe-se à requerida pelo outro. Não é bom trabalhar cientificamente num caso enquanto o tratamento ainda está continuando – reunir sua estrutura, tentar predizer seu progresso futuro e obter, de tempos em tempos, um quadro do estado atual das coisas, como o interesse exigiria. Casos que são dedicados, desde o princípio, a propósitos científicos, e assim tratados, sofrem em seu resultado; enquanto os casos mais bem-sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se os enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições. A conduta correta para um analista reside em oscilar, de acordo com a necessidade, de uma atitude mental para a outra, em evitar especulação ou meditação sobre os casos, enquanto eles estão em análise, e em somente submeter o material obtido a um processo sintético de pensamento após a análise ter sido concluída (Freud, 1912/1969, p. 152-153)”.

É neste próprio contexto, portanto, que as duas atitudes se diferenciam e é nele mesmo que elas precisam se conciliar, sendo que uma – a científica – procura metodicamente (e inventa) ordem, e a outra – a clínica – tolera a surpresa e reviravoltas do tratamento. Esta é uma questão técnica e, mais ainda, uma questão ética que diferencia a atitude do pesquisador da do clínico (Figueiredo, 2012).

Não pretendemos colocar em oposição a clínica e as pesquisas provenientes de outras fontes e de outras situações que não a situação analisante ela mesma. A diferença entre pesquisa clínica e a dita pesquisa empírica –

observacional e experimental – é de ordem metodológica, já que para todos os pesquisadores em confronto alguma *experiência* está na base dos conceitos e teorias. Para que os resultados das pesquisas observacionais e experimentais sejam úteis à Psicanálise é preciso que sejam lidos e interpretados por um psicanalista que se sustente em sua posição e opere no “estado especial de mente” que lhe é próprio. A base empírica da Psicanálise é a própria prática psicanalítica em uma situação analisante complexa que inclui paciente e analista em um enquadre específico, e não um objeto a ser observado “de fora” e manipulado experimentalmente (Figueiredo, 2013).

Para aprofundar a nossa compreensão do que representa a especificidade metodológica e/ou epistemológica da Psicanálise, nada melhor do que recorrer a Bion, em função da continuidade oferecida por este psicanalista ícone em relação às recomendações feitas por Freud. Isto pois, de acordo com o tradutor Paulo Cesar Sandler, a obra de Bion *Attention and Interpretation* (1970/2006) aperfeiçoa os métodos de observação científicos não positivistas da Psicanálise. Não parecem ter sido amplamente aproveitados pelo *establishment* psicanalítico, mas tem sido inegável seu impacto. A semelhança entre a Psicanálise e a Medicina, para a maioria dos objetivos, rende comparações esclarecedoras e modelos que facilitam a discussão. Mas, quanto mais vemos do que se trata a experiência de análise, mais inadequados esses modelos se tornam para defini-la, relatá-la ou aplicá-la.

Fenômenos que fazem parte da área de investigação psicanalítica, como por exemplo, medo, pânico, amor, ansiedade, paixão, não têm “base” sensorial, embora haja aspectos sensoriais correlatos, tais como ritmo respiratório, somatizações, etc. Esses últimos são frequentemente – e, por engano, segundo Bion (1970/2006) – *identificados* às realidades com as quais a Psicanálise lida. Nesse sentido, o autor sugere que a necessidade não é de uma base para a Psicanálise e suas teorias, mas sim que a Psicanálise seja identificada como uma Ciência que não esteja restrita ao conhecimento de base sensorial. Essa dificuldade não invalida o fato de que também em outras áreas de investigação científica, e não apenas na Psicanálise, não se pode enunciar os eventos de modo direto, indubitável ou incorrigível (Bion, 1970/2006).

Bion sugere que se considere a *Psicanálise* como um termo que liga uma conjunção constante. Para compreendermos o que está sendo conjugado e o que a

conjunção significa, serão necessários anos, segundo ele. Bion questiona-se se será possível fazê-lo em termos verbais (Bion, 1970/2006).

A ideia difundida desde os primórdios da Psicanálise a respeito da sua não cientificidade, discutida na parte I da tese, encontra respaldo na impossibilidade de matematizá-la. Bion (1970/2006) reforça essa crítica argumentando que as matemáticas disponíveis não fornecem formulações adequadas ao analista, e problematiza ainda mais a questão ao admitir que o mesmo é verdade a respeito das verbalizações disponíveis. Talvez essa afirmação de Bion possa ser considerada um paradoxo, algo inerentemente irresolúvel.

Embora Bion (1970/2006) admita a quase impossibilidade de se compreender o que está sendo conjugado na “conjunção constante que o termo Psicanálise liga”, ele fornece algumas pistas, mas que como sugere o seu texto, talvez sejam apenas compreendidas por *psicanalistas praticantes*. Segundo ele, o poder da Psicanálise demonstra a qualquer *psicanalista praticante* que adjetivos como “completo” ou “pleno” não têm lugar como qualificativos de “análise”. Quanto mais a investigação se aproxima da completude, mais claro fica que por mais prolongada que seja uma análise, ela representa apenas o início de uma investigação. *Ela estimula o crescimento do âmbito que investiga*. Se for verdade que a proporção do que é conhecido perante o que é desconhecido é tão pequena no *final* de uma análise, ela deve ser menor ainda *durante* a análise. Portanto, gastar tempo com o que foi descoberto é ficar concentrado em uma irrelevância. O que interessa é o desconhecido, e sobre ele é que o analista deve focalizar sua atenção.

Ao afirmar que o analista deve focalizar sua atenção no desconhecido, Bion (1970/2006) parece estar aprofundando a noção de *atenção flutuante* de Freud, recomendação técnica fundamental para se aproximar do objeto de investigação da Psicanálise: o *Inconsciente*. Para Bion (1970/2006), focalizar sua atenção no desconhecido refere-se a uma atitude mental para permitir que o inconsciente do analista capte as comunicações inconscientes do analisando, abdicando da memória, do desejo e da compreensão que são os instrumentos comuns e habituais com que se trabalha a vida. O trabalho do analista é lidar com fenômenos que não são sensoriais, o que, segundo Bion (1970/2006) possibilita ao

analista a capacidade de intuir uma realidade psíquica – do analisando – para a qual não existe imagem sensorial conhecida.

Podemos aprender com Freud que há uma unidade paradoxal entre a clínica psicanalítica e a pesquisa psicanalítica. Nesse sentido, algo que ajuda a pensar é a ideia de haver um modo de produzir conhecimento completamente fora dos cânones da metodologia científica, sem projetos e planejamentos, sem regras e receitas, sem hipóteses e testes bem delineados, sem controle consciente. Em uma carta a Ferenczi, datada de 13 de julho de 1915, Freud refere-se à emergência destas descobertas e invenções teóricas como “*visitas que aparecem inesperadamente dentro de casa quando estamos ocupados com pesquisas de detalhes*”.

Assim, as atitudes se contrapõem, e a opção do psicanalista – e mesmo a do pesquisador clínico em Psicanálise – deve ser clara: a atitude clínica deve prevalecer. Não só por razões éticas, como salienta Figueiredo (2013), pois o compromisso com o sofrimento do paciente vem em primeiro lugar, mas porque a própria atividade de pesquisa clínica depende da sustentação do interesse clínico: os ‘dados primários da experiência’ sobre os quais pode ser exercitada a pesquisa psicanalítica se falseariam se a atitude de pesquisa prevalecesse desde o começo ou a maior parte do tempo. Freud fala mesmo em uma certa alternância entre as atitudes, mas é claro o que, segundo ele, deve predominar para que haja Psicanálise: a atitude clínica. A atitude dita científica permanece, por assim dizer, às margens do processo: anotações ao fim do dia e, mais ainda, elaborações depois do tratamento encerrado (Figueiredo, 2013).

Como podemos acompanhar no texto de 1912, a clínica psicanalítica se faz a partir de uma posição subjetiva que é a da entrega do analista aos jogos e entrejogos (falta-nos, infelizmente, a palavra francesa *enjeu*) do inconsciente: em primeiro lugar, memórias inconscientes:

Deve-se afastar qualquer ingerência da consciência sobre sua capacidade de fixar [acontecimentos da sessão] para abandonar-se inteiramente a suas memórias inconscientes (Freud, 1912/1969, p. 112).

Mas também deslocamentos, condensações e figurações são imprescindíveis na condução da análise, caracterizando o estado especial de mente do analista em sua prática: um estado de *rêverie*, como diríamos a partir de Bion,

em que conceitos e teorias da Psicanálise, mesclados a tantos outros elementos cognitivos e afetivos do analista, produzem seu trabalho metaforizante. É neste estado, fundamentalmente, que emergem no analista as fantasias que, submetidas a muito trabalho psíquico começarão a se constituir em hipóteses teóricas, sem perderem, contudo, a conexão com suas origens e com o inesperado de suas emergências (“visitas inesperadas dentro de casa”); ou seja, enquanto em outros campos os processos sublimatórios das fantasias infantis podem almejar a criação de um produto ascético e ideal, no caso da Psicanálise, será necessário aceitar uma presença forte das origens, mesmo nos discursos mais rigorosos e abstratos como os metapsicológicos. Em outras palavras, a pulsionalidade não pode ser extirpada das teorias psicanalíticas, ainda que estas se coloquem em um nível de alta abstração, o que estabelece um limite aos processos sublimatórios e ao formalismo metodológico (Figueiredo, 2013).

Figueiredo (2012) reforça que se a pesquisa clínica, ciosa de sua pretensão científica cancelasse ou abortasse tais *enjeux* dos processos primários, se a atitude de pesquisador impusesse uma dominância dos processos secundários na clínica, não só esta ficaria comprometida, como a própria pesquisa destruiria seu objeto e, portanto, a si mesma. Não pretendemos, com essas ideias, reduzir a importância da pesquisa, e dos conceitos e teorias que ela produz, corrige, desenvolve ou supera, para a clínica da Psicanálise. No entanto, é essa duplicidade que vai, justamente, caracterizar a natureza paradoxal da junção entre clínica e pesquisa no nosso campo.

Práticas clínicas e práticas de pesquisa suplementam-se: unem-se e separam-se, apoiam-se e contradizem-se, de acordo com Freud, sendo muitas vezes necessário sacrificar a pesquisa para salvá-la mais adiante (bem como fazer pesquisa para salvar a clínica mais adiante, o que se verá a seguir). Os promotores das chamadas pesquisas empíricas e conceituais, justamente porque não estão dispostos a sacrificá-las, vão ainda mais longe: destroem a situação analisante, matam a Psicanálise e com ela qualquer possibilidade de pesquisa relevante à clínica e à produção de conhecimento neste terreno. É como matar a galinha dos ovos de ouro para obtê-los todos de uma só vez e bem limpinhos e brilhantes na forma de objetividade a todo custo, clareza e coerência, doa a quem doer. Ao não sacrificar os métodos e objetivos científicos, sacrificamos e perdemos nosso

objeto. E também cabe-nos admitir o grau limitado de ‘matematização’²⁸ possível às teorias psicanalíticas para que elas não percam os vínculos com suas raízes nas fantasias sexuais e agressivas geradas na situação analisante. Sem tais vinculações, as teorias da Psicanálise viram uma pura imitação do que se tenta, mal ou bem, alcançar, nas Ciências Naturais e exatas, e perdem, o que é o mais grave, sua eficácia na situação analisante. Convém, tendo isso em mente, avançar na direção de um esboço de proposta para a pesquisa clínica psicanalítica (Figueiredo, 2012).

É importante estabelecer aqui uma aproximação inicial do significado do método clínico de pesquisa em Psicanálise, considerando logo de início os assim chamados *dados primários*, obtidos graças à experiência clínica na situação analisante. É essencial reconhecer e respeitar, em primeiro lugar, a natureza dos ‘dados primários’ da experiência da Psicanálise e sua presença essencial na pesquisa psicanalítica: sejam invenções ou descobertas, sejam legitimações dos saberes – conceitos e teorias –, nada pode acontecer sem o contato com os dados primários da experiência clínica na situação analisante.

A pesquisa da especificidade psicanalítica partirá necessariamente dos assim chamados “dados singulares”, não apenas provenientes do paciente, da sua comunicação verbal e não verbal, mas também conteúdos que provêm do analista, incluindo as emergências das memórias inconscientes e das fantasias do analista, suas resistências (Figueiredo, 2012).

Nesse sentido, qualquer pesquisa em Psicanálise parte de todo um material muito complexo – o objeto da pesquisa clínica – que exigirá elaborações e perlaborações contínuas e intermináveis para se transformar em teoria – além de um trabalho permanente para não se enrijecer em doutrina. Sem este contato com seu objeto de trabalho e de conhecimento, não haverá nem análise, tampouco pesquisa clínica (Figueiredo, 2012).

Figueiredo (2012) oferece importantes esclarecimentos que vão ao encontro do que pensamos no caso de um analista interessado em realizar pesquisa em Psicanálise. Este deve partir de sujeitos singulares, tratando-os como casos únicos. Um caso único pode se agregar na formação de certas imagens geradoras e de invenções conceituais e achados empíricos, mas isto só será

²⁸ Falamos em ‘matematização’ no sentido amplo: não se trata de quantificar, mas de organizar na forma de uma linguagem exata apta ao cálculo.

possível se cada caso puder ser pensado na situação analisante. Nas palavras de Figueiredo (2012):

“é necessário aprofundar-se nos subterrâneos e embrenhar-se nas vísceras do caso único para, a partir daí, constituir o alcance universal dos saberes psicanalíticos. Saberes que não se assemelham a nenhuma ‘medida central’, do gênero ‘média’, ‘moda’ ou ‘mediana’, no contexto das ‘leis gerais’ de uma ciência nomotética, nem se configuram como elementos de uma tipologia que nos sirva de grade de leitura e classificação dos casos” (Figueiredo, 2012, p.178).

Desse modo colocado por Figueiredo (2012), podemos pensar que conceitos universais só servirão ao analista se estiverem em acordo e se mantiverem intrínsecos aos movimentos do vai e vem clínico-conceitual, ou seja, se permitir um retorno às situações analisantes singulares, para não somente ajudar a compreendê-las, mas também permitir que evoluam gerando novas transformações. Dessa forma, em vez de fabricar uma teoria a ser aplicada, os conceitos psicanalíticos funcionam como teoria praticada, inseridos em uma prática transformadora. As *construções de caso* revelam sua eficácia como dispositivos de validação dos conceitos da Psicanálise, algo que aprendemos com Freud, Melanie Klein, Bion, Winnicott e tantos outros.

O termo epistemopatia, cunhado por Daniel Delouya (2003), permite-nos pensar a epistemologia da Psicanálise de forma mais adequada. Sendo assim, pesquisas empíricas observacionais e experimentais, fora da situação analisante, e também pesquisas conceituais ‘puras’ passam ao largo do sofrimento e nada têm a ver com as questões epistemopáticas. Para tanto, faz-se necessário enfatizar o caso único como ponto de partida e de chegada, já que o que move a clínica é o *sofrimento* de um sujeito e as nossas respostas a este sofrimento.

Figueiredo (2013) nos ajuda a pensar que na observação externa e na manipulação experimental, o pesquisador atua com sua consciência com um controle metódico e tem acesso aos comportamentos de seus objetos (mãe e bebê, por exemplo, mas também analista e paciente). Já na prática analítica na situação analisante, o analista participa com seu inconsciente procurando sintonizá-lo ao inconsciente do paciente; vale dizer, o campo de “observação” clínica psicanalítica compõe-se das dimensões inconscientes de ambos os participantes. Green e C. Bollas insistem sobre a recepção inconsciente do inconsciente, tal como afirmado por Freud, quando indica a comunicação entre inconscientes como indispensável ao trabalho da Psicanálise.

É digno de nota que mesmo as teorias mais bem formadas podem se converter em doutrinas (Fédida, 1978). Enquanto doutrinas, ganham pretensões totalitárias, convertem-se em sistemas defensivos a serviço das resistências do analista. Já não têm a função metaforizante da abertura. O mais complicado é quando passam de doutrinas para ‘palavras de passe’. Perdem o seu estatuto de conceitos – mesmo que mal usados. É o caso de, por exemplo, de ‘sujeito suposto saber’ entre alguns lacanianos, ‘identificação projetiva’ entre alguns kleinianos e ‘falso self’ entre alguns winnicottianos. Basta dar a senha para que as portas da escola se abram sorridentes (Figueiredo, 2012).

Acreditamos que a importância da pesquisa clínica no sentido amplo, a que não resultará em escritos e descobertas ou invenções originais, consiste na necessidade de manutenção do inacabamento essencial das teorias. É o que sustenta a escuta não saturada: a pesquisa converte os sistemas de pensamento em verdadeiras teorias, meios e vias de contato com as alteridades. Mas este processo de inacabamento liga-se diretamente à sustentação do uso metaforizante (meta transferencial) das teorias psicanalíticas (Figueiredo, 2013).

Um aspecto relevante que não pode deixar de ser tratado aqui, com a ajuda de Figueiredo (2012), remete ao assim chamado *setting psicanalítico* (enquadre, em português), a partir da sua dupla dimensão (pré-edípica e edípica): por um lado, há a oferta de um dispositivo para as emergências subjetivas do paciente, como um ambiente materno de acolhimento de fantasias e angústias muito primitivas, e por outro lado, se configura como o elemento que introduz o terceiro – o *Método*, colocando-se entre paciente e analista – e, portanto, as interdições e ameaças, com suas fantasias e angústias próprias. Nesse sentido, dimensões pré-edípicas e edípicas estão aí operantes e, em *cada caso*, serão experimentadas de um modo *particular*, conforme as necessidades, desejos e ansiedades do sujeito, propiciando as emergências pulsionais, mobilizando os processos inconscientes do paciente e do analista. Este é o nosso laboratório, como nos diz Antonino Ferro, e dele provêm nossos dados (Figueiredo, 2012).

Vale pontuar a importância de algo fundamental no *setting* que remete à fala metafórica, uma dimensão associada à criatividade, à abertura e à ambiguidade. São dimensões que atrapalham quem espera da língua, univocidade. Os cientistas naturais, ao formularem suas hipóteses tentam reduzir criatividade,

abertura e ambiguidade das linguagens para poder testá-las. Idealmente, gostariam de trabalhar com linguagens artificiais, mais aptas ao cálculo e menos sujeitas a mal-entendidos. Os que praticam a pesquisa conceitual, igualmente, esforçam-se para tornar os termos unívocos, os sistemas conceituais bem organizados e fechados em si mesmos. Neste mundo, a fala metafórica é um escândalo a ser reprimido, mas é neste mundo que os psicanalistas e suas teorias precisam transitar (Figueiredo, 2013).

Sobre as metáforas como alicerce psicanalítico, Donald Davidson (1984) nos ensina que estas nos remetem mais a certo modo de uso das palavras do que a algum significado especial que as palavras adquirem em suas funções metaforizantes. A rigor, afirma Davidson (1984), as metáforas não têm significado algum além dos significados literais de suas palavras. Por outro lado, todas as metáforas fazem afirmações falsas (é uma tolice factual dizer que alguém caiu das nuvens), o que não quer dizer que não nos propiciem uma experiência de verdade, e não só nas Artes e na Literatura, mas na Filosofia e nas Ciências. Finalmente, é com esta afirmação que o texto de Davidson (1984) se inicia, “*a metáfora é o trabalho de sonho da linguagem*”, o que sugere que a fala metafórica assinala uma dimensão intrínseca – e permanente – da linguagem humana, uma dimensão associada à sua criatividade.

CONCLUSÃO

“Com um século de existência, a psicanálise já possui uma história rica e muito movimentada. Já foi sacudida por rupturas dilacerantes. Já foi perseguida pelos regimes totalitários. Já foi ameaçada de anexação pela psiquiatria. Já teve de enfrentar a concorrência de terapias pretensamente mais eficazes. Já foi acusada de ideologia pequeno-burguesa ou de charlatanismo. A tudo e a todos, resistiu. Sua autodeterminação é um fato incontestável. Sua luz continua a brilhar e iluminar nossa inteligência. É até possível que ela venha a deixar de existir, um dia. Mas seu desaparecimento ou morte será por velhice, de morte natural, não pelo assassinato da refutabilidade epistemológica. Enquanto isso, prossegue seu caminho como uma disciplina do saber ainda bastante “indisciplinada”, tendo um estatuto ainda não totalmente determinado e definido, posto situar-se no entrecruzamento da biologia, da linguística, da psicopatologia e da antropologia, numa espécie de antecâmara das ciências propriamente ditas, quer dizer, oficialmente reconhecidas como institucionalizadas de pleno direito” (Japiassu, 1989, p. 13)

A partir deste panorama belamente expresso por Japiassu (1989), pretendemos destacar, na presente conclusão, alguns pontos que nos pareceram centrais a partir do que foi apresentado ao longo da tese. Por exemplo, o engano frequente que se comete entre eficácia terapêutica e legitimidade do método para produzir conhecimento científico. Como nos exemplifica Dunker (2013), um xamã amazônico que utiliza plantas mágicas, que contém princípios ativos não sabidos pelo próprio agente da cura, não está praticando Ciência, mesmo que seja extremamente eficaz.

Outro ponto a ser destacado remete à participação, na *démarche* psicanalítica, dos âmbitos clínico, conceitual e empírico como composito, de um modo específico, o método psicanalítico. Nesse sentido, observamos uma relação intrínseca entre tratamento/cura e pesquisa. Contamos também com Elizabeth Roudinesco (2010) no sentido de perceber que os psicanalistas precisam se manifestar publicamente, não por uma questão de necessidade de evolução da própria Ciência, mas como uma forma de exercer uma política de inserção da Psicanálise na comunidade científica. Como expresso por Japiassu na citação acima, a Psicanálise “prossegue seu caminho como uma disciplina do saber ainda bastante “indisciplinada” (...) e situa-se numa espécie de antecâmara das ciências propriamente ditas, quer dizer, oficialmente reconhecidas como institucionalizadas de pleno direito” (Japiassu, 1989, p. 13).

No intuito de investigarmos discussões que abranjam a (a)cientificidade da Psicanálise, apresentamos, na primeira parte da tese, um amplo histórico do movimento psicanalítico desde os seus primórdios, além de discussões mais tradicionais sobre origens e desvios epistemológicos do freudismo dispostas por Paul-Laurent Assoun (1981), em sua *Introdução à epistemologia freudiana*. Abordamos, em seguida, críticas popperianas (Popper, 1972; Grünbaum, 1984; Klimovsky, 1987) à cientificidade da Psicanálise, não por sua relevância para o campo psicanalítico propriamente dito, mas por terem sido bastante difundidas. Incluímos ainda algumas considerações de Thomas Kuhn (1962/1998) sobre o estatuto da Psicanálise como uma pré-ciência, que foram colocadas em evidência pela comunidade científica em geral. E concluímos essa primeira parte com a ajuda do antropólogo da Ciência Bruno Latour (2000), que permite pensar sobre os trânsitos conturbados das vias que ligam Ciência e Sociedade.

O nosso objetivo nesta primeira parte foi preparar o terreno, investigando a cientificidade da Psicanálise para enfim pensarmos sobre a especificidade de seu método. Concluímos que o problema da cientificidade da Psicanálise pode ser deslocado para o problema do que venha a ser Ciência. Com a ajuda de Bruno Latour (2000), mostramos como essa discussão é menos baseada numa ideia de Ciência como discurso verdadeiro, mas na ideia de Ciência como um discurso, dentre outros, já que a definição de verdade não se faz apenas no plano da razão, mas também no terreno da política. Como defende Kuhn (1962/1998), a Ciência não evolui de acordo com uma lógica que regularia tanto as teorias quanto as seleções desta, mas através de jogos de relações sociais que se dão no interior das comunidades científicas. Flexibilizamos o que é Ciência para em seguida flexibilizarmos o que é método.

Na segunda parte do nosso trabalho, nos dedicamos a apresentar discussões e querelas mais contemporâneas envolvendo o método psicanalítico. Estas discussões têm como tema central as demandas relativamente recentes e, em muitos casos, externas ao campo psicanalítico, de comprovação da legitimidade do método psicanalítico como capaz de produzir conhecimento científico. Apresentamos adesões de alguns psicanalistas contemporâneos, inclusive da IPA, a partir da criação de comitês de pesquisa, para responder a essas demandas. Com isso, observamos um movimento social se organizando como resposta a um

discurso que defende a ilegitimidade da Psicanálise, discurso este, que como mostramos no início da tese, remonta aos seu primórdios.

É importante lembrar que o autor central contra o qual argumentamos é Eric Kandel (1999), já que este prêmio Nobel da Ciência é porta-voz de uma forma de pensar que não legitima a especificidade da Psicanálise no que se refere ao seu modo de investigar e produzir conhecimento. Para Kandel (1999), a Psicanálise entrou em declínio no século XXI e para conseguir retomar seu progresso anterior, deveria se aproximar da Neurociência, em termos metodológicos e conceituais, experimentalizando-se a fim de testar suas hipóteses. Para nós, esta visão é um engano, já que a Psicanálise possui um método próprio capaz de fazer a sua Ciência progredir, com percalços inerentes a qualquer área da Ciência.

Pensamos que seja possível fazer pesquisa experimental ou qualquer que seja o modelo de pesquisa *sobre* Psicanálise. E entendemos que estas sejam necessárias, se forem realizadas no intuito de responder a demandas externas, como é o caso da Alemanha, a partir de solicitações governamentais (Leuzinger-Bohleber, 2007). Trata-se, neste caso, de uma política de inserção no sistema de saúde pública alemão. Mas não consideramos que tais pesquisas sejam essenciais para o psicanalista que busca subsídios e alicerces para melhor atender seus pacientes. Cunhamos uma expressão para este tipo de formato epistemológico, qual seja, método baseado na investigação clínico-conceitual, como a empiria da Psicanálise. Este modelo, comumente chamado de pesquisa em Psicanálise, tem a sua singularidade, cuja modificação geraria nada menos do que uma descaracterização do campo.

Demandas externas de comprovação da Psicanálise geraram desentendimentos entre psicanalistas, ou geraram a própria evasão da sua especificidade, observada, por exemplo, com a fundação da Neuro-psicanálise. Não temos nenhuma restrição em relação a pesquisas interdisciplinares desde que sejam assim nomeadas, do contrário, haveria um desrespeito à especificidade epistemológica de cada campo, além de privilegiar um modelo epistemológico em detrimento do outro. Nesse caso, a submissão da Psicanálise aos procedimentos e às características da Neurociência. Este é um pequeno exemplo do que pensamos configurar-se como um movimento, de muitos, que pode chegar a uma

descaracterização da Psicanálise. O nosso objetivo não foi o de apresentar soluções, e sim propor uma cartografia para que novas questões pudessem surgir. Pretendíamos, no entanto, defender e preservar a especificidade e a singularidade do método psicanalítico, além de frisar que a Psicanálise é capaz de produzir conhecimento científico pelos seus próprios meios, com o seu próprio método.

Identificamos, entre os autores pesquisados, dificuldades em se distinguir ou aproximar diferentes modalidades de pesquisa, seja clínica, empírica ou conceitual, além da dificuldade de muitos autores, embora integrantes da IPA, em legitimar a especificidade do método psicanalítico como o entendemos: um método inventado por Freud, segundo alguns desde o caso Dora e segundo outros, mesmo antes, tendo início em *Estudos sobre histeria*. Trata-se de uma forma específica de atender o paciente, de pesquisar e construir o saber. Um saber que nasce na clínica e, ao mesmo tempo, retorna para a clínica como fonte de saber, promovendo alicerces para o desenvolvimento do trabalho analítico.

Na nossa perspectiva, estas modalidades de pesquisa se interconectam e até certo ponto se indiferenciam no campo psicanalítico. Daí cunharmos a expressão referente ao método psicanalítico como abrangendo as três modalidades, nos seguintes termos: *método baseado na investigação clínico-conceitual, como a empiria da psicanálise*. Note-se que o termo investigação inclui pesquisa mas é mais amplo, pois também inclui o trabalho de um psicanalista que conduz a sua clínica sem necessariamente realizar algum tipo de pesquisa, no sentido formal do termo, incluindo um protocolo específico para a sua realização. Com esta denominação, pretendemos nos aproximar do modelo de método introduzido por Freud desde os primórdios e que vem sendo levado adiante pelos psicanalistas posteriores.

Esse modo de nos referirmos ao método psicanalítico, este baseado na investigação clínico-conceitual como sendo empírico, não pretende introduzir o novo. Ao contrário, pretende legitimar o velho. Quer tenha se iniciado nos *Estudos sobre histeria*, ou a partir do caso Dora, ele existe, foi criado, e tem sido mantido nas gerações posteriores de psicanalistas, a partir da fundação de cada vez mais institutos de formação em Psicanálise, e que vem se desenvolvendo com a notável e volumosa produção de saber, quer em livros, quer em periódicos da área.

Pretendemos defender, em última análise, a legitimidade do método psicanalítico *per se*, prescindindo de outras metodologias externas ao seu campo – por exemplo, a experimental, como sugere Kandel (1999) – para a comprovação de que haja produção de conhecimento científico. Este último é por nós entendido como um sistema aberto, em constante transformação, não dogmático, e calcado em um método que possui uma coerência interna ao próprio campo.

Apesar de defendermos que a Psicanálise é capaz de evoluir como um campo científico, a partir de seus próprios meios, reconhecemos uma dificuldade que surge e que remete à postura de isolamento mantida por muitos psicanalistas frente às demandas sociais de comprovação da cientificidade da Psicanálise, postura esta que provoca reações controversas. Pensamos que pesquisadores e cientistas externos ao campo da Psicanálise merecem, ao nosso ver, respostas quanto à questão da legitimidade da Psicanálise. Como defende Fonagy (2002), temos a necessidade de sairmos do nosso “esplêndido isolamento”.

É importante salientarmos que nossa tese tem uma veia política forte, e não é para menos. Roudinesco (2010) em seu livro *Em defesa da psicanálise*, nos brinda com seus questionamentos que fazem eco ao modo como pretendemos nos posicionar sem nos eximir de certas responsabilidades sociais das quais o campo psicanalítico carece. Em suas palavras:

“(…) me dá pena constatar que há anos os psicanalistas vêm se eximindo da vida pública e de qualquer engajamento político. Para explicar essa retração, invocam simploriamente o fato de estarem concentrados em seu trabalho clínico, doloroso e difícil. É uma atitude respeitável e compreensível. Em todo caso, isso prova que a grande maioria dos psicanalistas é formada por excelentes clínicos, em especial os mais anônimos, que nunca aparecem na mídia” (Roudinesco, 2010, p. 17)

Esta grande defensora em prol da evolução do movimento psicanalítico faz um alerta para que a nova geração de psicanalistas não se engane sobre a significação e a repercussão do *Livro Negro da Psicanálise: viver, pensar e melhorar sem Freud* (Meyer, 2005). Isto, em função do impacto que ele exerceu na opinião pública, em especial nos pacientes em tratamento, podendo prejudicar o conjunto da comunidade psicanalítica. Para Roudinesco (2010), se a comunidade psicanalítica perseverar em ignorar as querelas historiográficas e os debates promovidos pela sociedade nos últimos 20 anos, se prejudicará. Há 20

anos, Roudinesco afirmou que o ódio à Psicanálise era o sintoma de seu progresso impetuoso, sendo que isso se observa ainda nos dias de hoje, pois segundo ela, o espectro de Freud continua a assombrar.

Outro fato histórico importante, relatado por Roudinesco (2010), remete-nos a 2003, quando a Sociedade Francesa de História da Medicina (SFHM) outorgou seu prêmio científico a um livro cujo título é revelador, segundo Roudinesco, das calúnias que contem: *Mentiras freudianas: história de uma desinformação secular*. O autor e o prefaciador são especialistas em neuropediatria e psicomotricidade, respectivamente. Aparentemente, esse livro reivindica uma tradição historiográfica norte-americana denominada “revisionista”, preocupada em demarcar a hagiografia freudiana. Mas, em seguida, ela foi pervertida por antifreudianos fanáticos que buscam incessantemente, desde os anos 80, demonstrar, “apoiando-se em provas”, que Freud teria sido um temível impostor. Suas teorias estúpidas, dizem eles, só teriam sido difundidas durante um século porque a Ciência do cérebro, dos processos cognitivos, do comportamento e dos neurônios ainda não demonstrara que o ser humano reduz-se à soma de seus órgãos e nada mais (Roudinesco, 2010).

A nova Ciência da mente do fim do século XX teria conseguido fabricar um *homo pharmacologicus* pós-moderno finalmente capaz de triunfar sobre o homem trágico freudiano. No mundo do cientificismo dominante que nos governa, na medida em que tal programa parece obter os favores de diversos profissionais da saúde mental ligados às novas classificações do *Manual diagnóstico e estatístico das doenças mentais (DSM)*, ninguém mais tem direito a ter inconsciente. Pois o inconsciente, no sentido freudiano, tornou-se uma classe perigosa: parecido com alguém sem domicílio fixo (Roudinesco, 2010).

É nesse cenário que a Psicanálise é apresentada como uma “invenção mentirosa”. Quanto a seus representantes, de Freud a Lacan, passando por Jones, Melanie Klein, Anna Freud, Bettelheim etc., são comparados a um bando de psicopatas que só pensam em ganhar dinheiro, incapazes de curar alguém e protegidos por “redes” que lhes permitem infiltrar-se nas sociedades ocidentais para nelas espalhar seus “mitos fundadores” (Roudinesco, 2010).

Enfim, fica um alerta de Roudinesco (2010), ao qual aderimos profundamente:

“(...) Espero que permaneçamos vigilantes no que se refere ao outro antissemitismo, que precipitadamente declaram extinto. Pois é efetivamente aqui, na França, (...) na França de Freud e Lacan, que se consome, diante de nossos olhos, uma aliança renovada entre o que há de pior no cientificismo e o que há de mais abjeto no discurso antifreudiano” (Roudinesco, 2010, p. 39).

Com todas estas críticas e ataques à Psicanálise, ninguém melhor do que o próprio Freud, para legitimar este método constantemente atacado. Retomando as questões centrais do nosso trabalho, vejamos algumas contribuições do metapsicólogo, que põe em relevo a especificidade e irredutibilidade da Ciência que inaugurara, enfatizando a relação entre cura e pesquisa na Psicanálise. No pós-escrito de *A questão da análise leiga* (1926/1976), Freud afirma que:

“Na psicanálise tem existido, desde o início, um laço inseparável entre cura e pesquisa. O conhecimento trouxe êxito terapêutico. Era impossível tratar um paciente sem aprender algo de novo (...). Nosso método analítico é o único em que essa preciosa junção é assegurada. É somente pela execução do nosso trabalho (...) analítico que podemos aprofundar nossa compreensão que desponta da mente humana. Essa perspectiva de ganho científico tem sido a feição mais orgulhosa e feliz do trabalho analítico” (Freud, 1926/1976, p. 291).

Outro ponto importante remete à especificidade e diferença da Psicanálise em relação a quaisquer outros campos científicos pré-existentes. Freud (1926/1976) marca a sua posição em relação à disciplina que inaugurara, pretendendo abrir uma discussão sobre qual seria a formação mais adequada para a especificidade de se tornar um analista. Seu ponto de vista, neste trabalho, se expressa pela ideia de que esta formação deve diferir da formação médica. Mas admite que ainda não havia um esquema de formação criado até então, e que este ainda estava por ser feito. Este deveria abranger, segundo o metapsicólogo, elementos das Ciências mentais, da Psicologia, da História da civilização e da Sociologia, bem como da Anatomia, da Biologia e do estudo da evolução. Considerando a amplitude desses campos, Freud reconhece que seria compreensível omitir do currículo qualquer coisa que não tenha relação direta alguma com a prática da análise e somente sirva a ela indiretamente. Freud reconhece que este esquema de formação pode ser um ideal, mas “um ideal que pode e deve ser concretizado” (Freud, 1926/1976, p. 286).

Podemos refletir, a partir do trabalho realizado na presente tese, sobre que lugar caberia à Psicanálise, na sociedade de um modo geral. Sobre isto Freud (1926/1976) responde:

“(…) Objetar-se-á a esta altura que se a psicanálise, considerada como uma ciência, for considerada uma subdivisão da medicina ou da psicologia, isto será uma questão puramente acadêmica e de nenhum interesse prático” (Freud, 1926/1976, p. 288).

Esta citação nos permite inferir que Freud não sentia a essência da disciplina Psicanálise como sendo vinculada necessariamente ao campo da Medicina ou da Psicologia. Esta poderia ser inserida nesses campos por uma mera questão de conveniência por já serem campos demarcados. Sendo assim, a Psicanálise teria um lugar que lhe seria próprio, apesar de suas raízes históricas se aproximarem, na sua origem, desses domínios mencionados.

Ao defendermos, apoiando-nos em Freud, a especificidade e diferença da Psicanálise, enfatizamos o aspecto empírico da mesma. O motivo de considerarmos o método psicanalítico como empírico deriva da própria postura de Freud, apresentada ao longo da tese. Em *Sobre o Narcisismo: uma introdução*, Freud (1914a/1974) firma a sua posição enquanto empirista, e nega a presença do fator especulativo em seu método de investigação. Tendo em vista as modificações da teoria no livro citado, o autor faz a seguinte distinção entre uma Ciência erigida a partir da interpretação empírica (a qual considera-se adepto) e uma teoria especulativa: enquanto esta última é privilegiada por apresentar um fundamento logicamente inatacável, no caso da interpretação empírica, suas ideias não são o fundamento da Ciência, no qual tudo repousa: esse fundamento é a observação. Parte-se de conceitos nebulosos, que serão apreendidos mais claramente no decorrer de seu desenvolvimento, de modo que os mesmos podem ser, inclusive, substituídos.

Ou seja, para Freud, as más interpretações da Psicanálise decorrem justamente de um afastamento da empiria. Ele alerta que os cientistas em geral não devem supor que aquilo que ele apresenta como conceito psicanalítico seja um sistema especulativo. Pelo contrário, é empírico, seja por ser uma expressão direta das observações, seja em função de um processo consistente em que as hipóteses são trabalhadas exaustivamente. Segundo ele, se esse trabalho exaustivo

for executado de uma maneira adequada e fundamentada, isto se verá no decorrer de futuros progressos da Ciência. Ou seja, ele acreditava que o seu rigor epistemológico seria capaz de assegurar reconhecimento à sua prática científica.

No “verbete A” com o seguinte subtítulo, que para nós tem relevo: “A Psicanálise como Ciência Empírica”, Freud afirma que:

“A psicanálise (...) se além aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro” (Freud, 1923a [1922]/1976, p. 307).

Essa citação de Freud (1923a [1922]/1976) é pertinente ao que pretendemos defender nesta tese, ao considerarmos que a investigação clínico-conceitual – termo que cunhamos para expressar a nossa proposta – é a própria empiria da Psicanálise. Freud apresenta o caminho de construção da Psicanálise afastando-a da Filosofia e aproximando-a dos procedimentos científicos. Ele coloca a Psicanálise como sempre estando incompleta e, portanto, sempre aberta a modificações e correções.

No parágrafo seguinte o seu empirismo não dogmático cuja existência pretendemos defender, revela-se do modo incontestável:

“Foi sem dúvida embaraçoso para mim ser obrigado a publicar os resultados de minhas investigações sem que outros estudiosos da matéria tivessem qualquer possibilidade de testá-las e verificá-las, particularmente porque tais resultados foram de natureza surpreendente (...)” (Freud, 1905 [1901]/1972, p. 5).

E para finalizar, um ponto importante a ser tocado remete à resistência à Psicanálise. Freud sempre explicitou o frequente anúncio da morte da psicanálise. Ele considerava a resistência como inevitável. Pelo menos uma dúzia de vezes durante os últimos anos, informou ter lido em relatórios de congressos e de órgãos científicos, ou resenhas críticas de certas publicações, que agora a Psicanálise está morta, derrotada e eliminada de uma vez por todas. E Freud (1914b/1974) acrescentou ainda que depois de cada um desses obituários, a Psicanálise ganhou novos partidários e colaboradores ou obteve novos órgãos de difusão. E, sem dúvida, o anúncio da morte foi um progresso, comparado com a morte pelo

silêncio. Sendo assim, ele escreveu como epígrafe de seu ensaio *A história do movimento psicanalítico* (1914) a frase que se lê no brasão da cidade de Paris: *Fluctuat nec mergitur* (As ondas o abalam mas não o afundam) (Roudinesco, 2010).

Freud (1914b/1974) dedicou muitas páginas a analisar as resistências à Psicanálise e isolou, em seu cerne, o golpe psicológico proferido à humanidade por essa nova Ciência que, ousando descentrar o sujeito de si mesmo, revelou o caráter ilusório do eu e atingiu brutalmente seu narcisismo. Golpe que comparou à violência de outros dois golpes aos quais a onipotência da humanidade fora submetida; o golpe cosmológico de Copérnico, ao tirar a Terra do centro do Universo; e o golpe biológico de Darwin, ao arrancar o homem do centro da criação divina, formulando a sua ascendência animal. Freud arremataria essa série de golpes proferindo algo inteiramente inassimilável: o eu não é senhor em sua própria casa e a criança não é destituída de sexualidade (Roudinesco, 2010).

Roudinesco (2010) nos aponta que a Psicanálise sempre suscitou e suscitará resistências. Trata-se de algo estrutural, inerente ao fato de que é através delas que o recalçamento perpetua a sua existência, pois as resistências se encarregam de preservá-lo. Assim, como se pode depreender lendo a *História do movimento psicanalítico*, escrito por Freud em 1914, a história da Psicanálise é contada, em grande parte, através da história das resistências à Psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOUN, P-L. (1981). *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro. Imago.

BIEBEL, D. (1999). Psicoanálisis y ciência. *Revista de psicoanálisis Aperturas psicoanalíticas*.

BINSWNGER, L. (1936/1970). La conception freudienne de l'homme à la lumière de l'anthropologie. In: *Discurs, parcours, et Freud*: Paris: Gallimard.

BION, W. R. (1970/2006). *Atenção e Interpretação*. (Tradução: Paulo Cesar Sandler, 148 pp.), 2. ed. – Rio de Janeiro: Imago.

BRITTON, R. (1998). O elo perdido: a sexualidade parental no Complexo de Édipo. In D. Breen (org.) (p. 89-101) *O enigma dos sexos*. Rio de Janeiro: Imago.

CANTIN, L. (1999) An Effective Treatment of Psychosis with Psychoanalysis in Quebec City, since, 1982. *Annual Review of Critical Psychology*.

CHAVARELLI, M. (2003). Psicanálise e ciência. De que ciência estamos falando? In: Psicanálise ontem e hoje. São Paulo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, p. 1035.

DAVIDSON, D. (1984) *What metaphor mean? Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon Press.

DELOUYA, D. (2003) *Epistemopatía. O conhecimento na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

DILTHEY, W. (1883/1944). *Introducción a las ciencias del espíritu*. Fondo de cultura económica, México.

DOIDGE N. (1997). Empirical evidence for the efficacy of psychoanalytic psychotherapies and psychoanalysis: an overview. *Psychoanal Inq*;102-150.

DORER, M. (1932). *Historische Grundlagen der Psychoanalyse*. Leipzig: F. Meiner.

DREHER, A.U. (2002). *Foundations for conceptual research in psychoanalysis*. London: Karnac Books.

EDELSON, M. (1984). *Hypothesis and Evidence in Psychoanalysis*. Chicago: The University of Chicago Press.

ELLENBERGER, H. F. (1970). *The Discovery of the unconscious: the history and evolution of dynamics psychiatry*. New York: Basic Books.

EIZIRIK, C. (2005). Psicanálise como uma obra em construção. *Discurso de posse do cargo de presidência da IPA proferido no 44^o Congresso da IPA no Rio de Janeiro*. (julho de 2005).

FÉDIDA, P. (1978). La topique de la théorie. In: *L’Absence*. Paris: Gallimard.

FENICHEL, O. (1945/1981). *Teoria psicanalítica das neuroses*. Rio de Janeiro: Atheneu.

FEYERABEND, P. (1975/2007). *Contra o método*. São Paulo: Editora UNESP.

FIGUEIREDO, L.C. (2012). A especificidade da pesquisa clínica com o método psicanalítico na situação analisante. *Trieb*. XI(1/2):173-196.

FIGUEIREDO, L.C. (2013). A pesquisa clínica em psicanálise: reflexões a partir de André Green. *Revista Percurso*. 49/50: 133-140.

FONAGY, P., TARGET, M. (1996). Predictors of outcome in child psychoanalysis: a retrospective study of 763 cases at the Anna Freud Centre. *J Am Psychoanal Assoc* 1996; 44:27-77.

FONAGY, P. (2002). *An open door review of outcome studies in Psychoanalysis*, 2a ed., London, IPA publications.

FREUD, S. (1891). *A interpretação das afasias: um estudo crítico*. Lisboa (1977).

FREUD, S. (1894/1976). *As neuropsicoses de defesa*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB), vol. III. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1893-1895/1974). *Estudos sobre a histeria*. ESB, vol. II. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1895/1977). *Projeto para uma psicologia científica*. ESB, vol. I. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1900/1972). *Interpretação dos Sonhos*. ESB, vol. IV. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1901/1976). *Psicopatologia da vida cotidiana*. ESB, vol. VI. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1904/1972). *O método psicanalítico de Freud*. ESB, vol. VII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1905 [1901]/1972). *Fragmento da análise de um caso de histeria*. ESB, vol. VII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1908/1976). *Escritores criativos e devaneio*. ESB, vol. IX. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1912/1969). *Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise*. ESB, vol. XII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1913a/1974). *Totem e Tabu*. ESB, vol. XIII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1913b/1974). *O interesse científico da psicanálise*. ESB, vol. XIII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1914a/1974). *Sobre o Narcisismo: uma introdução*. ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1914b/1974). *A história do movimento psicanalítico*. ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1915a/1974). *Os instintos e suas vicissitudes*. ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1915b/1974). *Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença*. ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1917/1976). *O estado neurótico comum*. ESB, vol. XVI. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1923a [1922]/1976). *Dois verbetes de enciclopédia*. ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1923b/1976). *O ego e o id*. ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1924/1976). *Uma breve descrição da psicanálise*. ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1925/1976). *Um estudo autobiográfico*. ESB, vol. XX. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1926/1976). *A questão da análise leiga*. ESB, vol. XX. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1933 [1932]/1976). *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*. Conferência XXXV: A questão de uma *Weltanschauung*. ESB, vol. XXII. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1940 [1938]/1975). *Esboço de psicanálise*. ESB, vol. XXIII. Rio de Janeiro. Imago.

GARCIA-ROZA, L.A. (1991) *Introdução à metapsicologia Freudiana*. Vol 1: Sobre as Afasias (1891). O Projeto de 1895. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. (2004).

GREEN, A. (2000). *Le temps éclaté*. Paris, Éd. de Minuit.

GREEN, A. (2005). The illusion of common ground and mythical pluralism. *Int. J. Psycho-anal.* 86(3): 627-32.

GREEN, A. (2007). Le pluralisme des sciences et la pensée psychanalytique. In: Emmanuelli, M. & Perron, R. (2007). *La recherche en psychanalyse*. Presses universitaires de France.

GREEN A., WALLERSTEIN R. (1996). Controversy. *Newsletter of the International Psychoanalysis*, 5, 10-21

GREEN, A., BOTELLA, S., BOTELLA, C. GUIGNARD, F. (1997). *Pulsions, représentations, langage: théorie et clinique psychanalytiques*, éd. M. Pinol-Douriez, Lausanne, Delachaux & Niestlé.

GRÜNBAUM, A. (1977). Is Psychoanalysis a pseudo-science? Karl Popper versus Sigmund Freud. *Zeitschrift für Philosophische Forschung* 31 (3): 333-353.

GRÜNBAUM, A. (1984). *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critique*. Berkeley: University of California Press.

GUILLAUMIN, J. (2003). *La psychanalyse: un nouveau modèle pour la Science?*. Paris: L'Esprit du Temps.

HAKING, I. (2005). *Representing and intervening. Introductory topics in the philosophy of natural science*, New York: Cambridge University Press.

HAMPE, M. (2000). Pluralismus der Erfahrung und Erfahrung und Einheit der Vernunft. In: M. Hampe, M. S. Lotter (éd.) (2000). *Die Erfahrungen, die wir machen, sprechen gegen die Erfahrungen, die wir haben. Über Formen der Erfahrung in den Wissenschaften*. Berlin: Duncker & Humblot, 27-39.

HERRMANN, F. (1979). Andaimos do real: uma revisão crítica do método da psicanálise. São Paulo: EPU.

HERRMANN, F. (2001). O que é método psicanalítico?. Trabalho apresentado ao *International Psychoanalytic Association Congress*, Nice, 2001, no painel "What is the psychoanalytic method?".

HORGAN, J. (2002). *A mente desconhecida: por que a ciência não consegue replica, medicar e explicar o cérebro humano*. Companhia das Letras.

HUBER, D., ZIMMERMANN, J., HENRICH, G., KLUG, G. (2012) Comparison of cognitive-behaviour therapy with psychoanalytic and psychodynamic therapy for depressed patients – A three-year follow-up study. *Z Psychosom Med Psychother* 58, 299–316.

JAPIASSU, H. (1998). *Psicanálise: ciência ou contraciência*. Rio de Janeiro: Imago, 2^a ed. (260 pág.)

JAPIASSU, H. & Marcondes, D. (2011). *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 4^a ed.

JONES, E. (1953). *Vida y obra de Sigmund Freud*. Nova ed. Buenos Aires.

KANDEL, E.R. (1999). Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry. *Am J Psychiatry*.;156, p. 505-24.

KLIMOVSKY, G. (1987). Aspectos epistemológicos da interpretação psicanalítica. In: Etchegoyen, H. (1989). *Fundamentos da técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.

KUHN, T.S. (1962/1998). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1967). *Vocabulário da Psicanálise*. Santos: Martins Fontes.

LATOUR, B. (2000). *Ciência em Ação: como seguir cientistas engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Unesp editora.

LEICHSENDRING, F., DSc; RABUNG, S. (2008) Effectiveness of Long-term Psychodynamic Psychotherapy A Meta-analysis. *JAMA*. 2008; 300(13):1551-1565.

LEUZINGER-BOHLEBER, M. (2002). Queleques remarques critiques illustrées par un suivi représentatif de psychanalyses e thérapies psychanalytiques de longue durée. *Bulletin de la société psychanalytique de Paris*, 63, 157-175.

LEUZINGER-BOHLEBER, M. (2003). Un exemple de recherche en psychanalyse: le suivi de psychanalyses et thérapies psychanalytiques de longue durée. In: Emmanuelli, M. & Perron, R. (2007). *La recherche en psychanalyse*. Presses Universitaires de France.

LEUZINGER-BOHLEBER, M. & STUHR, U. (1997). *Psychoanalysen im Rückblick Methoden: Ergebnis und Perspektiven der neuen Katamneseforschung*. Guessen: Psychosocial Verlag.

LEUZINGER-BOHLEBER, M., TARGET, M. (eds) (2002). *Outcomes of Psychoanalytic Treatment: Perspectives for Therapists and Researchers*. London: Whurr.

LÉVI-STRAUSS, C. L. (1953/1988). A eficácia simbólica. In: *Antropologia estrutural, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*.

LÖWY, I. (1994) Fleck e a historiografia recente da pesquisa biomédica. Em V. Portocarrero (org.) *Filosofia, sociologia e história das ciências. Abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

MARINHO, N.C. (2001). *Discussão da racionalidade da teoria psicanalítica a partir da epistemologia de Karl Popper: avaliações - impasses - alternativas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. Orientador: Prof. Carlos Alberto Gomes dos Santos. Rio de Janeiro.

MASSON, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud e Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago.

MENDES, C. (Org) (2003). *Representação e complexidade*. Petrópolis: Garamond.

MEYER, C. (Dir.) (2005). *Le livre noir de psychanalyse: vivre, penser et aller mieux sans Freud*. Paris: Éditions des Arènes.

MEZAN, R. (2007). Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise? *Natureza Humana. Revista de filosofia e psicanálise*. DWW editorial. 9 (2) 319-359.

MINERBO, M. (2003). O método psicanalítico em Freud. *Rev. Bras. Psicanál.*, 37(2/3): 271-278. Trabalho originalmente apresentação na Mesa-redonda “O método psicanalítico: variantes e invariantes” ocorrida no XIX Congresso Brasileiro de Psicanálise, Recife, de 2 a 4 de outubro de 2003.

MIRANDA, M. (2013). De Dora à Veronica: reflexões acerca da árdua tarefa do tornar-se mulher. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Psicanálise, Campo Grande, de 25 a 28 de setembro.

MOREIRA, M. A. & OSTERMANN, F. (1993). Sobre o ensino do método científico. *Cad. Cat. Ens. Fís.*, v.10, n.2: p.108-117, ago.1993.

MORIN, E. (1981). *La Méthode*. Vol. 1: *La Nature de la Nature*. Paris, Ed. du Seuil.

MORIN, E. (1985). *La Méthode*. Vol. 2: *La Vie de la Vie*. Paris, Ed. du Seuil.

MORIN, E. (1990). *Introduction à la Pensée Complexe*. Paris, ESF.

MORIN, E. (1992). *La Méthode*. Vol. 3: *La Connaissance de la Connaissance*. Paris, Ed. du Seuil.

MORIN, E. (2003). A necessidade de um pensamento complexo. In: Mendes, C. (Org) (2003). *Representação e complexidade*. Petrópolis: Garamond:.

NAGEL, E. (1959). *Methodological issues in psychoanalytic theory*. A Symposium edited by Sidney Hook, Nova York.

OLIVA, A. (1990). Anarquismo Epistemológico: última etapa da crítica ao ideal empirista de ciência? In: Oliva, A (org.). (1990). *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Papirus: Campinas.

PANHUYSEN, G. (1998). The relationship between somatic and psychic processes: Lessons from Freud's Project. *Annals New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 20-42.

PERRON, R. (2007). Chercher en psychanalyse. Réflexions sur le modèle des sciences exactes. In: Emmanuelli, M. & Perron, R. (2007). *La recherche en psychanalyse*. Presses Universitaires de France.

POPPER, K.R. (1963). *Ciência: Conjecturas e refutações*. As origens do conhecimento e da ignorância. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília.

POPPER, K.R. (1975). *Conhecimento objetivo*. BH: Itatiaia; SP: EDUSP (O balde e o holofote: Duas teorias do conhecimento científico – p. 313-332).

PRIGOGINE I. & STENGERS, I. (1979). *La nouvelle aliance. Métamorphose de la science*. Paris: Gallimard.

RAPAPORT, D. (1958). *The structure of psychoanalytic theory (a Systematizing attempt)*, in *Psychology, A Study of a Science*, ed. S. Koch, New York, vol. 3.

RICOEUR, P. (1965). *Da Interpretação: Ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro. Imago.

ROUDINESCO, E. (2010). *Em defesa da psicanálise: ensaios e entrevistas*. (André Telles trad.). Rio de Janeiro. Zahar ed. (247 páginas)

SANDLER, J., SANDLER, A-M, DAVIES, R., GREEN, A. (2000). Clinical and observation research: roots of a controversy (Book Review). Madison, CT: International Universities Press.

SOLMS, M. & SALING, M. (1986). On Psychoanalysis and neuroscience: Freud's attitude to the localizationist tradition. *Int. J. Psycho-Anal.* (1986) 67, 397. Johannesburg.

SOLMS, M. & KAPLAN-SOLMS, K. (2004). *O que é a Neuro-Psicanálise: A real e difícil articulação entre a Neurociência e a Psicanálise*. São Paulo. Terceira Margem Editora.

SOLMS, M. (2005). *Estudos Clínicos em Neuro-Psicanálise*. São Paulo: Lemos Editora.

STENGERS, I. (1990). *Quem tem medo da ciência?: Ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano.

STRACHEY, J. (1977). Introdução do editor inglês. In: Freud, S. (1895/1977): *Projeto para uma psicologia científica*, ESB, vol. I.

WALLERSTEIN, R. S. (1989). Follow-up in psychoanalysis: Clinical and research values. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 37, 921-941.

WALLERSTEIN, R. S. (2005). Will psychoanalytic pluralism be an enduring state of our discipline? *Int. J. Psycho-anal.* 86(3): 623-626.

WATT, D. (2000). The dialogue between psychoanalysis and neuroscience: alienation and reparation. *Neuro-psychoanalysis*; 2(2):183-192.

WIDLÖCHER, D. (2007). L'institution psychanalytique et la recherche. In: Emmanuelli, M. & Perron, R. (2007). *La recherche en psychanalyse*. Presses Universitaires de France.